

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – CDS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**BOLSA VERDE: BENEFÍCIO SOCIAL E INCENTIVO À CONSERVAÇÃO
AMBIENTAL?**

DANIESSA SANNARA KASANOSKI

Brasília

2016

DANIESSA SANNARA KASANOSKI

**BOLSA VERDE: BENEFÍCIO SOCIAL E INCENTIVO À CONSERVAÇÃO
AMBIENTAL?**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável, do Centro de Desenvolvimento Sustentável, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre. Área de concentração: Política e Gestão da Sustentabilidade.

Orientadora: Dr^a Emilie Coudel

Co-orientador: Dr. Thomas Ludewigs

Brasília

2016

KASANOSKI, Daniesse S. Bolsa Verde: Benefício Social e incentivo à conservação ambiental?

Dissertação..... em.....pela banca integrada por:

Prof^a Dr^a Emilie Coudel – CDS/UnB; CIRAD

Prof. Dr. Maurício Amazonas – CDS/UnB

Dr. Gabriel Lui – Membro externo MMA

Prof^a Dr^a Ludivine Eloy Costa Pereira – Suplente CDS/UnB

AGRADECIMENTOS

Carrego comigo um profundo sentimento de gratidão por todas as pessoas que fizeram parte deste processo de construção que foram os dois anos de mestrado.

Fui tão agraciada nesse processo que ao invés de um, tive dois orientadores que compuseram uma dupla perfeita e pelos quais tenho muita admiração: Dr^a Emilie Coudel e Dr. Thomas Ludewigs, que acreditaram em mim e me conduziram com liberdade, comprometimento e paciência.

Agradeço a Emilie por toda a dedicação.

Agradeço ao Thomas por ter me acolhido no Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS).

Sou grata ao meu companheiro de vida, Karl Franz Koerner, pelo apoio de sempre e pela compreensão e paciência nos meus momentos de ausência. Gratidão por zelar por mim!

Sou grata às amigas que fiz ao longo dessa caminhada: Bárbara Fellows Dourado, Lívia Miranda e Tassila Kirsten. Vocês tornaram a “aridez” do CDS num solo fértil de empatia!

Sou grata ao Igor, a primeira pessoa que conversei no CDS, no dia que fui lá e conheci o Thomas.

Sou grata a minha família, que sempre torce por mim, independente de minhas escolhas. Em especial a minha mãe por suas dedicadas orações.

Sou grata a todas as pessoas que me receberam em Bragança e que compartilharam comigo seus saberes, informações, conhecimentos, histórias de vida e de luta!

Gratidão aos que me deram pouso, aos que me ofereceram um copo de água e aos que partilharam comigo o seu alimento durante minha estadia em Bragança.

Gratidão a Dr^a Roberta Sá Leitão Barboza, que me acolheu tão bem na UFPA.

Gratidão aos primeiros amigos aqui de Brasília: Mari e Léo. Mari, grata pelo incentivo, pelo seu jeito calmo e sereno que me afirmava, logo que cheguei em Brasília, que as coisas iriam dar certo.

Gratidão ao universo, por colocar pessoas tão especiais na minha vida!

RESUMO

Nas últimas décadas os Pagamentos por Serviços Ambientais configuraram-se como um novo paradigma a fim de promover a conservação ambiental. No Brasil existem diversos arranjos de Pagamentos por Serviços Ambientais, dentre eles o Programa Bolsa Verde, que pode ser interpretado como um esquema de PSA do tipo política pública federal. O Programa Bolsa Verde é condicionado ao cumprimento dos instrumentos de gestão das áreas onde ele é implementado. O objetivo deste estudo foi analisar se o Programa Bolsa Verde é uma política capaz de reforçar os instrumentos de gestão dos recursos naturais, particularmente em uma Reserva Extrativista marinha (RESEX de Caeté-Taperaçu). A metodologia utilizada compreendeu a realização de entrevistas combinadas com a metodologia Q, a fim de apreender o contexto socioecológico do lugar e a percepção existente sobre o Programa. Os resultados são apresentados em 3 capítulos. No capítulo 3, o processo de institucionalização da RESEX de Caeté-Taperaçu é apresentado em três fases: mobilização para a criação da RESEX; adequação aos protocolos de gestão; e a chegada de políticas públicas. No capítulo 4, foram identificados e analisados os componentes dos subsistemas socioecológicos de Caeté-Taperaçu (usuários, recursos e sistema de governança). As principais regras ambientais percebidas pelos usuários são as que correspondem ao ecossistema de transição. No capítulo 5, três discursos foram identificados (“Defensores da RESEX”, “Céticos da RESEX”, e “Propensos a adotar um comportamento ambiental”). Dentre esses discursos o Programa Bolsa Verde tem maior potencial de influenciar os “Propensos a adotar um comportamento ambiental”. Assim, como concluímos que, embora a percepção sobre o programa seja predominantemente de um apoio social, se permitido maior governança local sobre o Programa, ele pode se tornar um reforço às regras locais.

Palavras-chave: Pagamentos por Serviços Ambientais; Programa Bolsa Verde; Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu; Percepção; Metodologia Q.

ABSTRACT

In recent decades Payments for Environmental Services (PES) have become a new paradigm in order to promote environmental conservation. In Brazil several PES arrangements exist, including the Green Grant Program, which is one of the only few PES schemes of federal public policy type. The Green Grant Program is conditioned to the fulfillment of management instruments of the areas in which it is implemented. The objective of this study was to analyze whether the Green Grant Program is a policy able to strengthen the instruments of natural resources management, particularly in a Marine Extractive Reserve (RESEX Caeté-Taperaçu). The methodology used included interviews combined with Q methodology, in order to grasp the socio-ecological context of the area and the existing perception of the program. We present the results in three chapters. In Chapter 3, the process of institutionalization of RESEX Caeté-Taperaçu is presented according to three phases: mobilization for the creation of the RESEX; adaptation to the protocols of management; and the arrival of public policy. In Chapter 4, we identify and analyze the components of socio-ecological subsystems in Caeté-Taperaçu (users, resources and governance system). The main environmental rules perceived by the users are those regarding the transition ecosystem. In Chapter 5, three discourses were identified ("Defenders of the RESEX", "Sceptics of the RESEX" and "Prone to adopt an environmental behavior"). Among these discourses the Green Grant Program has the greatest potential to influence "Prone to adopt an environmental behavior". We conclude that while the perception of the program is predominantly of a social support, if allowed greater local governance on the program, it can be used to strengthen local rules.

Keywords: Payments for Environmental Services; Green Grant program; Marine Extractive Reserve Caeté-Taperaçu; Perception; Q methodology.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Instrumentos de gestão presentes na Resolução nº 1 da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável - MMA, de 25 de fevereiro de 2014, que institui os procedimentos para inclusão de áreas e ingresso de famílias no Programa de Apoio à Conservação Ambiental – Bolsa Verde.....	22
Quadro 2. Eventos que marcaram o processo de institucionalização das Reservas Extrativistas Terrestres e Marinhas (Fonte: elaboração própria).....	42
Quadro 3. Fases de implementação da RESEX de Caeté-Taperaçu.	46
Quadro 4. Calendário das safras e do aporte de renda.	70
Quadro 5. Regras sobre o caranguejo-uçá (Fonte: elaboração própria).	73
Quadro 6. Instrumentos de Gestão presentes na RESEX de Caeté-Taperaçu (Fonte: elaboração própria).	77
Quadro 7. Caracterização dos discursos. O valor representa a média ponderada do nível de concordância com a afirmação pelos informantes que tendem a este discurso. As afirmações mais representativas de cada discurso, ou seja, os valores que se distinguem mais dos outros discursos, são sinalizados com o asterisco (* nível de significância $p < 0,05$; ** nível de significância $p < 0,01$).	88
Quadro 8. Perfil das pessoas que tenderam aos respectivos discursos. Em negrito, resposta dominante para as pessoas do discurso ou que diferenciam eles dos outros.	93

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Quadro conceitual apresentado por Ostrom (2009) para sistematizar a análise de sistemas socioecológicos.	27
Figura 2. O Programa Bolsa Verde no contexto socioecológico.	29
Figura 3. RESEX marinhas localizadas no litoral nordeste do Pará com beneficiários do Bolsa Verde, exceto as que estão em amarelo. Destaque para a Resexde Caeté-Taperaçu. Fonte: elaboração própria, base cartográfica do IBGE e do ICMBio.	32
Figura 4. Localização da RESEX de Caeté-Taperaçu e algumas de suas comunidades (Fonte: Plano de Manejo, 2012).....	33
Figura 5. Representação da grade disponível para que os participantes ordenassem as 35 afirmações apresentadas e do peso atribuído a cada resposta para o teste estatístico.	41
Figura 6. Subsistemas mobilizados para a análise do Programa Bolsa Verde no contexto socioecológico da RESEX de Caeté-Taperaçu (Fonte: elaboração própria/inspirado em Ostrom, 2009).....	62
Figura 7. Diversidade de embarcações presentes na RESEX de Caeté-Taperaçu (Fonte: dados da pesquisa).	65
Figura 8. Cultivo de mandioca e seus derivados. Área adjacente à RESEX (Fonte: dados da pesquisa).	66
Figura 9. Coletores de caranguejo recém chegados do trabalho.	68
Figura 10. O papel do Programa Bolsa Verde como política para reforçar os instrumentos de gestão.	83

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Profissões declaradas pelos entrevistados (Fonte: dados da pesquisa).	37
Gráfico 2. Faixa etária dos entrevistados (Fonte: dados da pesquisa).	38
Gráfico 3. Escolaridade dos entrevistados (Fonte: dados da pesquisa).	38
Gráfico 4. Porcentagem de entrevistados que já foram atendidos por Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER).	56
Gráfico 5. Percepção sobre a importância da associação dos usuários da RESEX (Fonte: dados da pesquisa).	59
Gráfico 6. Percepção sobre a importância da associação dos usuários da RESEX por pólos (Fonte: dados da pesquisa).	60
Gráfico 7. Frequência e categorização das regras de uso dos recursos naturais que foram citadas pelos entrevistados (Fonte: dados da pesquisa).	80
Gráfico 8. Percepção sobre a finalidade do Programa Bolsa Verde de acordo com os discursos.	92

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
<i>Importância do PBV nas unidades de conservação marinha</i>	14
<i>Pergunta de pesquisa, hipóteses e objetivos</i>	15
CAPÍTULO 1	17
DEBATES TEÓRICOS RELACIONADOS AO BOLSA VERDE	17
1.1 Percurso institucional do programa Bolsa Verde.....	17
1.2 Bolsa Verde: entre Transferência de Renda Condicionada e Pagamentos por Serviços Ambientais	20
1.3 O Programa Bolsa Verde e os sistemas socioecológicos	25
CAPÍTULO 2	30
ABORDAGEM DO ESTUDO.....	30
2.1 Área de estudo.....	30
2.2 As comunidades	32
2.3 Saídas de campo e coleta de dados	33
Entrevistas abertas	34
Entrevistas institucionais.....	34
Entrevistas semi-estruturadas	35
2.4 Definição dos Pólos	35
2.5 Caracterização da amostra	37
Participação no PBV	37
Gênero	37
Profissões	37
Faixa etária	38
Escolaridade	38
2.6 Metodologia Q	38
2.6.1 Processamento dos dados da metodologia Q	39

CAPÍTULO 3	42
EVOLUÇÃO DA RESEX DE CAETÉ-TAPERACU:.....	42
ENTRE INCENTIVOS EXTERNOS E DINÂMICAS INTERNAS	42
3.1 Das reservas extrativistas terrestres às reservas extrativistas marinhas	42
3.2 A RESEX de Caeté-Taperaçu	45
3.2.1 Fase 1: Mobilizações para a criação da RESEX	47
3.2.2 Fase 2: Adequação aos protocolos de gestão	48
3.2.3 Fase 3: A interação da RESEX com as Políticas Públicas	52
3.3 Percepções sobre a associação dos usuários da RESEX (ASSUREMACATA)	58
CAPÍTULO 4	62
O SISTEMA SOCIOECOLÓGICO DA RESEX DE CAETÉ-TAPERACU.....	62
4.1 Os usuários da RESEX	63
Pescadores artesanais	64
Pescadores-lavradores	65
Coletores de caranguejo	67
Lenhadores	68
Marisqueiras	68
4.2 Principais recursos naturais explorados e suas regras de uso	71
Recursos pesqueiros	76
Recursos florestais.....	76
4.3 Instrumentos de gestão presentes na RESEX de Caeté-Taperaçu	77
4.4 Percepção sobre as regras ambientais	79
4.5 Mudanças percebidas após a criação da RESEX e a apropriação dos instrumentos de gestão	82
4.6 O papel do Programa Bolsa Verde como política para reforçar os instrumentos de gestão.....	83
CAPÍTULO 5	86

PERCEPÇÃO SOBRE O PROGRAMA BOLSA VERDE.....	86
5.1. Percepção geral	86
5.2. Discursos existentes na RESEX de Caeté-Taperaçu.....	87
5.2.1 Tendências gerais presentes nos discursos.....	90
5.2.2 Discurso 1 – “Defensores da RESEX”.....	90
5.2.3 Discurso 2 – “Céticos da RESEX”.....	91
5.2.4 Discurso 3 – “Propensos a adotar um comportamento ambiental”	91
5.3. Quem são as pessoas por trás dos discursos?.....	92
5.3.1 “Defensores da RESEX”	94
5.3.2 “Céticos da RESEX”	95
5.3.3 “Propensos a adotar um comportamento ambiental”	96
5.5 Pólos comunitários, organização social e percepção	97
CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
REFERÊNCIAS	108
APÊNDICES	115
1 - LISTA DE ENTREVISTAS.....	115
2 - ROTEIRO ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS.....	116
ANEXO 1	118
Perfil dos beneficiários da RESEX Marinha de Caeté-Tapeaçu.....	118

INTRODUÇÃO

Reflexões sobre as intervenções humanas de grande repercussão ambiental, que ocorreram principalmente depois da segunda metade do século XX, integraram-se em discursos políticos e agendas internacionais sobre o desenvolvimento (CARSON, 2011; MCCORMICK, 1992). Desde então, diferentes visões e abordagens para lidar com a questão ambiental estão sendo pensadas.

Os primeiros modelos de áreas protegidas transplantados para os países “em desenvolvimento” consideravam a presença humana uma ameaça à integridade do ecossistema. No entanto, críticas como o desproporcional e injusto custo de conservação e o agravamento da exclusão social, engendraram uma abordagem menos radical, conhecida como Projetos Integrados de Conservação e Desenvolvimento (PICD¹), que procurou conciliar meio ambiente e sociedade (MURADIAN, 2013).

Ao passo que essas duas abordagens antagônicas mostravam suas fraquezas, uma ressignificação antropocêntrica do papel do ser humano como promotor de serviços ambientais inseriu-se ao debate (Millenium Ecosystem Assessment, 2005). Surgindo junto com a afirmação deste conceito, os Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA) configuraram-se, no final da década de 90, como um novo paradigma das políticas ambientais, atuando como um complemento às políticas de comando e controle (ELOY *et al.*, 2013).

A credibilidade dos Pagamentos por Serviços Ambientais como promotores de conservação ambiental ainda está sendo testada. Diferentes formas de abordar o conceito encontram-se presentes na literatura sobre o tema, indo desde relações mediadas pelo mercado às construções de políticas públicas (COUDEL *et al.*, 2015).

Nesta pesquisa, optou-se pelo conceito de PSA definido por Muradian *et al.* (2010), que diz ser uma transferência de recursos entre atores sociais, com o objetivo de criar incentivos para a convergência de decisões, individuais ou coletivas, entre o uso da terra e os interesses sociais na gestão dos recursos naturais.

No Brasil, vários programas vem sendo experimentados desde 2001 (COUDEL *et al.*, 2015), dentre eles o PROAMBIENTE, o Bolsa Floresta, o Produtor de Águas e demais. Apesar deles iniciarem com objetivos ambientais e sociais, muitos programas foram restringindo sua atuação ao foco ambiental. O Programa Bolsa Verde (PBV) veio como uma

¹ Integrated Conservation and Development Projects (ICDP).

proposta do governo federal de manter uma ligação entre agenda social e ambiental. A implementação do Programa Bolsa Verde iniciou-se em 2011. São elegíveis ao programa pessoas beneficiárias de áreas de interesse para a conservação (definidas pelo Comitê Gestor do programa²) e com renda *per capita* inferior a R\$ 77,00 reais mensais.

Importância do PBV nas unidades de conservação marinha

Embora o Programa Bolsa Verde tenha sido implementado tanto em áreas terrestres quanto em áreas costeiras, a visibilidade do programa é dada aos ecossistemas terrestres e pouco é discutido sobre o potencial do PBV como um instrumento capaz de promover a conservação em ecossistemas de transição. No entanto, essas zonas tem uma importância considerável no programa. Das 23.268 famílias beneficiárias do Bolsa Verde conexas às Unidades de Conservação federais (UCs), 61% delas localizam-se na zona costeira e correspondem a 20% das famílias beneficiárias do programa Bolsa Verde como um todo (Fonte: MMA, 2015).

Considerar o ecossistema em que o PBV atua é relevante para adequar a política à realidade local, principalmente no que se refere ao seu monitoramento. O monitoramento do Programa Bolsa Verde, bem como o julgamento de êxito do programa são feitos levando-se em conta predominantemente a manutenção da cobertura florestal, a partir de sensoriamento remoto. No entanto, ainda não há uma metodologia de monitoramento capaz de captar o corte seletivo em áreas de manguezais, bem como outras formas de uso que não estejam associadas à cobertura florestal, por exemplo, a pesca.

Em áreas não exclusivamente terrestres, tais como em Reservas Extrativistas Marinhas (REM), as famílias beneficiárias do programa podem fazer uso tanto dos recursos naturais terrestres quanto marinhos, logo há uma maior incerteza e complexidade sobre o uso sustentável dos mesmos.

Visto a abrangência do PBV em áreas marinhas, uma reserva extrativista marinha foi escolhida para a realização desta pesquisa: a RESEX marinha de Caeté-Taperaçu, localizada no litoral amazônico, na maior faixa contínua de manguezais do mundo.

² Assentamentos ambientalmente diferenciados do Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA); Unidades de Conservação Federais (Reservas Extrativistas/RESEX, Florestas Nacionais/Flona e Reservas de Desenvolvimento Sustentável/RDS).

Pergunta de pesquisa, hipóteses e objetivos

Ao ser considerado que o Programa Bolsa Verde é condicionado ao cumprimento dos instrumentos de gestão da área onde ele é implementado, o objetivo deste estudo é buscar elementos que permitam elucidar a seguinte questão de pesquisa: *O Programa Bolsa Verde é percebido pelos usuários como uma política capaz de reforçar os instrumentos de gestão dos recursos naturais em reservas extrativistas marinhas?*

Partiu-se do pressuposto de que a capacidade do Programa Bolsa Verde em reforçar os instrumentos de gestão depende da forma como ele é percebido pelos atores locais, especificamente a percepção sobre a condicionalidade ambiental atrelada ao pagamento. A fim de ter alguns eixos norteadores da pesquisa foram construídas algumas **hipóteses** relacionadas a percepção.

1) O Programa Bolsa Verde apresenta-se tanto como um benefício social quanto como um instrumento ambiental. Nesse sentido supomos que quanto maior for o conhecimento sobre as regras ambientais pelos usuários, mais eles perceberão a condicionalidade ambiental do programa. Se um usuário tem pouco conhecimento das regras ele perceberá o Bolsa Verde unicamente como um benefício social. No entanto, se o usuário conhecer as regras de uso dos recursos naturais a percepção dele sobre o Bolsa Verde será a de um reforço à gestão ambiental.

2) O nível de organização da comunidade influencia na forma como o Programa Bolsa Verde é percebido. Onde a organização comunitária é bem articulada e com instrumentos de gestão bem definidos, o programa é percebido como um reforço à gestão ambiental coletiva. Onde o nível de organização é baixo ou inexistente, logo sem envolvimento para o estabelecimento de regras, ele é percebido como um pagamento individual incapaz de atingir seus objetivos ambientais.

3) O Bolsa Verde enfatiza a conservação do ambiente terrestre, que é o principal foco do programa e do monitoramento. Porém o programa tem uma parcela expressiva de beneficiários localizados na zona costeira. O enfoque atribuído ao Bolsa Verde pelo usuário da RESEX poderá levar a uma conservação seletiva, ou seja, predominar sobre um dos ecossistemas. Caso o Bolsa Verde seja percebido como um incentivo somente à conservação dos recursos terrestres, poderá haver um deslocamento das atividades produtivas e uma maior pressão sobre os recursos marinhos. No entanto, se o Bolsa Verde for percebido como um apoio a conservação global, ele poderá reforçar a gestão da área de transição como um todo.

A partir destas 3 hipóteses, podemos definir um hipotético gradiente de percepção do Bolsa Verde: i) não percepção da condicionalidade ambiental atrelada ao pagamento, sendo neste caso somente um benefício social sem capacidade ambiental; ii) percepção da condicionalidade que varia entre conservação da cobertura florestal e dos recursos marinhos; e iii) percepção das condicionalidades relacionadas às decisões coordenadas e um reforço da gestão ambiental coletiva.

Para responder a pergunta inicial foram definidos os seguintes **objetivos**:

1. Identificar como os debates sobre Pagamentos por Serviços Ambientais permitem analisar o Programa Bolsa Verde;
2. Analisar em qual contexto político encontra-se a RESEX e como o Programa Bolsa Verde se insere nesse contexto;
3. Analisar quais são os instrumentos de gestão ambiental da RESEX e de que forma o Programa Bolsa Verde se articula com as dimensões terrestre e marinha;
4. Entender as percepções existentes sobre o Programa Bolsa Verde;
5. Analisar como a percepção sobre o Programa Bolsa Verde pode reforçar ou não a gestão ambiental;

Por ser uma política recente, em que a implementação ainda está em adaptação, a análise do Programa Bolsa Verde será feita a partir da percepção dos atores locais (agentes públicos, lideranças, comunitários, beneficiários e não beneficiários do PBV) sobre o Programa e sobre o sistema socioecológico em geral.

Ostrom (1990) expõe que a percepção, a ação e a política ambiental sobre os recursos são afetadas pelas características dos recursos naturais e as respectivas regras institucionais. A percepção de um instrumento político influencia na forma com que as pessoas reagirão, fazendo com que elas mudem ou mantenham suas práticas de uso e manejo dos recursos, o que pode ser determinante para o sucesso da gestão ambiental empreendida.

Nesse sentido, o estudo da percepção apresenta-se como uma forma de elucidar questões relacionadas aos objetivos da política e a visão que se tem sobre ela em campo. A análise da percepção dos beneficiários do Programa Bolsa Verde, bem como o seu monitoramento podem servir como indicadores sobre o caminho percorrido na gestão da Reserva Extrativista.

CAPÍTULO 1

DEBATES TEÓRICOS RELACIONADOS AO BOLSA VERDE

Este capítulo apresentará o Programa Bolsa Verde (seu objetivo, público alvo, os locais aos quais ele se destina e a trajetória de implementação do programa) e como ele dialoga com os debates teóricos em torno de Pagamentos por Serviços Ambientais, a partir da principal conexão estabelecida entre eles: a condicionalidade ambiental atrelada ao pagamento.

Em seguida serão apresentadas as relações estabelecidas dentro dos sistemas socioecológicos, voltando-se a atenção ao sistema de governança e a percepção dos usuários dos recursos naturais, a fim de fundamentar a análise do Programa Bolsa Verde.

1.1 Percurso institucional do programa Bolsa Verde

O Programa Bolsa Verde (PBV) é uma política pública federal que concilia objetivos sociais e ambientais (inclusão social e conservação ambiental). É orientado às famílias em condição de pobreza extrema³, que vivem em áreas de interesse para a conservação⁴. Áreas onde a cobertura florestal, de acordo com cada bioma, não seja inferior a definida pelo Comitê Gestor do Programa (Resolução nº 1, de 25 de fevereiro de 2014).

Os objetivos do programa Bolsa Verde são: (i) o incentivo à conservação dos ecossistemas por meio do compromisso das famílias beneficiárias do Programa com a manutenção da cobertura vegetal e do uso sustentável dos recursos naturais; (ii) a promoção da cidadania, a melhoria das condições de vida e a elevação de renda da população que vive em áreas de relevância ambiental; (iii) e o estímulo à participação de seus beneficiários em ações de capacitação ambiental, social, educacional, técnica e profissional (BRASIL, 2011).

O programa faz parte das ações do Plano Brasil Sem Miséria. O Plano Brasil Sem Miséria foi instituído em 2011 com a finalidade de erradicar a extrema pobreza em resposta a

³Segundo o Decreto nº 8.232, de 30 de abril de 2014, a referência de extrema pobreza para o Plano Brasil Sem Miséria foi atualizada para R\$ 77,00 mensais por pessoa, a partir de junho de 2014.

⁴Unidades de Conservação (UCs) de uso sustentável geridas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio); Assentamentos ambientalmente diferenciados do Instituto Nacional e Colonização e Reforma Agrária (INCRA); Áreas ribeirinhas geridas pela Secretaria do Patrimônio Público da União (SPU).

uma das diretrizes dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio; especificamente ao Objetivo 1, cujo propósito era o de reduzir até 2015 a pobreza extrema a um quarto do nível de 1990 (Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, 2014).

As primeiras avaliações da implementação do Programa Bolsa Verde mostraram que ele contribuiu significativamente para tirar da invisibilidade comunidades que vivem em áreas afastadas dos centros urbanos e que mantêm seus modos de vida intimamente dependentes do uso dos recursos naturais (MDS, 2014). De fato, muitas das pessoas que foram beneficiadas não tinham identidade (Registro Geral) e não eram conhecidas até então pelo Estado.

O percurso institucional do programa pode ser dividido em duas fases. A primeira fase compreendeu a identificação, por meio de busca ativa, dos potenciais beneficiários do programa e sua respectiva inclusão. Em 2015 ele iniciou sua segunda fase de implementação, na qual além da inclusão produtiva, uma das prioridades da gestão do programa foi a de melhorar a forma do seu monitoramento. Com esse intuito, foi desenvolvida, em parceria com o Laboratório de Gestão Ambiental da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (LAGEAM/UFRRJ), a metodologia para o monitoramento amostral do programa, que já foi testada e validada.

Os próximos encaminhamentos do Bolsa Verde, previstos dentre seus objetivos e sendo articulados no comitê gestor do programa, voltam-se para a assistência técnica e para a inclusão produtiva das famílias beneficiárias (MMA, comunicação pessoal). Ou seja, o pagamento, além de ser uma recompensa financeira às famílias que contribuem para a conservação, poderia ser visto como um incentivo que favorecesse a transição para sistemas de produção mais sustentáveis ao mesmo tempo em que viabilizasse a autonomia financeira dessas famílias, proporcionando a saída delas do programa.

Coutinho (2014) discutiu o modelo de arranjo institucional para o programa e o dividiu em componente ambiental e componente social. Segundo ele, para que os objetivos ambientais do programa fossem alavancados, o arranjo mais apropriado deveria contemplar todos os agentes necessários (públicos e privados).

Sobre os objetivos sociais, ele diz que o arranjo institucional estabelecido apresentou-se suficiente para que existissem avanços significativos na identificação dos potenciais beneficiários do programa. A questão agora se trata da conservação ambiental e da autonomia financeira dos beneficiários do programa.

A maioria dos beneficiários do PBV são assentados da reforma agrária e localizam-se no estado do Pará (SIMÃO, JACOVINE & SILVA, 2013). Segundo Viana (2014), o grande número de famílias beneficiárias no Pará deve-se aos esforços do governo

em relação à criação de UCs de uso sustentável, aos Projetos de Assentamentos Ambientalmente Diferenciados do INCRA e à regularização fundiária de ocupações ribeirinhas.

O Programa Bolsa Verde é destinado as unidades territoriais que visam a conservação ambiental, tais como Reserva Extrativista (RESEX), Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE), dentre outros. O PBV é um programa que permite sua adaptação aos diferentes contextos sociais e arranjos de gestão dos recursos naturais.

É importante ressaltar que as dinâmicas de uso do solo e a conexão com mercados respondem a condições sociais e históricas próprias e devem ser levadas em conta para uma melhor adequação da política. Por exemplo: assentamentos do INCRA e Reservas extrativistas terrestres possuem um histórico particular de relação com a terra, que por sua vez é diferente das RESEX marinhas, assim como das comunidades tradicionais geridas pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU). As atividades desses grupos sociais não são necessariamente excludentes ou antagônicas, podendo coexistir em diferentes graus de importância.

Nesse contexto, depreende-se que a relação dos grupos sociais beneficiários do programa com os recursos naturais provavelmente é muito diversa. Essa diversidade diz respeito tanto entre diferentes unidades territoriais, bem como entre grupos sociais dentro de um mesmo território. Em uma reserva extrativista marinha, por exemplo, pode haver distintos grupos sociais (pescadores, artesãos, pequenos agricultores, apicultores, turismo etc.) que desenvolvem suas atividades econômicas e socioculturais e cujas características locais repercutirão na desempenho da política.

Na zona costeira o êxito da contribuição do PBV para a conservação dos recursos naturais torna-se ainda mais desafiador, pois existem problemas de difícil definição e de difícil diferenciação de outros problemas maiores. Para esses problemas a governança deve envolver julgamentos coletivos pelos atores envolvidos em um processo experimental, interativo e deliberativo (JENTOFT & CHUENPAGDEE, 2009).

1.2 Bolsa Verde: entre Transferência de Renda Condicionada e Pagamentos por Serviços Ambientais

O repasse do recurso concedido pelo Programa Bolsa Verde ocorre de forma conjugada à execução do Programa Bolsa Família. Nesse sentido, o Programa Bolsa Verde atua como um programa de transferência de renda condicionada, cuja condicionalidade são critérios sociais e ambientais.

A Transferência de Renda Condicionada (*Conditional Cash Transfer – CCT*) é um tipo de abordagem usada em programas governamentais que têm por objetivo reforçar o capital social. O principal foco da transferência de renda condicionada é superar o ciclo de pobreza transgeracional. No caso do Brasil, o que se propõe com esse tipo de abordagem é que as famílias beneficiárias dos programas de transferência de renda condicionada tenham oportunidades para investir no futuro de seus filhos, particularmente na educação e na saúde das crianças.

A noção de transferência de renda condicionada começou a ser construída no final da década de 1990 a partir das experiências de países em desenvolvimento. Ao final dos anos 2000 ela se espalhou por quase todos os países da América Latina. No entanto, além de países da América do Sul países como Turquia, Índia, Indonésia e demais países de outros continentes também aderiram a essa abordagem. O Brasil, por meio do Programa Bolsa Família se destaca por apresentar o programa de transferência condicionada com o maior contingente de beneficiários (Banco Mundial, 2009).

Embora o Bolsa Verde não faça parte formalmente de um arranjo de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA), pois está inserido nas ações de um programa de Transferência de Renda Condicionada, ele também tem sido comparado a um PSA, pois é um incentivo econômico às famílias que vivem em áreas de interesse para a conservação ambiental e pela condicionalidade atrelada ao pagamento.

A Lei nº 6938/1981 - que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente – prevê, dentre os seus instrumentos de gestão, a criação de instrumentos econômicos. Segundo Shiki & Shiki (2011) o Pagamento por Serviço Ambiental, se tratado como uma política do Estado, pode ser um instrumento auxiliar eficaz de gestão ambiental e inclusão social.

O Programa Bolsa Verde possui semelhanças com os mecanismos de PSA e enfrenta os mesmos desafios que a literatura sobre PSA está discutindo nesses últimos anos.

Os desafios aqui tratados são referentes ao tipo de abordagem concebida, ao monitoramento das condicionalidades ambientais e às motivações à conservação.

Os esquemas de PSA quanto ao seu tipo e abordagem teórica podem ser bastante diversificados, contemplam iniciativas públicas ou privadas e variam quanto aos recursos que se pretende conservar. As iniciativas mais comuns no Brasil são para a conservação de recursos hídricos e florestais (GUEDES & SEEHUSEN, 2011).

O Programa Bolsa Floresta, iniciativa do estado do Amazonas em 2007, é destinado às comunidades tradicionais que vivem em unidades de conservação do estado do Amazonas. O programa está estruturado em quatro componentes (renda, social, associação e familiar) integrando inclusão produtiva, acesso a serviços sociais básicos, fortalecimento das organizações comunitárias e incentivo ao compromisso à conservação e ao desenvolvimento sustentável (VIANA *et al*, 2012). Ele foi um dos precursores importantes do Programa Bolsa Verde federal, tendo em vista o fato de atuar na conservação ambiental, na melhoria da qualidade de vida de populações tradicionais e no reconhecimento do papel protagonizado pelas populações tradicionais na conservação ambiental.

Outro programa, que por vezes se confunde com o Programa Bolsa Verde federal, é o programa Bolsa Verde do estado de Minas Gerais, lançado em 2007. Embora o nome seja o mesmo, seu objetivo é diferente. O Programa Bolsa Verde de Minas Gerais é destinado aos produtores rurais do estado que conservam ou que queiram recuperar áreas de mata nativa; adequando-se a legislação ambiental. O motivador da criação deste programa foi reduzir os elevados índices de desflorestamento apresentados por Minas Gerais. Diferente do Bolsa Verde Federal, em que o repasse é concedido por unidade familiar, o Bolsa Verde de Minas Gerais é concedido de acordo com a quantidade de hectare de área protegida, sendo R\$ 200,00/ha.ano⁻¹ (OLIVEIRA *et al*, 2013).

Referente à conservação de recursos hídricos, destaca-se a nível nacional o Programa Produtor de Água, que foi criado pela Agência Nacional de Águas (ANA) dentro dos moldes dos Pagamentos por Serviços Ambientais. O Programa Produtor de Água incentiva produtores rurais a desenvolver práticas sustentáveis que evitem ou mitiguem processos erosivos que provocam a perda do solo e diminuem a qualidade e a disponibilidade dos recursos hídricos. O objetivo do programa é promover uma regularidade na oferta de água (BRASIL, 2013). Ao contrário do Programa Bolsa Verde federal, o Programa Produtor de Água não tem um caráter social, voltando-se unicamente à conservação ambiental e o aporte financeiro pode advir de entes privados.

Recentemente, surgiram discussões a nível internacional sobre o potencial dos PSA para a conservação de recursos pesqueiros (BARR, 2012; BINET *et al.*, 2013; BLADON *et al.*, 2014), sobre o potencial de captura de carbono pelas “florestas azuis”, termo usado para designar áreas com manguezais, pradarias submersas, bancos de Kelps e marismas (LAFFOLEY & GRIMSDITCH, 2009; WORLD BANK, 2008) e para áreas marinhas protegidas (BARR & MOURATO, 2009). No Brasil não há qualquer experiência concreta de PSA marinho, no entanto o Programa Bolsa Verde contempla beneficiários que vivem na zona costeira.

Embora os esquemas de PSA possam ser dos mais diversos tipos, há um elemento comum que os une, que é a condicionalidade ambiental atrelada ao pagamento (WUNDER, 2015). O que significa que quem recebe pelo pagamento deve apresentar uma contrapartida de conservação. Essa condicionalidade está presente no Programa Bolsa Verde, pois os beneficiários do programa devem respeitar os instrumentos de gestão da área onde vivem para fazer jus ao seu recebimento.

Os instrumentos de gestão (Quadro 1) variam conforme a área a ser conservada, o que sugere uma adaptação do programa ao contexto local. Por exemplo, em assentamentos do INCRA há o Plano de Uso e o Plano de Exploração Anual. Já em reservas extrativistas federais há o Plano de Manejo, o Conselho Deliberativo e os Acordos de Gestão. Os instrumentos de gestão podem ser discutidos em instâncias que permitem a construção coletiva das regras de uso dos recursos.

Quadro 1. Instrumentos de gestão presentes na Resolução nº 1 da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável - MMA, de 25 de fevereiro de 2014, que institui os procedimentos para inclusão de áreas e ingresso de famílias no Programa de Apoio à Conservação Ambiental – Bolsa Verde.

Código	Descrição	Sigla	Órgão
1	Autorização Ambiental de Funcionamento	AAF	INCRA
2	Contrato de Concessão de Uso	CCU	INCRA
3	Licença de Instalação	LI	INCRA
4	Licença de Operação	LO	INCRA
5	Licença de Instalação e Operação	LIO	INCRA
6	Licença de Operação Corretiva	LOC	INCRA
7	Licença Prévia	LP	INCRA
8	Licença Florestal da Propriedade Rural	LFPR	INCRA
9	Núcleo de Gestão Ambiental	NGA	INCRA
10	Plano de Desenvolvimento do Assentamento	PDA	INCRA
11	Plano de Recuperação do	PRA	INCRA

	Assentamento		
12	Projeto Final do Assentamento	PFA	INCRA
13	Projeto Básico do Assentamento	PBA	INCRA
14	Plano de Aptidão Agrícola	PAA	INCRA
15	Plano de Exploração Anual	PEA	INCRA
16	Plano de Uso	PU	INCRA e ICMBio
17	Relatório Ambiental Simplificado	RAS	INCRA
18	Plano de Manejo Florestal	PMF	INCRA
19	Título Definitivo	TD	INCRA
20	Acordo de Gestão	AG	ICMBio
21	Plano de Manejo	PM	ICMBio
22	Conselho Consultivo	CC	ICMBio
23	Conselho Deliberativo	CD	ICMBio
24	Acordo de Pesca	AP	ICMBio
25	Plano Emergencial	PE	ICMBio
26	Termo de Autorização de Uso Sustentável	TAUS	SPU

Muradian (2013), ao criticar a perspectiva da economia neoclássica sobre os PSA, expõe que sob essa perspectiva a condicionalidade do pagamento está relacionada à prestação de um serviço ambiental previamente negociado, que para isso deve ser bem definido. No caso do Programa Bolsa Verde não há uma negociação monetária do provimento de um serviço ambiental, mas como exposto anteriormente, a condicionalidade está atrelada às regras previamente existentes à implementação do programa. Assim o Programa Bolsa Verde deveria reforçar o cumprimento de tais regras.

Para saber se a condicionalidade está sendo cumprida, faz-se necessário seu monitoramento. Em muitos casos de PSA no Brasil, este monitoramento é realizado a partir de imagens de satélite, portanto, permitem unicamente monitorar a extensão da cobertura vegetal (ELOY, COUDEL & TONI, 2013). No entanto, nem sempre é possível inferir uma relação de causa e efeito entre os beneficiários do programa e os resultados aferidos pelo monitoramento remoto da cobertura vegetal e também pode haver degradações que não serão monitoradas.

Além disso, relegar o cumprimento da condicionalidade apenas ao monitoramento da cobertura vegetal pode reduzir os serviços ambientais à manutenção da cobertura vegetal, havendo uma simplificação do ecossistema. Ademais, outras práticas complexas que preservam a biodiversidade podem não ser valorizadas se os esquemas de PSA contemplarem somente a cobertura vegetal. Com isso coloca-se a relevância de um monitoramento a nível local, como defendido no Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural (Proambiente) (MATTOS, 2011), pois ele pode aumentar a facilidade e a

agilidade na obtenção das informações sobre as intervenções que estão ocorrendo no meio ambiente de forma mais detalhada e fiel à realidade.

As abordagens sobre a lógica por trás do funcionamento dos esquemas de PSA apresentam diferentes implicações sobre a continuidade da conservação depois que um esquema de PSA deixa de existir. PSAs do tipo *use-restricting* (restrição de uso³), em que há limitação das práticas sobre o uso dos recursos, podem apresentar rápidos resultados, no entanto a chance de haver retrocesso na conservação assim que cessem os pagamentos é muito alta e em função disso pode haver uma espécie de chantagem ambiental (PIRARD, BILLÉ & SEMBRÉS, 2010). Também há o risco da comunidade perder a sua legitimidade sobre as aspirações de desenvolvimento da terra (KARSENTY, 2007; ROMERO & ANDRADE, 2004).

Já PSAs do tipo *asset-building* (incentivos ao desenvolvimento de capacidades⁵) apresentam maior perspectiva de continuidade da conservação, pois preconizam uma transição para práticas mais sustentáveis. O pagamento, somente durante um período de tempo, funciona como um investimento voltado às mudanças que podem ser mais profundas e transformadoras das atividades relacionadas ao uso dos recursos naturais (PIRARD; BILLÉ; SEMBRÉS, 2010; MURADIAN, 2013).

No que concerne ao Bolsa Verde, não há a imposição de novas restrições de uso aos usuários dos recursos, visto que o programa está associado ao cumprimento de regras pré-existentes e estão sendo estruturados mecanismos que possibilitem a emancipação dos beneficiários do programa. Há uma evolução na última versão do programa, para tentar incentivar uma inserção produtiva, similar a um *asset-building*.

O desafio e a incerteza que os arranjos de PSA apresentam em relação as motivações, que podem ser divididas em extrínsecas e intrínsecas (RYAN & DECI, 2000), diz respeito aos valores pessoais atrelados a conservação. Há autores que dizem que a conservação caracterizada em função de um negócio (mercado) pode erodir culturalmente os valores de conservação não enraizados no lucro (KARSENTY, 2007; ROMERO & ANDRADE, 2004).

Embora o Bolsa Verde não se configure na lógica de mercados, tal discussão pode ser aplicada à esta política, visto que transferências monetárias são atreladas a conservação. Bowles e Polanía-Reyes (apud MURADIAN, 2013) colocam que os incentivos monetários podem induzir a uma mudança no modelo de mediação dos relacionamentos. O que pode

⁵Tradução própria.

sugerir que o modelo de mediação da relação entre os beneficiários do Bolsa Verde e a política, inicialmente baseado na recompensa, poderia ser alterado para uma mediação com base no interesse monetário.

1.3 O Programa Bolsa Verde e os sistemas socioecológicos

O Programa Bolsa Verde é uma política pública que atua em locais onde os recursos naturais são utilizados por praticamente todos os beneficiários de um determinado lugar, por exemplo, reservas extrativistas e assentamentos ambientalmente diferenciados. No caso das Unidades de Conservação e em alguns assentamentos, o PBV se insere em lugares de uso coletivo e que possuem recursos naturais que podem ser classificados como recursos comuns, denominados na literatura como Common Pool Resources–CPR (OSTROM, 1990).

Embora nem todas as áreas que o PBV é implementado sejam áreas coletivas, ressalta-se que os instrumentos mencionados no Quadro 1 são sempre instrumentos coletivos de gestão ambiental.

Os recursos comuns são recursos os quais é muito difícil excluir o acesso à potenciais usuários e são recursos com a característica de alta rivalidade, o que significa que o uso do recurso por um indivíduo deixa de ser disponível para outro (LAURIOLA, 2009). A gestão desses recursos torna-se, portanto, um problema de ação coletiva.

Problemas de ação coletiva ocorrem quando há escolhas individuais em situações interdependentes, e em que as escolhas são baseadas em cálculos que maximizam ganhos individuais em curto prazo e negligenciam resultados sociais ótimos, em que todos se beneficiariam (OSTROM, 2010).

Em contextos onde decisões individuais repercutem em situações de interdependência a existência de instituições que emergem desses contextos são meios que podem acenar melhores ou piores resultados para o grupo e para o ambiente (OSTROM, 2010). Assim, para entender o papel do Programa Bolsa Verde é importante entender com e sob quais instituições ele se relaciona e como ele é percebido.

As instituições podem ser interpretadas como uma forma de capital social, formada por processos que envolvem a construção de confiança, normas de reciprocidade e redes de engajamento cívico, incluindo as regras e as leis dentro e entre níveis de interação (BRONDIZIO, OSTROM & YOUNG, 2009).

Este estudo assume o conceito de instituições sob o aspecto das regras e leis que as pessoas usam ou constroem quando interagem sob situações que se repetem. Indivíduos que regularmente interagem valem-se de regras ou do não uso de regras designadas por autoridades governamentais, bem como desenvolvem e aplicam suas próprias regras (OSTROM, 2008). Assim, as instituições são construídas, mantidas e transformadas pelas pessoas (MCGINNIS, 2011).

Tendo em vista que este estudo concentra-se na análise do Programa Bolsa Verde em uma reserva extrativista marinha, que se vale da cogestão dos recursos comuns, cujas responsabilidades sobre o manejo são divididas entre os beneficiários da RESEX e os agentes públicos, presume-se a interação entre diferentes níveis de ação que repercutem na existência de regras que emergem de contextos socioecológicos a fim de promover a sua sustentabilidade.

Os sistemas socioecológicos são formados por múltiplos subsistemas, que apresentam variáveis próprias, organizam-se de acordo com diferentes níveis e interagem entre si (OSTROM, 2009). Para compreender o sistema socioecológico da RESEX marinha de Caeté-Taperaçu será utilizado como modelo o quadro conceitual (*framework*) apresentado por Ostrom (2009), que sistematiza as variáveis mais relevantes ao se analisar um sistema socioecológico específico.

Ostrom (2009) divide os sistemas socioecológicos em dois níveis. O primeiro nível compreende: i) o sistema de recursos; ii) o sistema de governança; iii) as unidades dos recursos e; iv) os usuários. O segundo nível diz respeito as variáveis existentes no âmbito de cada um dos quatro subsistemas citados (Figura 1).

Figura 1. Quadro conceitual apresentado por Ostrom (2009) para sistematizar a análise de sistemas socioecológicos.

<i>Social, economic, and political settings (S)</i>	
S1 Economic development. S2 Demographic trends. S3 Political stability. S4 Government resource policies. S5 Market incentives. S6 Media organization.	
<i>Resource systems (RS)</i>	<i>Governance systems (GS)</i>
RS1 Sector (e.g., water, forests, pasture, fish)	GS1 Government organizations
RS2 Clarity of system boundaries	GS2 Nongovernment organizations
RS3 Size of resource system*	GS3 Network structure
RS4 Human-constructed facilities	GS4 Property-rights systems
RS5 Productivity of system*	GS5 Operational rules
RS6 Equilibrium properties	GS6 Collective-choice rules*
RS7 Predictability of system dynamics*	GS7 Constitutional rules
RS8 Storage characteristics	GS8 Monitoring and sanctioning processes
RS9 Location	
<i>Resource units (RU)</i>	<i>Users (U)</i>
RU1 Resource unit mobility*	U1 Number of users*
RU2 Growth or replacement rate	U2 Socioeconomic attributes of users
RU3 Interaction among resource units	U3 History of use
RU4 Economic value	U4 Location
RU5 Number of units	U5 Leadership/entrepreneurship*
RU6 Distinctive markings	U6 Norms/social capital*
RU7 Spatial and temporal distribution	U7 Knowledge of SES/mental models*
	U8 Importance of resource*
	U9 Technology used
<i>Interactions (I) → outcomes (O)</i>	
I1 Harvesting levels of diverse users	O1 Social performance measures (e.g., efficiency, equity, accountability, sustainability)
I2 Information sharing among users	O2 Ecological performance measures (e.g., overharvested, resilience, bio-diversity, sustainability)
I3 Deliberation processes	O3 Externalities to other SESs
I4 Conflicts among users	
I5 Investment activities	
I6 Lobbying activities	
I7 Self-organizing activities	
I8 Networking activities	
<i>Related ecosystems (ECO)</i>	
ECO1 Climate patterns. ECO2 Pollution patterns. ECO3 Flows into and out of focal SES.	

*Subset of variables found to be associated with self-organization.

Schlager e Ostrom (1992) conceitualizaram quatro arranjos⁶ de governança (usuários autorizados/*authorized users*; requerentes/*claimant*; proprietários/*proprietors* e owners/*donos*) a partir da conjugação de diferentes direitos (direito ao acesso, direito à extração do recurso, direito de gestão; direito de exclusão, que compreende a construção de regras que permitem ou não o acesso de outras pessoas; e o direito de alienação).

As autoras também categorizaram as regras de acordo com três níveis de ação em: regras operacionais (*operational-level rules*); regras de definição coletiva (*collective-choice rules*) e regras constitucionais (*constitutional-rules*), que são as regras relacionadas ao nível de autoridade sobre as demais regras.

⁶A denominação original foi mantida, visto que não há uma denominação equivalente em português que traduza a ideia com fidelidade.

No nível das regras operacionais não há espaço para interlocução, ou seja, a tomada de decisão pessoal limita-se em respeitá-las ou infringi-las. No entanto, as regras operacionais podem ser revistas, modificadas ou revogadas em contextos de regras de escolha coletiva (*collective-choice rules*), que compreenderiam um segundo nível de ação.

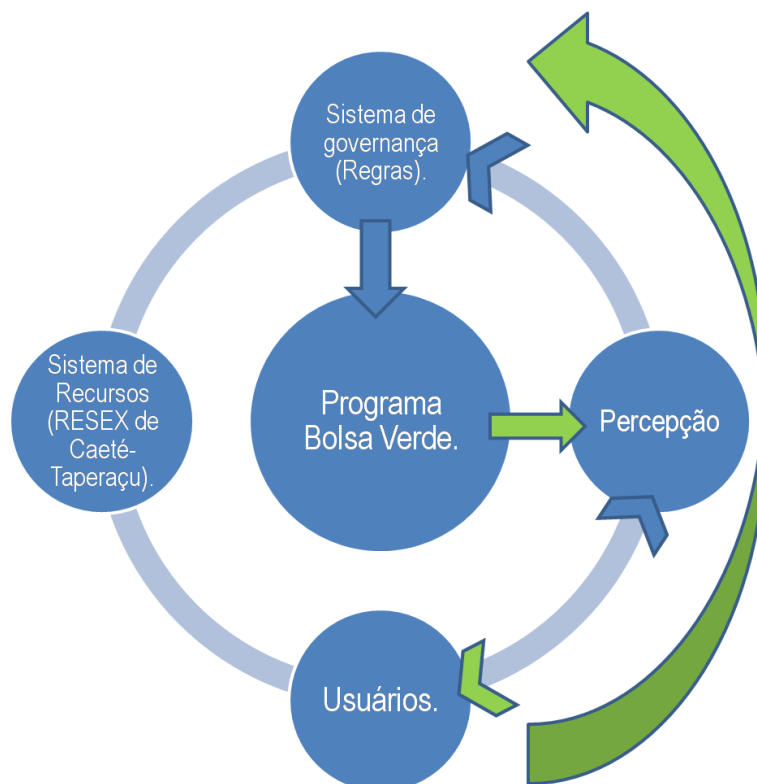
A participação em contextos de decisão coletiva não significa que qualquer pessoa possa participar e decidir livremente sobre as regras. Visto que existe um terceiro nível de ação de regras, que diz respeito às regras constitucionais.

Segundo Ostrom e Crawford (2009), as regras de escolha coletiva afetam as situações a nível operacional e as regras classificadas como *constitucional-choice rules* são regras que intervêm em situações de decisão coletiva.

As regras podem ser provenientes de autoridades externas, ou formalizadas por elas em contextos que as regras surgem a partir dos próprios usuários. Quando o sistema de regras é reconhecido juridicamente, estas regras são denominadas regras *de jure* e fazem referência a uma legislação. No entanto, existem regras que mesmo não sendo estabelecidas por meio de um aparato legal, são decorrentes de práticas estabelecidas no dia a dia. Essas regras são denominadas regras *de facto*.

Schlager e Ostrom (1992) argumentam que os incentivos e os resultados obtidos no que se refere a gestão do recurso, são influenciados pelos tipos de direitos (regras) existentes e que os requerentes/*claimants*, devido ao direito de gestão, podem construir mecanismos de regras operacionais relacionadas à exploração do recurso. No entanto, sem o direito de exclusão, eles não terão certeza se serão recompensados pelo investimento na gestão. Logo, o exercício do direito de gestão dependerá de circunstâncias que possibilitem benefícios ao passo que investem em ações coordenadas.

Figura 2. O Programa Bolsa Verde no contexto socioecológico.



O Programa Bolsa Verde poderia ser interpretado como um incentivo, caso atuasse como um mecanismo de controle em contextos que os usuários dos recursos naturais tem o direito à gestão, mas não tem o direito à exclusão. Nesse sentido a análise é feita a partir da percepção dos usuários sobre as regras e o que isso diz sobre o Programa Bolsa Verde e o que a percepção dos usuários sobre o Programa Bolsa Verde influencia no sistema de governança.

CAPÍTULO 2

ABORDAGEM DO ESTUDO

Neste capítulo são apresentadas as razões que foram considerados ao se definir a área de estudo (RESEX marinha de Caeté-Taperaçu), onde ela está localizada, as comunidades existentes no entorno e no interior da RESEX e a forma como elas estão organizadas territorialmente.

Em seguida é apresentado o planejamento amostral da coleta dos dados em campo (campo exploratório e campo de aprofundamento), as ferramentas metodológicas utilizadas (entrevistas institucionais, entrevistas abertas, entrevistas semi-estruturadas e aplicação da metodologia Q), assim como a estratégia amostral adotada para a definição dos pólos comunitários e para a identificação dos participantes.

A metodologia de análise dos dados foi realizada por meio do cruzamento das informações provenientes das entrevistas com os dados gerados pela metodologia Q. Apresentamos no final deste capítulo alguns dados descritivos das pessoas entrevistadas, permitindo uma caracterização da amostra, antes de apresentar as análises mais detalhadas nos próximos capítulos.

2.1 Área de estudo

Para definir uma área de estudo foi consultado o banco de dados do Programa Bolsa Verde, disponível no site institucional do programa. A base cadastral consultada foi referente ao período de 2015. Duas categorias de análise foram criadas. Beneficiários do PBV distribuídos por região brasileira e beneficiários distribuídos por biomas.

Tendo em vista o elevado contingente de beneficiários na zona costeira, foram tabuladas informações sobre UCs localizadas no bioma costeiro/marinho que culminaram na definição da RESEX de Caeté-Taperaçu como área de estudo.

A RESEX de Caeté-Taperaçu foi escolhida como área de estudo porque se localiza em um ecossistema de transição, na interface entre o ecossistema terrestre e o ecossistema marinho. Por estar na interface entre dois ecossistemas os processos antrópicos

tornam-se mais complexos e portanto mais difíceis de serem geridos. Logo, num ecossistema de transição o PBV poderia desempenhar um relevante papel na conservação ambiental.

Demais motivos justificaram a escolha de Caeté-Taperaçu: i) ela é a unidade de conservação marinha onde há o maior número de beneficiários do PBV (em consulta ao cadastro de beneficiários, no segundo trimestre de 2016 eram registrados 3.058 beneficiários); ii) ela fez parte dos estudos que validaram a metodologia amostral do Programa Bolsa Verde, por meio da parceria institucional entre o Ministério do Meio Ambiente com a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (MMA, 2015); o que permitiria construir um histórico de análise *in loco* sobre o programa; iii) ela apresenta beneficiários cadastrados no programa desde que ele foi lançado, em 2011, o que permitiria uma escala temporal de análise maior.

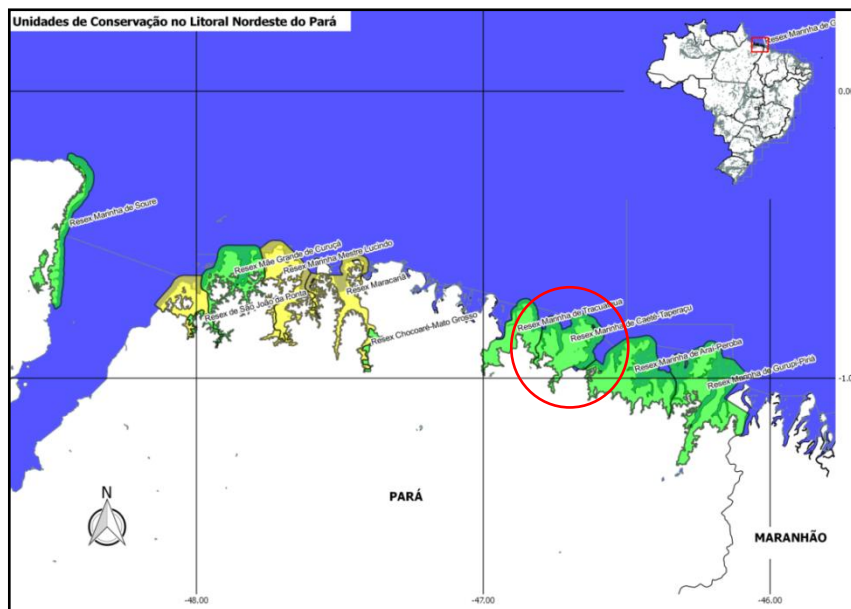
Reuniões antes das saídas de campo foram realizadas com gestores do Programa Bolsa Verde no Ministério do Meio Ambiente e no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Nessas reuniões procurou-se entender o histórico do PBV, sua lógica de construção, bem como as perspectivas futuras para o programa. A questão da área a ser selecionada foi abordada nestas reuniões e os gestores confirmaram o interesse da área de Caeté-Taperaçu devido aos estudos anteriores que tinham sido realizados.

Os dados da RESEX de Caeté-Taperaçu apresentados no relatório amostral do Programa Bolsa Verde foram levantados com o intuito de apoiar a seleção da amostra. No entanto, eles eram muito abrangentes e não permitiram diferenciar melhor as comunidades e os beneficiários.

A REM de Caeté-Taperaçu faz parte de um cordão de UCs localizadas no nordeste do litoral do Pará denominado de Salgado Paraense (Figura 3). Foi criada em 2005 e conta com 52 comunidades, com características diversas entre si, das quais 49 encontram-se em seu entorno e 3 estão no interior de seus limites.

Existem atividades produtivas na RESEX que interdependem de ambos os ecossistemas (terrestre e marinho). Carneiro *et al.* (2010), em um estudo sobre a vegetação nativa e seus respectivos usos pela comunidade, identificou que espécies arbóreas do mangue são usadas para a construção de currais de pesca. Ele fez uma estimativa de que seria necessário cortar aproximadamente 69.000 árvores de mangue por ano, para a construção e manutenção dos currais de pesca existentes na região, o que poderia representar uma ameaça ao ecossistema. Portanto, o Programa Bolsa Verde pode ter uma importância para a conservação da vegetação nessa região de Caeté-Taperaçu/PA.

Figura 3. RESEX marinhas localizadas no litoral nordeste do Pará com beneficiários do Bolsa Verde, exceto as que estão em amarelo. Destaque para a Resex de Caeté-Taperaçu. Fonte: elaboração própria, base cartográfica do IBGE e do ICMBio.



2.2 As comunidades

Na maioria das RESEX marinhas localizadas no litoral paraense os extrativistas vivem na região do entorno da UC. No caso da península bragantina, onde se encontra a RESEX de Caeté-Taperaçu, por se tratar geomorfologicamente de uma área que sofre grande influência do regime de macromarés, aliada às características pedológicas dos manguezais, existem áreas pantanosas que dificultam o estabelecimento de residências no interior da RESEX.

Assim, das mais de 50 comunidades⁷ onde vivem os extrativistas da UC, apenas 3 comunidades: Castelo (Pólo Bacuriteua), Vila dos Pescadores e Vila Bonifácio (Pólo Ajuruteua) ficam dentro da RESEX. As demais comunidades, exceto as dos bairros do Pólo Cidade, estão distribuídas na zona rural do município de Bragança, na margem esquerda ou direita do rio Caeté. As comunidades nem sempre são homogêneas, mostrando diferentes interesses de acordo com o gênero, a idade, a atividade produtiva, e o grupo socioeconômico ou étnico (AGRAWAL & GIBSON, 1999).

A agregação de várias comunidades próximas entre si, unidas por um ramal em comum compõe um pólo. A RESEX é composta por 8 pólos, sendo eles: i) Pólo Ajuruteua; ii)

⁷Fonte: Plano de Manejo da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu (Volume II), elaborado em 2012.

Entrevistas abertas com lideranças locais e com comunitários foram realizadas para a apresentação da proposta de pesquisa e para a apreensão das primeiras impressões sobre a percepção quanto ao PBV. Foram realizadas 10 entrevistas, que incluiu representantes dos pólos, dos Comitês Comunitários (CC), e da Associação dos Usuários da RESEX (ASSUREMACATA). As entrevistas abarcaram os seguintes temas: i) características das comunidades, tais como: tamanho, principal atividade e infraestrutura; ii) os sistemas produtivos presentes; iii) aspectos da organização comunitária, tais como: presença de associações, frequência de reuniões e principais assuntos tratados e iv) políticas sociais e suas influências.

Além das lideranças também foram entrevistados 6 comunitários. Entre eles beneficiários e não beneficiários do PBV. As informações prévias e de grande espectro sobre a percepção dos beneficiários em relação ao Programa Bolsa Verde serviram para subsidiar a construção das afirmações utilizadas na metodologia Q, aplicada no campo de aprofundamento.

Entrevistas institucionais. Foram entrevistados membros do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio); do Instituto de Desenvolvimento e Assistência Técnica da Amazônia (Idatam); da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMMA); da Secretaria Municipal de Economia e Pesca (SEMEP) e da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/PA). O objetivo destas entrevistas foi identificar as ações já desenvolvidas no âmbito da RESEX.

No decorrer do campo exploratório e do campo de aprofundamento ocorreram dois eventos relacionados à RESEX. O que me permitiu participar deles. No primeiro campo houve o seminário de finalização do **Acordo de Gestão da RESEX**. Ele consistiu no desfecho da revisão das regras dos principais recursos ambientais explorados na região. Na ocasião estavam presentes vários atores (lideranças, comunitários, representantes do ICMBio, do Idatam, da Comissão da Pastoral dos Pescadores (CPP), da Prefeitura Municipal de Bragança, da Universidade Federal do Pará entre outros) e foi possível acompanhar as reivindicações colocadas por esses atores.

O outro evento foi o **Workshop Internacional de Diálogos entre Comunidades Tradicionais Costeiras e Universidades**. Nesse workshop, além de lideranças e comunitários, estavam presentes pesquisadores brasileiros e alemães que fizeram parte do programa de cooperação técnica entre Brasil e Alemanha, denominado Manejo e Dinâmica em Áreas de Manguezais (MADAM). O programa MADAM foi executado entre os anos de 1995 e 2005, ou seja, esteve presente nos momentos precursores de criação da RESEX.

Ambos os eventos favoreceram minha aproximação das pessoas, bem como a contextualização da realidade local.

Na segunda fase das atividades em campo, realizada na segunda quinzena de novembro de 2015, além da participação no segundo workshop, os esforços do campo foram direcionados para a apreensão sistemática da percepção dos atores locais, especificamente dos usuários dos recursos naturais (beneficiários e não beneficiários do Programa Bolsa Verde). A percepção foi apreendida por meio de entrevistas semi-estruturadas (Apêndice 2) e por meio da metodologia Q (ver parte 2.6 para a descrição da metodologia).

Entrevistas semi-estruturadas (n=28) foram realizadas em paralelo com a aplicação da metodologia Q (n=24). Para cada participante foi realizada uma entrevista e uma dinâmica com a metodologia Q. Após as quatro primeiras entrevistas houve um reajuste no número e no teor das afirmações da metodologia Q. Assim, os dados dos primeiros quatro participantes obtidos por meio da metodologia Q foram excluídos da análise dos discursos.

Os dados das entrevistas foram tabulados no Excel e serviram para caracterizar a amostra e para relacionar possíveis similaridades entre os informantes agrupados sob um mesmo discurso. As informações obtidas com as entrevistas semi-estruturadas também corroboraram com a construção dos discursos provenientes da metodologia Q. Essas informações foram sobre as características gerais dos informantes (idade, escolaridade, número de membros do núcleo familiar; principais atividades produtivas; políticas públicas; conhecimento sobre as regras ambientais da RESEX etc.). Por fim os dados do campo foram complementados com a revisão da produção bibliográfica sobre a RESEX.

A seleção dos participantes foi feita por meio de indicações de lideranças comunitárias. Foi explanado às lideranças a necessidade de indicações de participantes que apresentassem perfis diferentes entre si, visto que a metodologia Q é uma ferramenta que serve para captar as diferentes opiniões e visões de mundo entre as pessoas. Buscou-se perfis diversos dentro de dois grupos: beneficiários e não beneficiários do Programa Bolsa Verde. A diversidade foi o atributo norteador na definição dos participantes.

2.4 Definição dos Pólos

Os pólos escolhidos para o campo de aprofundamento (Cidade, Bacuriteua, Treme e Tamatateua) foram em função das diferenças presentes em cada um deles para que fosse obtida a maior diversidade de opiniões entre as pessoas entrevistadas. Assim o **Pólo Cidade**

foi inserido por se tratar de uma área urbana, logo, com maior possibilidade de diversificação das fontes de renda e menor proximidade física da RESEX. Embora os extrativistas que residem na cidade não sejam somente coletores de caranguejo, os que são coletores coletam o caranguejo nos manguezais localizados às margens da rodovia PA-458, que liga Bragança à Praia de Ajuruteua.

O **Pólo Treme** foi escolhido por se tratar de um pólo cuja maior parcela dos comunitários realiza a coleta de caranguejo e a pesca de curral. No pólo Treme outra atividade que se destaca como importante fonte de renda é a catação da carne de caranguejo, realizada exclusivamente pelas mulheres marisqueiras⁸.

O **Pólo Bacuriteua** foi escolhido por conter uma das três comunidades que estão localizadas dentro da UC. A comunidade do Castelo, que fica à margem do rio Taperaçu. A principal atividade produtiva na comunidade do Castelo é a pesca, realizada tanto nas ilhas localizadas na frente da RESEX bem como nos furos e rios. Em contrapartida à comunidade do Castelo, há no mesmo pólo a comunidade de Bacuriteua, localizada à margem da PA-458. Nela residem pescadores que trabalham embarcados e percorrem distâncias mais afastadas da costa, por vezes, atuando sobre os recursos pesqueiros das frotas industriais (ex. pargo).

O **Pólo Tamatateua** compreende um pólo que além da pesca também se destaca pela forte presença da agricultura. O método de agricultura neste pólo diferencia-se dos demais (corte e queima) devido ao método de adubação denominado parcagem, que possibilitou no local a transição da agricultura itinerante para a agricultura perene. Esse método consiste em dividir a tarefa em quadras menores e rotacionar o gado nelas por alguns dias. O gado além de se alimentar da vegetação presente, ao defecar contribui para a adubação do solo. No pólo Tamatateua além das pescarias de “maré”, há a pesca nos campos fluviais (espécies de água doce), que ficam submersos durante o inverno amazônico (janeiro a junho).

Em cada pólo mais de uma comunidade foi percorrida. No Pólo Bacuriteua as entrevistas foram feitas na comunidade do Castelo, que fica dentro da RESEX, em Taperaçu-Porto, e na comunidade de Bacuriteua, subjacente a rodovia PA-458. No Pólo Treme, as comunidades visitadas foram Treme, São Domingos e El Dorado. No Pólo Cidade as entrevistas foram feitas no bairro Perpétuo Socorro, Perpétuo Socorro II e Vila Sinhá. A comunidade de Tamatateua, de Tapreval e Porto do Atalaia foram as visitadas no Pólo Tamatateua.

⁸Ver capítulo 4.

2.5 Caracterização da amostra

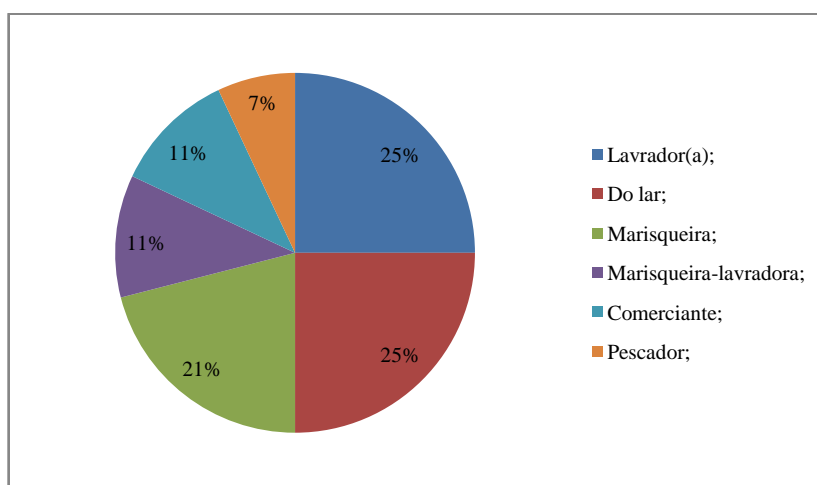
Parte dos dados obtidos por meio de entrevistas semi-estruturadas são apresentados a seguir. As entrevistas semi-estruturadas foram realizadas previamente à aplicação da metodologia Q no decorrer do campo de aprofundamento. Os dados são relacionados à participação no Programa Bolsa Verde e às características individuais das pessoas (gênero, profissão, idade e escolaridade).

Participação no PBV: 64% dos entrevistados são beneficiários do Programa Bolsa Verde e 36% são não beneficiários. Todos os entrevistados beneficiários do programa Bolsa Verde aderiram a ele entre os anos de 2011 e 2012, ou seja, desde o início de implementação do programa, o que correspondeu à uma janela temporal de quatro anos.

Gênero: 64% das entrevistas foram realizadas exclusivamente com mulheres, visto que elas são consideradas pelas políticas sociais como a responsável familiar do domicílio e por terem sido mais facilmente contatadas do que o público masculino. 11% das entrevistas foram feitas exclusivamente com homens. E em 25% das entrevistas quando oportuno houve a participação de ambos.

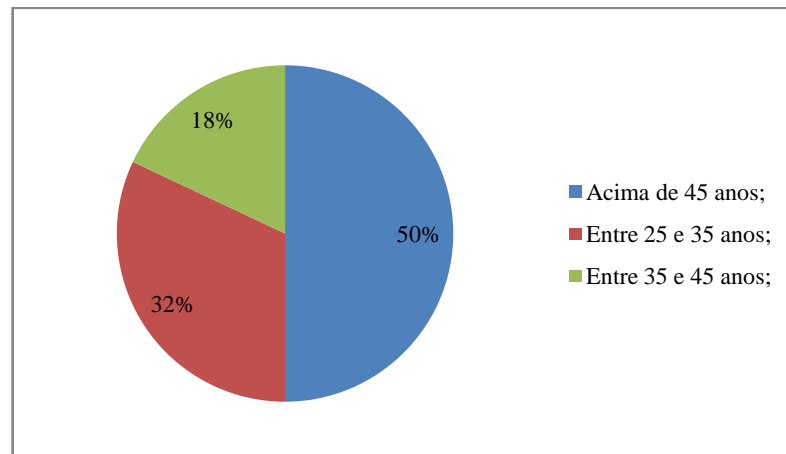
Profissões: as profissões declaradas pelos entrevistados foram: i) profissionais do lar (25%); ii) marisqueiras (21%); iii) lavradoras (25%); iv) marisqueiras-lavradoras (11%); v) pescadores (7%) e vi) comerciantes (11%).

Gráfico 1. Profissões declaradas pelos entrevistados (Fonte: dados da pesquisa).



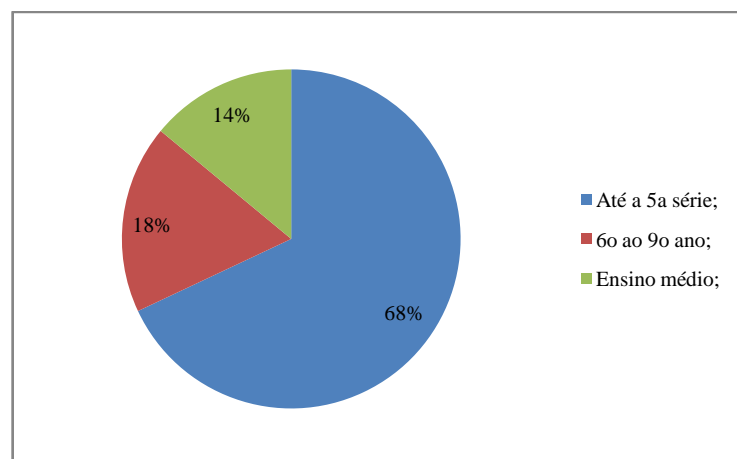
Faixa etária: a faixa etária dos entrevistados variou entre 25 a 62 anos. 50% deles apresentaram mais do que quarenta e cinco anos de idade, 32% tinham idade entre 25 e 35 anos; e 18% tinham entre 35 e 45 anos.

Gráfico 2. Faixa etária dos entrevistados (Fonte: dados da pesquisa).



Escolaridade: o nível de escolaridade predominante foi o ensino fundamental, destacando-se os anos iniciais (68% dos entrevistados pararam seus estudos na 5ª série).

Gráfico 3. Escolaridade dos entrevistados (Fonte: dados da pesquisa).



2.6 Metodologia Q

A metodologia Q foi criada por Willian Stephenson por volta de 1930 no campo da psicologia, com o propósito de se estudar questões que envolvessem a subjetividade (tais

como opiniões, crenças, percepções e comportamentos) de uma forma que contemplasse o rigor científico. Foi posteriormente aprimorada por Steven Brown para ser usada em estudos empíricos no campo das ciências sociais e humanas (COUTO, RAMOS & FLEMING, 2011). Nas últimas décadas, começou a se popularizar como ferramenta metodológica em estudos ambientais (BRANNSTROM, 2011).

Com a metodologia Q é possível identificar as similaridades e as diferenças presentes entre diferentes falas de um grupo de pessoas (SCHNEIDER *et al.*, 2015). A essência da metodologia Q é centrada no conjunto de afirmações (*Statements*) sobre um determinado tema. Essas afirmações são apresentadas às pessoas, que hierarquizam as afirmações de acordo com o que concordam ou não sobre o assunto. Os dados gerados são de caráter qualitativo e quantitativo, o que permite a realização de análises estatísticas, e são integrados numa forma de complementaridade (SCHNEIDER *et al.*, 2015; COUTO, RAMOS & FLEMING, 2011).

Como as afirmações são a base da metodologia Q, o universo amostral não precisa ser muito grande, pois, ao se atingir um dado número de pessoas os resultados começam a se tornar repetitivos. Embora não haja consenso total, é recomendável um participante para cada três afirmações (WEBLER, DANIELSON & TULER, 2009).

A análise dos resultados é feita por meio da identificação de modelos de discursos e a relação desses discursos com as características que permeiam os diferentes participantes.

2.6.1 Processamento dos dados da metodologia Q

A metodologia Q pode ser dividida em três etapas: i) Planejamento; ii) Aplicação da metodologia Q e iii) Análise dos dados. A primeira etapa diz respeito ao processo de construção e definição do número de afirmações. As afirmações usadas nesta pesquisa foram feitas com base na revisão da literatura e a partir das entrevistas feitas no campo exploratório. Ambas foram imprescindíveis para a construção de diferentes hipóteses sobre a percepção que os atores locais teriam sobre o Programa Bolsa Verde, sobre a RESEX, bem como sobre os instrumentos de gestão.

A partir das afirmações construídas (para esta pesquisa foram construídas 35 afirmações. Ver Quadro 7) foi definido o gradiente de concordância (discordo fortemente à concordo fortemente) e a quantidade mínima de informantes (1 participante para cada três afirmações; $n_{\text{mínimo}}=12$, $n_{\text{da pesquisa}}=24$).

A segunda etapa foi a aplicação da metodologia Q em campo. As afirmações foram apresentadas a cada participante, que definiu a posição das afirmações sobre o quadro composto pelo gradiente de concordância. Dessa forma o participante não poderia concordar ou discordar de todas as afirmações, o que o conduziu a julgar as afirmações mais relevantes para si a fim de expressar o seu ponto de vista sobre o tema. Ao final de cada “jogo” o resultado obtido foi o ordenamento ou *ranking* das 35 afirmações (*Qsort*). Cada interação da entrevista com a metodologia Q durou em média 2h:30 min.

A terceira etapa consistiu no processamento e análise dos dados obtidos em campo. Foi utilizado o programa estatístico PQMethod⁹, criado especificamente para esse fim. A partir da inserção de todos os *rankings* obtidos na fase anterior (*Qsorts*), o programa gerou modelos de discursos. Os modelos de discursos foram criados com base nas “afirmações de maior peso” dos participantes. Depois cada *ranking* inserido foi agrupado em um dos modelos identificados. Dessa forma foi possível determinar em que modelo de discurso o participante se encaixou.

A rotina estatística executada pelo PQMethod compreendeu a criação de uma matriz de correlação que integrou todos os *Qsorts* inseridos; uma análise fatorial da matriz de correlação foi realizada a fim de se obter os fatores (F). Entende-se por fatores os diferentes discursos identificados. Com base no autovalor (*eigenvalues*) definimos quais fatores (discursos) explicaram a maior parte da amostra (F1: 5.1; F2: 2.7; F3: 2.6, que juntos explicaram 43% da variância. Os fatores definidos foram rotacionados e o resultado foi a classificação, de acordo com os modelos de discursos criados, dos *Qsorts* inseridos.

Por fim as informações provenientes das entrevistas semi-estruturadas foram cruzadas com os modelos de discursos identificados.

⁹Software livre, disponível no seguinte endereço: <http://schmolck.userweb.mwn.de/qmethod/downpqwin.htm>

Figura 5. Representação da grade disponível para que os participantes ordenassem as 35 afirmações apresentadas e do peso atribuído a cada resposta para o teste estatístico.

			0			
		-1	0	1		
	-2	-1	0	1	2	
	-2	-1	0	1	2	
-3	-2	-1	0	1	2	3
-3	-2	-1	0	1	2	3
-3	-2	-1	0	1	2	3
Discordo fortemente	Discordo muito.	Discordo pouco.	Sem opinião formada.	Concordo pouco.	Concordo muito.	Concordo fortemente.

CAPÍTULO 3

EVOLUÇÃO DA RESEX DE CAETÉ-TAPERAÇU: ENTRE INCENTIVOS EXTERNOS E DINÂMICAS INTERNAS

Este capítulo apresentará o principal motivador do surgimento das RESEX terrestres, os eventos que marcaram seu processo de institucionalização e a exportação do modelo terrestre como instrumento de conservação marinha. Os processos macro contextuais abordados são então trazidos para a realidade da RESEX marinha de Caeté-Taperaçu, cujo processo de institucionalização compreendeu 3 fases (Mobilização para a criação da RESEX, Adequação aos protocolos de gestão e Políticas Públicas).

3.1 Das reservas extrativistas terrestres às reservas extrativistas marinhas

Conforme demonstrado na Quadro 2, o processo de institucionalização das Reservas Extrativistas derivou de dinâmicas internas e repercutiu na construção de uma política conservacionista, que por sua vez foi influenciada por contextos internacionais.

Quadro 2. Eventos que marcaram o processo de institucionalização das Reservas Extrativistas Terrestres e Marinhas (Fonte: elaboração própria).

	Níveis	1980	1990	2000	2002	2004
Dinâmicas internas	Local	Resex terrestre.	-Reservas pesqueiras. -Conflitos de uso.			
	Federal		Aumento de Áreas protegidas.	-SNUC. -De 2.000 em diante houve ênfase nas políticas sociais. - 2ª geração de RESEX.	Portaria Interministerial nº 13, de 19/09/2002.	II PNRA
Incentivos externos	Internacional		Pressões p/ a redução das taxas de desmatamento na Amazônia.			

As reservas extrativistas foram decorrentes de reivindicações manifestadas na década de 1980 primariamente por seringueiros. As reivindicações foram em virtude de

conflitos fundiários com fazendeiros incentivados, por uma política colonizadora, a expandir a fronteira agrícola na Amazônia, o que acarretou na expropriação de terras tradicionalmente ocupadas (CUNHA & LOUREIRO, 2009).

Em função da disputa fundiária, foi proposto pela base um modelo de propriedade coletiva, a fim de garantir os recursos ambientais necessários à reprodução de seus modos de vida, conformando-se as Reservas Extrativistas terrestres (SIQUEIRA, 2013). As RESEX terrestres, por meio de conquistas provenientes da luta dos movimentos sociais dos povos da floresta, foram as precursoras da categoria que posteriormente foi estendida às regiões litorâneas.

No ano de 2000 o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) incorporou o conceito de reservas extrativistas (terrestres e marinhas), tornando-as oficialmente uma ferramenta de gestão ambiental. As RESEX se caracterizam por serem um instrumento genuíno da política conservacionista e agrária brasileira e por se diferenciarem dos modelos de áreas protegidas provenientes dos países de “primeiro mundo”, pois são uma proposta endógena para solucionar os problemas ambientais nacionais (CHAMY, 2004; CUNHA & LOUREIRO, 2009).

As discussões sobre o modelo de reserva extrativista espalhou-se no âmbito das populações pesqueiras artesanais, tanto de águas interiores quanto de regiões litorâneas. Ainda na década de 1990, pescadores amazônicos vislumbraram um modelo semelhante que atendesse seus próprios anseios e que apaziguasse os conflitos de uso relacionados aos territórios pesqueiros (FURTADO, 1993).

Os movimentos sociais ligados à pesca (MONAPE¹⁰, CPP¹¹, CONFREM¹²) estiveram presentes, em diferentes graus de atuação, nas articulações voltadas para a defesa dos territórios tradicionais marinhos e costeiros. No entanto eles ocorreram de forma localizada, sem que houvesse uma integração das propostas.

¹⁰MONAPE: Movimento Nacional dos Pescadores e Pescadoras. Surgiu no período de criação da Constituição brasileira e perdurou até aproximadamente o ano de 2009. Sua trajetória esteve relacionada ao fortalecimento das Colônias de Pesca e autonomia política e sindical da categoria (PROANO FOX & CALLOU, 2013; POTIGUAR, 2007).

¹¹CPP: surgiu um pouco antes do MONAPE. Desenvolve ações voltadas a promoção social dos pescadores artesanais e suas famílias, bem como a relação do pescador com o meio ambiente. Suas principais ações concentram-se na região norte do Brasil, principalmente no estado do Pará (POTIGUAR, 2007).

¹²Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e Povos Tradicionais Extrativistas Costeiros e Marinhos. A comissão surgiu a partir de 2007 da busca de um espaço de interlocução que contemplasse os anseios em comum dos beneficiários das RESEX marinhas. Em 2014 houve a institucionalização oficial da CONFREM.

Em 2011 o Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil (MPP) destacou-se por ampliar a luta dos pescadores artesanais e lançar a campanha nacional do Projeto de Lei de iniciativa popular sobre a regularização dos Territórios Pesqueiros. Os Territórios Pesqueiros diferenciam-se das RESEX marinhas por se tratar de um modelo que não pertence ao arcabouço político ambiental.

A transferência do modelo terrestre para o ecossistema costeiro e marinho apresentou conflitos de ordem legal e diferenciações nos aspectos políticos e ecológicos. Enquanto a Constituição define o mar como um bem da União, o Código Civil o define como um bem público (SANTOS & SCHIAVETTI, 2013). Além disso, os recursos pesqueiros são compreendidos como bens de livre acesso, o que dificulta a gestão comunitária sobre eles e acaba agravando a exclusão social dos pescadores artesanais (CHAMY, 2004).

A maioria das Reservas Extrativistas Marinhas (REM) foram criadas depois da inserção da categoria no SNUC. Atualmente existem vinte e cinco reservas extrativistas marinhas distribuídas de forma heterogênea pelos 8.000 km de extensão da costa brasileira. No litoral amazônico, notadamente no estado do Pará, houve uma concentração de REM criadas em meados dos anos 2000. Os motivadores, bem como o processo de articulação de criação delas, foram semelhantes.

Na década de 1990 o governo brasileiro sofreu pressões internacionais para conter os desmatamentos na Amazônia e desfrutou da criação de áreas protegidas para lograr seus objetivos de conservação, dentre elas as reservas extrativistas marinhas. Aliado a esse fato, no final da década de 1990 houve no litoral nordeste paraense uma série de conflitos territoriais entre extrativistas de caranguejo, e houve o aumento de queixas sobre a utilização de artes de pesca predatórias que suscitaram a criação mais ou menos simultânea de quase uma dezena de reservas extrativistas marinhas. Nesse contexto foi criada a Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu (CONTENTE, 2013; ICMBIO, 2012).

Embora a reserva extrativista seja uma categoria que tem a prerrogativa de ser uma proposta da sociedade civil, ela também é um instrumento que serve ao interesse do Estado. Dois momentos históricos se distinguem na criação das reservas extrativistas: as reservas extrativistas de primeira geração, que se referem ao contexto de lutas fundiárias; e as reservas extrativistas de segunda geração já são vistas como um instrumento de ordenamento territorial e gestão ambiental.

Nas reservas de segunda geração há maior influência de representantes governamentais no sentido de influenciar a criação de demandas locais de reservas extrativistas costeiras (GLASER & OLIVEIRA, 2004; CONTENTE, 2011). Há um

encorajamento das comunidades locais por meio da divulgação de aportes externos (RITTER, 2000; SIMÕES & SIMÕES, 2005).

Outro elemento de reconstituição do contexto histórico de criação das reservas extrativistas compreende o momento político pelo qual o país passou no início dos anos 2000, período relativo as eleições presidenciais. A partir de 2002, com a eleição de Luis Inácio Lula da Silva, líder do Partido dos Trabalhadores, apoiado pelos movimentos sociais, a agenda pública passou a ser marcada por grande ênfase na construção de políticas públicas sociais.

Foi lançado o II Plano Nacional da Reforma Agrária, que com base na Portaria Interministerial nº13, de 19 de setembro de 2002¹³, ampliou os direitos dos assentados da reforma agrária às demais populações tradicionais (INCRA, 2004). Dessa forma pescadores artesanais assentados em reservas extrativistas marinhas obtiveram novos direitos, tais como o direito ao financiamento público, à política de assistência técnica e extensão rural, à política de inclusão produtiva e à política habitacional.

3.2 A RESEX de Caeté-Taperaçu

O processo de institucionalização da RESEX de Caeté-Taperaçu pode ser dividido em 3 fases (Quadro 2). Uma primeira fase de mobilização das pessoas para a sua criação (1998-2005). Uma segunda fase relacionada aos arranjos formais criados para permitir a cogestão da área. Nessa fase os extrativistas beneficiários da RESEX tiveram que se adequar aos protocolos externos para poderem se legitimar como cogestores (2005 - 2011). E por hora vive-se uma terceira fase da RESEX que está relacionada ao aporte de políticas públicas (2011 - até o momento). É bem provável que uma quarta fase, relacionada ao contexto econômico e político vigente, principalmente voltado para a diminuição de recursos de aporte do Estado, venha repercutir num futuro próximo na cogestão da RESEX.

¹³A Portaria Interministerial nº13, de 19 de setembro de 2002 foi substituída pela Portaria Interministerial nº 3 de 03 de outubro de 2008.

3.2.1 Fase 1: Mobilizações para a criação da RESEX

Na esfera da REM de Caeté-Taperaçu, além dos aspectos macro contextuais já mencionados, que influenciaram o seu processo de constituição, houve uma confluência de atores locais que protagonizaram a sua criação. Dentre eles pode-se citar a presença do Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT/IBAMA), do programa Manejo e Dinâmica em Áreas de Manguezais (MADAM), do Conselho da Pastoral dos Pescadores (CPP) e de algumas lideranças comunitárias.

Durante a década de 1990 a utilização de petrechos de pesca considerados predatórios (fuzarca¹⁴, timbó¹⁵, rede apoitada¹⁶) e a excessiva coleta de caranguejos durante o período de andata¹⁷, que resultava na coleta de fêmeas ovadas do caranguejo-uçá, suscitaram preocupações de ordem ambiental por parte de algumas lideranças, que culminaram em reivindicações por mais fiscalização. No entanto, tais descontentamentos não correspondiam a uma demanda real pela criação de uma reserva extrativista (CONTENTE, 2011).

Simultaneamente à esses acontecimentos, em 1995 iniciou-se em Bragança o Projeto de cooperação internacional entre o Brasil e a Alemanha denominado programa MADAM (programa Manejo e Dinâmica em Áreas de Manguezais), que durou até o ano de 2005. O programa de cooperação científica surgiu como resposta a necessidade de projetos de pesquisa que contribuíssem com a conservação dos recursos naturais de países em desenvolvimento, suscitado na Rio 92 (CONTENTE, 2011; SIQUEIRA, 2013).

A península bragantina foi escolhida pelo grupo de pesquisa por se tratar na época de uma das regiões mais intocadas da costa brasileira (GLASER, CABRAL & RIBEIRO, 2005). O programa MADAM em parceria com alguns pescadores permitiu viabilizar todo o levantamento que fundamentou tecnicamente a criação da RESEX Caeté-Taperaçu. Além do levantamento socioeconômico e biótico da região, pesquisadores e alunos do programa promoveram discussões para difundir o conceito de reserva extrativista (REIS DA SILVA, 2013).

Além de membros da comunidade e de pesquisadores, a mobilização das comunidades teve apoio de uma liderança membro do Conselho da Pastoral dos Pescadores e de técnicos do Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais

¹⁴ Tipo de armadilha fixa de pesca.

¹⁵ Veneno ictiotóxico.

¹⁶ Rede de pesca com grande quantidade de lastro para ficar presa ao fundo.

¹⁷ Também denominado de soatá, diz respeito ao comportamento reprodutivo do caranguejo-uçá, que sai de sua toca para se acasalar.

(CNPT/IBAMA). O CNPT foi criado em 1992 e era responsável pelos assuntos concernentes as reservas extrativistas, por exemplo a ampliação da base territorial das reservas extrativistas (Portaria IBAMA nº 22, de 10 de fevereiro de 1992).

Nesse sentido o embrião da ideia de criar a RESEX de Caeté-Taperaçu foi propagado aos demais “interessados” por alguns pescadores preocupados com o futuro da coleta de caranguejo, bem como da sustentabilidade das pescarias ameaçadas por técnicas pesqueiras predatórias; por lideranças comunitárias, na expectativa de melhores condições de vida proporcionadas pelo acesso às políticas públicas específicas e pelo aporte técnico do programa MADAM, do CNPT e do CPP.

O processo de institucionalização da RESEX de Caeté-Taperaçu, somando-se desde sua fase de mobilização até o momento, corresponde a mais de 15 anos. Ao longo desses anos, a cogestão territorial entre Estado e sociedade foi colocada à prova. O Estado pré-define os atos normativos e a sociedade civil é “empoderada” para participar dentro de um raio de ação predeterminado.

3.2.2 Fase 2: Adequação aos protocolos de gestão

A criação da RESEX prevê a cogestão como sistema de governança. Para isso são previstos instrumentos específicos que requerem que os usuários se adéquem e se adaptem aos protocolos de gestão e a uma nova forma de se relacionar entre si e com representantes do poder público.

Associação dos usuários da RESEX

Para que uma RESEX seja criada, é necessário que a demanda seja proveniente da base, isto é, que não seja uma decisão tomada de cima para baixo de forma imperativa. Assim, é preciso constituir uma entidade representativa, que comumente manifesta-se na forma de uma associação. A associação dos usuários da RESEX de Caeté-Taperaçu (ASSUREMACATA) foi formalizada após o decreto de criação da RESEX, ou seja, até então não havia uma entidade organizada que representasse os extrativistas.

A associação foi o primeiro ente a compor um cadastro dos usuários da RESEX. No início havia em média 2.000 pessoas cadastradas, após alguns anos esse número aumentou para 9.000.

Essa base cadastral da associação era utilizada para fins de levantamento do quantitativo de beneficiários das políticas públicas que eram implementadas na RESEX. No entanto, o excessivo aumento do número de cadastrados na associação começou a gerar conflitos relacionados à legitimidade dos usuários da RESEX frente aos benefícios advindos das políticas públicas.

O cadastramento realizado na associação era feito de forma abrangente e autodeclaratória e critérios subjetivos eram utilizados para definir uma ordem de prioridade na obtenção de benefícios provenientes de políticas públicas. Segundo uma das lideranças entrevistadas: “no Pólo Cidade são raras as pessoas que contemplam o perfil e que não estão na Relação de Beneficiários, fugiu do controle”. A mesma também informou que no primeiro cadastramento feito pela associação, muitas pessoas se cadastravam por meio da justificativa de simplesmente residirem numa comunidade de abrangência da RESEX.

Conselho Deliberativo

O Conselho Deliberativo (CD) da RESEX de Caeté-Taperaçu foi constituído em 2007. No entanto o Conselho só entrou em funcionamento a partir de 2010, após a implantação do escritório do ICMBio em Bragança, município onde se localiza a RESEX. Assim, nos primeiros cinco anos a gestão da RESEX ficou predominantemente sob a associação dos extrativistas, visto que nesse período competências até então do CNPT/IBAMA estavam sendo transferidas ao recém criado ICMBio.

Após a reativação do Conselho Deliberativo, foi criada a resolução nº 08, de 08 de Dezembro de 2011, com o intuito de estabelecer critérios para a adesão de beneficiários à RESEX. Em 2012 o ICMBio fez um recadastramento dos beneficiários da RESEX e atualmente são reconhecidos pelo ICMBio aproximadamente 5.000 usuários da RESEX.

Comitês Comunitários

A maioria dos beneficiários da RESEX de Caeté-Taperaçu não residem no interior da RESEX. O vínculo entre as comunidades, a associação dos usuários da RESEX e as deliberações que ocorrem no âmbito do Conselho Deliberativo, se dá por meio dos Comitês Comunitários (CC).

Os Comitês Comunitários promovem uma via de mão dupla entre as comunidades e a associação, conhecida como Associação-mãe, ou seja, os Comitês Comunitários atuam como uma ponte de comunicação entre os assuntos tratados na sede da associação e as discussões que ocorrem na comunidade. Nem todas as comunidades possuem um Comitê Comunitário, porque são muito pequenas ou porque não houve predisposição em formá-los.

A formação dos Comitês Comunitários foi incentivada no final da década de 90, por técnicos do CNPT/IBAMA. Quando a associação foi criada ela manteve o mesmo plano de mobilização. Em várias RESEX do Salgado paraense foram constituídos os CC como estratégia de mobilização social e organização territorial (PROST, 2007).

A organização social e a participação dos usuários

Segundo os entrevistados nesta pesquisa, logo que a RESEX foi criada havia um forte contato com a base. Reuniões aconteciam mensalmente nas comunidades e na associação. No entanto, esse contexto perdurou nos anos iniciais. Ao passar do tempo embates políticos dentro da associação enfraqueceram os Comitês e por conseguinte a articulação entre os comunitários e a associação. Atualmente, na RESEX de Caeté-Taperaçu, a maioria dos Comitês Comunitários encontram-se desarticulados, assim como a própria associação.

As discussões no âmbito da associação direcionaram-se aos benefícios advindos das Políticas Públicas e a gestão ambiental entrou em declive. A frequência de reuniões diminuiu drasticamente, sendo mobilizadas de forma pontual. As pautas debatidas nos últimos anos foram para tratar sobre a chegada de alguma política pública. No caso do PBV por exemplo, ocorreram reuniões para a assinatura do Termo de Adesão, porém não ocorreram reuniões para debater com profundidade quais eram as responsabilidades de quem aderisse ao programa.

Trinta e nove por cento (39%) dos entrevistados afirmaram ter participado, no ano de 2015, de alguma reunião cuja pauta foi sobre políticas sociais e 89% dos entrevistados afirmaram ter participado, ao longo da história da RESEX, de alguma reunião cuja pauta foi sobre o meio ambiente. O que demonstra que as reuniões ocorridas em 2015 foram motivadas pela chegada das políticas sociais e entre os próprios extrativistas pouco se tem discutido sobre a utilização dos recursos naturais.

Interferências de cunho político desorientaram a cogestão de Caeté-Taperaçu. Para cada extrativista beneficiário da RESEX, atualmente em torno de 5.000 pessoas

cadastradas, existe no mínimo mais outro membro pertencente ao mesmo núcleo familiar. Assim, pelo menos 10.000 pessoas mantém seus modos de vida vinculados à utilização dos recursos naturais da RESEX e de suas áreas adjacentes, o que representa um elevado contingente populacional.

Políticos assediam lideranças locais com o intuito de assegurar eleitores em potencial. Uma prática corriqueira é a cooptação de lideranças comunitárias correlatas à RESEX para atuarem como cabos-eleitorais em épocas de campanhas políticas. Assim, a mesma pessoa representa diferentes figuras públicas.

Devido a falta de clareza na tramitação de determinado programa de governo, membros ou aspirantes ao poder público acabam exercendo grande poder de persuasão e influência na vida da comunidade. Valem-se, independente da orientação partidária, da concessão de benefícios provenientes de programas de políticas públicas federais como argumentos de convencimento ao voto, até mesmo quando o programa foi finalizado e que não há mais expectativa sobre sua continuação, por exemplo, a habitação do Programa Nacional da Reforma Agrária e o crédito fomento.

Ao qualificar os conflitos ambientais, que sobretudo são conflitos sociais, Furtado (2004) aborda, entre outras categorias, os conflitos de ordem intra-institucional, que se passam entre atores de uma mesma associação local e são motivados, por exemplo, pela concentração de poder, sonegação de informações, nepotismo e corrupção que se refletem nas relações sociais internas.

No domínio da RESEX de Caeté-Taperaçu, duas legendas partidárias estão intrinsecamente relacionadas com a trajetória presidencial da associação, que promoveu uma cisão política dos associados ao longo dos anos; principalmente no Pólo Cidade. Na última eleição para a presidência da associação houve litígio judicial e conseqüentemente as atividades da associação ficaram suspensas entre o anos de 2013 e 2014.

As reuniões do CD são previstas para ocorrerem trimestralmente. Porém, a frequência das reuniões diminuiu de forma drástica a partir de 2013, devido aos desentendimentos causados pelo dissenso relacionado ao pleito da diretoria da associação.

A inadimplência dos associados da RESEX parece ser um agravante no que se diz respeito ao processo de legitimação das lideranças. Segundo o Estatuto que rege o funcionamento da associação, sócios inadimplentes a partir de um determinado momento perdem o direito ao voto. No entanto, em período de eleições pessoas até então sem direito ao voto tornam-se aptas à votar sem propriamente quitarem seus débitos.

Nas entrevistas realizadas, algumas lideranças nem se reconhecem como tal, por considerarem suas ações muito pontuais, ou devido aos adjetivos pejorativos que acompanham algumas delas. Isso ficou explícito na fala de um entrevistado, que embora mobilizasse as pessoas, não se considerava uma liderança, pois em sua percepção a palavra “líder” está associada a alguém que “quer tirar proveito e se achar mais do que os outros”.

Embora o número de associados na ASSUREMACATA tenha aumentado ao longo dos anos, a interação entre eles, no sentido de haver difusão das ações no âmbito da associação, diminuiu. Em 2008 as RESEX do litoral paraense se reuniram para formar a Central das Associações dos Usuários das Reservas Extrativistas Marinhas do Pará (CAUREM). A CAUREM consistiu na junção das REM do litoral paraense a fim de somar esforços para agilizar a obtenção de créditos e de políticas públicas (CONTENTE, 2013).

Em 2011 foi oficializado o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) da área, facilitando a consolidação de programas de infraestrutura e de políticas sociais. Ao passo que algumas políticas foram executadas, as lideranças, por se sentirem muito cobradas, optaram por diminuir a frequência das reuniões.

3.2.3 Fase 3: A interação da RESEX com as Políticas Públicas

Após a homologação do Decreto de criação da RESEX, em 20 de maio de 2005, os usuários da unidade territorial tornaram-se beneficiários de uma série de políticas públicas específicas.

O Programa Nacional de Reforma Agrária

Em 2004, o II Plano Nacional de Reforma Agrária ampliou os direitos até então restritos aos assentados da reforma agrária às demais populações tradicionais. Assim, os extrativistas, incluindo os beneficiários de RESEX, tornaram-se elegíveis ao Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e passaram a ter acesso ao Crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e às demais políticas de infraestrutura social aplicadas aos assentamentos. No tocante a UC de Caeté-Taperaçu, a habitação e o crédito apoio foram os benefícios conquistados mais presentes na narrativa dos extrativistas.

Em 2008, a Portaria Interministerial nº 3, de 3 de outubro de 2008, dentre outros encaminhamentos, normatizou a mediação entre o INCRA e a RESEX. Assim, o Conselho Deliberativo da unidade é o ente responsável pela análise do cadastro de beneficiários das RESEX e é por meio da associação dos extrativistas, que os recursos do crédito de instalação são disponibilizados.

Como o Conselho Deliberativo da RESEX de Caeté-Taperaçu só foi reativado em 2010, a associação acabou por executar algumas competências do CD, por exemplo o cadastramento dos beneficiários da RESEX e posterior encaminhamento ao INCRA para a obtenção dos recursos previstos, compondo assim os cadastros relativos a Relação de Beneficiários (RB) da Reforma Agrária. Ou seja, a associação fez a mediação e parte da execução *in loco* da viabilização da política de habitação e do crédito fomento.

Ao passo que o escritório do ICMBio foi instalado, houve um redimensionamento das atribuições executadas pela associação, o que suscitou alguns conflitos entre a gestão da UC e algumas lideranças locais; “Antigamente, pelo INCRA, tinha menos burocracia. Era mais fácil. O pessoal da associação se reunia para executar o programa. Por exemplo, iam atrás da construtora para construir as casas” (Comunicação pessoal com liderança comunitária, 2015).

Na esfera administrativa da RESEX de Caeté-Taperaçu, além da relação institucional entre INCRA e a associação dos usuários da RESEX, há também convênios celebrados entre o INCRA e a Prefeitura Municipal de Bragança, para a execução de projetos de infraestrutura em comunidades nas quais estão presentes beneficiários da unidade de conservação; por exemplo melhoria de estradas vicinais de acesso à RESEX, bem como a construção de pontes e de sistemas de abastecimento de água potável.

O Programa Bolsa Verde

O Programa Bolsa Verde está presente na RESEX de Caeté-Taperaçu desde que ele foi lançado, em 2011. O processo de identificação dos potenciais beneficiários do PBV foi iniciado por meio de solicitação, feita pelo Ministério do Meio Ambiente ao ICMBio, da relação de beneficiários da UC; nessa ocasião foi encaminhada a Relação de beneficiários da Reforma Agrária (RB). Ao passo que o processo se desenvolveu, devido a desatualização da situação cadastral encaminhada, surgiram desencontros e conflitos quanto a legitimidade dos aptos para fazerem parte do programa. Para resolver essa problemática houve uma

requalificação cadastral dos usuários da RESEX com base no perfil de beneficiários. Logo, as pessoas que não se enquadraram nos critérios (ver Anexo 1) que definem o perfil de beneficiários não puderam fazer parte do PBV.

O fluxo operacional do Programa ocorre por meio de identificação dos potenciais beneficiários do programa. A identificação é reportada ao MMA, que encaminha ao ICMBio o Termo de Adesão dos prováveis beneficiários do programa. A identificação, em campo, dos beneficiários se dá por meio da parceria entre ICMBio e associação, visto que os representantes da associação e dos Comitês Comunitários sabem com mais propriedade onde que as pessoas residem e o seu respectivo status de extrativista. As pessoas que se comprometem a respeitar as regras do programa assinam o Termo de Adesão, que depois retorna ao MMA.

Por fim, a Caixa Econômica Federal efetiva o repasse trimestral do benefício. Tal tramitação além de levar um tempo considerável, o que favorece uma sensação de insegurança e descrença por parte das pessoas que aderiram ao programa, gera custos adicionais aos órgãos ambientais.

Na RESEX de Caeté-Taperaçu houve três “lotes” de beneficiários do PBV. No final de 2011 e no decorrer de 2012 houve a efetivação do primeiro grupo de contemplados ao programa. Em 2013 e 2014, um segundo grupo de beneficiários foi identificado diretamente por meio das informações do Cadastro Único para Programas Sociais (Cad Único) e em novembro de 2015, aconteceu a identificação *in loco* de mais uma listagem de beneficiários.

Assistência Técnica

No estado do Pará a assistência técnica aos pescadores artesanais remetem ao ano de 1973, quando foi criado o Programa de Pesca Artesanal (PESCARTE). O programa foi fruto de um convênio entre o Ministério da Agricultura, Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), INCRA e o extinto Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC). O programa foi interrompido em 1981. A partir de então a pesca artesanal ficou desprovida de políticas de assistência técnica. Um pequeno contingente de pescadores que mantiveram alguma ligação com ATER obtiveram-na atrelada ao empréstimo concedido pelo Banco da Amazônia (SANTOS, 2005).

O planejamento do conjunto de políticas destinadas ao público do Plano Brasil sem Miséria retomou a disponibilização de Assistência Técnica. Embora tenha sido uma

iniciativa muito tímida, o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio do edital nº 15/2013 Lote nº 09, abriu uma chamada pública para a execução de serviços de ATER para pescadores artesanais (áreas marinhas). No decorrer de 2015 1.800 famílias de pescadores artesanais foram atendidas nos municípios de Bragança e Augusto Corrêa.

Na RESEX de Caeté-Taperaçu as atividades de Assistência técnica para os pescadores artesanais foram iniciadas em janeiro de 2015. O prestador de ATER foi o Instituto de Desenvolvimento e Assistência Técnica da Amazônia (Idatam). Dentre as ações previstas pelo Idatam, a regularização da documentação dos pescadores, pré-requisito estipulado para a participação das famílias no programa de ATER, foi a que demandou a maior parte do cronograma das atividades pretendidas, pois a grande maioria dos pescadores não tinham os documentos necessários para a participação das ações de ATER.

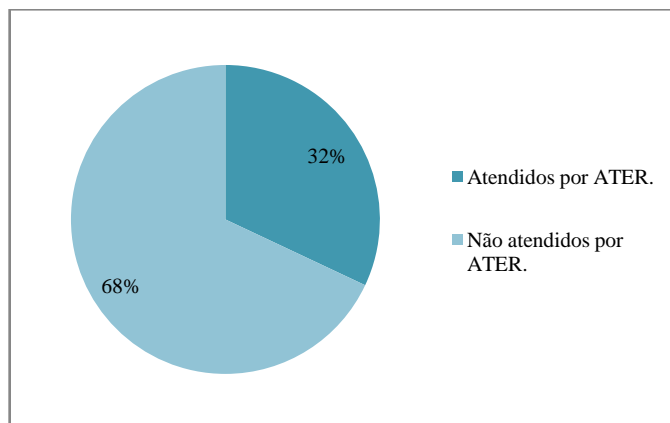
As atividades programadas com a comunidade basearam-se no diagnóstico e planejamento participativo para que fossem definidos os seus problemas prioritários. Para a capacitação técnica dos extrativistas foram previstas orientações sobre boas práticas de produção, manejo, transformação e comercialização dos produtos da exploração artesanal, com foco na agregação de valor ao produto e diversificação de fontes de renda. Também foi prevista a assessoria na elaboração de projetos de acesso ao crédito do Plano Safra para a Pesca e Aquicultura 2015/2016 (PSPA).

Na atual conjuntura política e econômica do país, que acarretou na extinção tanto do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA)¹⁸, bem como do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA)¹⁹, é muito provável que os recursos destinados à ATER e linhas de crédito de financiamentos públicos para o público de RESEX sejam reduzidos significativamente.

¹⁸Extinto pela Lei nº 13.266 de 05 de abril de 2016. A pasta do MPA foi realocada para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

¹⁹A pasta do MDA foi transferida para o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que foi transformado em Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário pela Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016.

Gráfico 4. Porcentagem de entrevistados que já foram atendidos por Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER).



Ao longo da existência da REM de Caeté-Taperaçu, 32% dos entrevistados participaram de alguma atividade promovida por assistência técnica (Gráfico 4) e citaram como instituições promotoras dela o Instituto de Desenvolvimento e Assistência Técnica da Amazônia (Idatam), a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural do estado do Pará (Emater) e o Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

Dentre as atividades citadas encontram-se cursos de beneficiamento e armazenamento de pescados, manipulação e transporte do caranguejo-uçá, orientações de como proceder para a aquisição de linhas de crédito destinadas aos pescadores, explanações sobre os direitos trabalhistas e previdenciários relativos à profissão de pescador e cursos de artesanato de crochê, de EVA e de garrafa pet. Apenas os entrevistados do pólo Treme (71%) e do pólo Bacuriteua (50%) afirmaram ter participado de atividades de ATER.

Outras instituições e iniciativas em parceria com a comunidade

Além das ações de proporções federais outras ações, promovidas por grupos de pesquisa e a Universidade Federal do Pará (UFPA), já foram realizadas em algumas comunidades da RESEX de Caeté-Taperaçu. Na comunidade de Caratateua, no ano de 2000 houve a construção de uma unidade de beneficiamento de polpa do caranguejo-uçá. A fábrica, até então em nome do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Bragança, foi viabilizada pela Universidade Federal do Pará (UFPA), por meio do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais (PPG7) e facilitada pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas

Empresas (Sebrae). A primeira fase do empreendimento durou aproximadamente dois anos e entrou em declínio. Em 2004 à procura de soerguer o projeto, um grupo de comunitários demandou assessoria ao Sebrae. O grupo constituiu uma associação, denominada de Associação da Agroindústria de Beneficiamento de Polpas de Caranguejo e Produtos Afins (Benepolpa). O Sindicato de Trabalhadores Rurais de Bragança repassou a responsabilidade jurídica à associação, que passou a administrá-la (ALMEIDA, 2012; DUARTE, 2007).

No momento a unidade de beneficiamento encontra-se desativada. Segundo Almeida (2012), o motivo mais relatado do insucesso da unidade de beneficiamento foi a proibição, pelos donos das embarcações que transportam os coletores de caranguejo até o local da extração, de vender caranguejo à Benepolpa. Fato que acarretou na ausência de matéria-prima para ser beneficiada. Outro motivo de insucesso foi a drástica alteração na dinâmica de trabalho diário das mulheres e sua menor disponibilidade para cuidar dos filhos e do lar.

Na comunidade de Tamatateua, projetos de reflorestamento de florestas de manguezais foram executados em parceria com a comunidade. O projeto denominado Restauração dos Manguezais Degradados de Bragança (REDEMA) foi a primeira tentativa de recuperação de uma área de manguezal degradada na península de Ajuruteua. Tal degradação foi ocasionada pelo excesso de extrativismo vegetal e pela construção da rodovia PA 458, cujo asfaltamento foi iniciado em 1982 (FERNANDES *et al.* 2007).

Atualmente está em vigor, financiado pelo Fundo Amazônia, o projeto Florestas de Mangue, cujo objetivo é gerar conhecimentos e desenvolver técnicas para a recuperação de áreas de manguezais degradados. O projeto prevê ações nas comunidades de Tamatateua e Taperaçú (Fundo Amazônia, 2012).

A Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural do estado do Pará (Emater), embora atualmente não esteja executando algum projeto que abranja os usuários da RESEX, já desenvolveu trabalhos de mobilização de comunitários para a formação de associações de produtores de mel que possuem suas caixas instaladas dentro das florestas de mangue que ficam no interior da RESEX. Nesse sentido os grupos das comunidades de Tamatateua e Acarajó são os que mais se destacaram.

Na comunidade do Castelo (Pólo Bacuriteua), a Emater acompanhou a capacitação de mulheres artesãs na reutilização de rejeitos de peixes, tais como pescada amarela, tainha, corvina e gó, para a confecção de couro, que posteriormente foi utilizado na confecção de biojóias.

Além do ICMBio, outras instâncias do poder público atuam de forma direta, tanto na área dentro dos domínios da RESEX bem como nas comunidades do seu entorno, onde se encontram a maioria dos usuários da UC e onde o poder público municipal manifesta de forma mais incisiva suas ações ou a ausência delas. No âmbito municipal, a Prefeitura de Bragança, por meio de suas diferentes secretarias, desenvolve ações cujos limites entre competência do ICMBio e do município se estreitam, visto que a prefeitura é a instância relativa as políticas municipais desenvolvidas nas comunidades do entorno e dentro da RESEX (saneamento, educação, saúde, transporte, estradas).

Quanto ao licenciamento dos empreendimentos localizados na área subjacente à UC, o ICMBio e a Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMMA) atuam em parceria. Demais relações entre eles se dão por meio do Conselho Municipal do Meio Ambiente (Condeama) e do Conselho Deliberativo da RESEX. Além do Grupo de Trabalho de Gerenciamento Costeiro (Gerco), a fim de executar o Plano Integrado de Gestão Costeira e o Projeto Orla.

Outra secretaria intimamente relacionada com os extrativistas da RESEX de Caeté-Taperaçu, é a Secretaria de Economia e Pesca (SEMEP), que embora não seja o ente competente para emitir o Registro Geral da Pesca (RGP), orienta os pescadores sobre as documentações necessárias a esse fim e à aposentadoria.

3.3 Percepções sobre a associação dos usuários da RESEX (ASSUREMACATA)

Conforme já mencionado, a associação dos usuários da RESEX de Caeté-Taperaçu é a entidade que representa os extrativistas. Além da associação dos usuários da RESEX também existem outras entidades representativas de classe, como por exemplo a Colônia dos Pescadores e o Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais.

No entanto, somente a associação tem legitimidade para representar os extrativistas, pois é ela quem detém o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) firmado com o ICMBio.

O CCDRU concede o direito de uso da área da RESEX por um prazo de 50 anos, logo, os usuários da RESEX não possuem direitos de propriedade sobre a área.

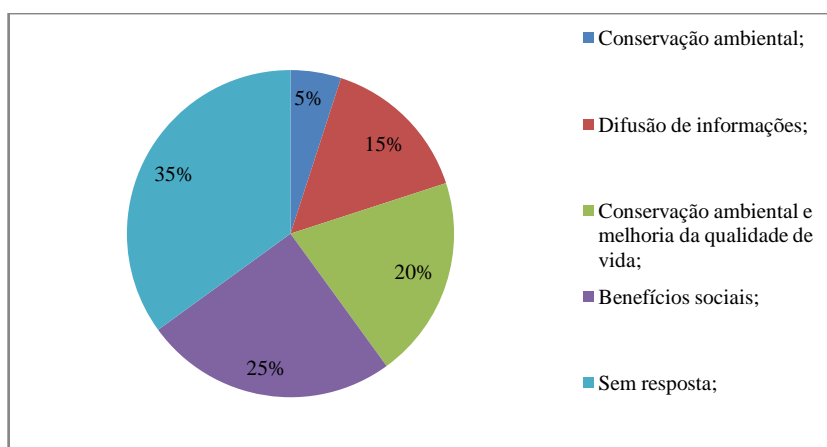
Das pessoas entrevistadas neste estudo, 79% delas são associadas à alguma entidade representativa de classe e as demais (21%) não estão associadas em nenhum tipo de

representação. Dos 79% dos associados em entidades representativas, apenas 8% não são sócios da Assuremacata.

Depois que a RESEX foi criada e com ela a associação, as demais entidades representativas ficaram com uma importância política secundária, visto que toda a interlocução entre extrativistas e demais entidades, por exemplo ICMBio, INCRA, Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e Povos Tradicionais Extrativistas Costeiros e Marinheiros (CONFREM), Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS) é feita por meio da associação.

Os associados à Assuremacata (71%), ao serem indagados sobre a importância da associação, deram respostas que foram agrupadas em cinco categorias (Gráfico 5).

Gráfico 5. Percepção sobre a importância da associação dos usuários da RESEX (Fonte: dados da pesquisa).



Dos entrevistados que atribuíram alguma importância à Assuremacata, a maioria deles considerou a associação importante devido a obtenção de benefícios sociais, tais como o Programa Bolsa Família, o Programa Bolsa Verde, o Crédito Apoio e a habitação do INCRA. A maioria dessas políticas chegaram após a criação da RESEX, e a associação foi um ente viabilizador de tais políticas.

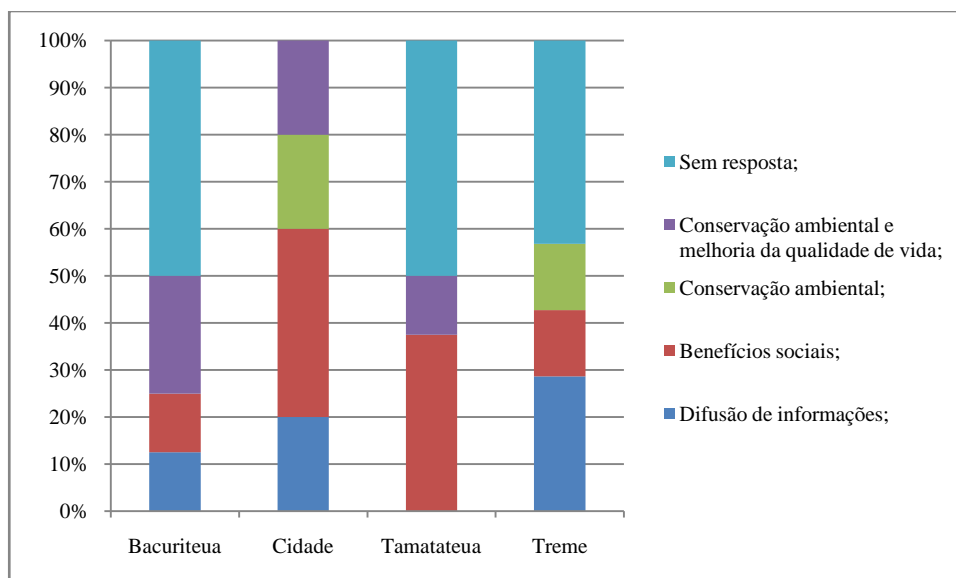
Embora a maioria dos entrevistados associados à Assuremacata não tenham atribuído uma importância à associação (35%), o que pode indicar ausência de entendimento sobre o propósito da associação. Nota-se que 20% dos entrevistados consideram a Assuremacata importante para a conservação ambiental e para a melhoria da qualidade de vida das pessoas, ou seja, 45% das percepções dividiram-se praticamente entre as categorias a) Benefícios sociais e b) Conservação ambiental e melhoria da qualidade de vida.

As demais repostas foram relacionadas à difusão de informações (15%) e à conservação ambiental (5%).

A maioria dos entrevistados não fizeram distinção entre Reserva Extrativista (RESEX) e associação dos usuários, referindo-se à elas como sinônimas. A sede da Assuremacata foi denominada de RESEX pela maioria deles.

As categorias de respostas apresentadas acima foram agrupadas de acordo com os pólos onde as entrevistas foram realizadas (Gráfico 6). Essa relação entre respostas e pólos foi feita com o intuito de se identificar prováveis relações entre a percepção sobre o Programa Bolsa Verde e a associação dos usuários da RESEX (organização social).

Gráfico 6. Percepção sobre a importância da associação dos usuários da RESEX por pólos (Fonte: dados da pesquisa).



Ao se comparar as respostas sobre a importância da associação, entre os pólos, o pólo Cidade e o pólo Tamatateua destacaram-se por terem sido os que mais apresentaram respostas relacionando a importância da associação aos benefícios sociais.

O pólo Treme foi o que apresentou mais respostas relacionando a importância da associação à difusão de informações e dentre as respostas obtidas no pólo Bacuriteua sobre a importância da associação, as relacionadas à conservação ambiental e a melhoria da qualidade de vida sobressaíram em relação as demais.

Durante entrevista com a liderança do pólo Bacuriteua, a mesma informou que todos naquela localidade haviam sido contemplados pelo programa habitacional do INCRA e

que faziam questão de ressaltar isso, visto que muitas famílias viviam em condições muito precárias e a habitação possibilitou mais dignidade.

Nota-se no gráfico que em todos os pólos, exceto no pólo Cidade, a quantidade de ausência de respostas corresponde à quase 50% da amostra de cada pólo, o que sugere que a capilaridade da associação possa ser um pouco limitada.

O fato de todas as pessoas entrevistadas no pólo Cidade terem respondido sobre a importância da associação pode ser justificada pela maior proximidade da sede da associação, localizada na área urbana do município, o que permite maior facilidade de acesso e rápida difusão dos acontecimentos.

A atuação da associação pode se equivaler à um instrumento de gestão que permite a criação de instituições com preponderância endógena, cujas regras são construídas com menor interferência externa. Assim, identificar e analisar como a associação é percebida pelos usuários refletiu sua capacidade de gestão sobre os recursos naturais.

CAPÍTULO 4

O SISTEMA SOCIOECOLÓGICO DA RESEX DE CAETÉ-TAPERACU

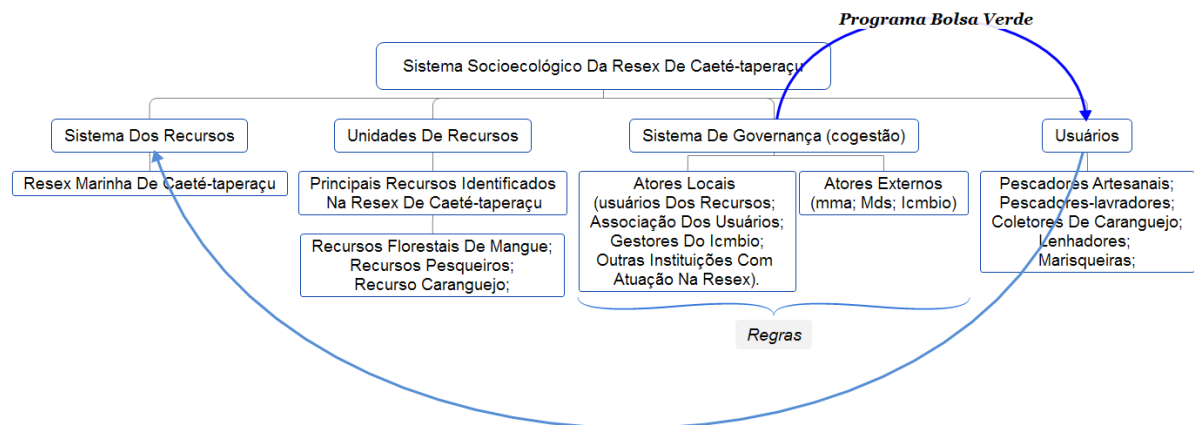
Para compreender o contexto socioecológico da RESEX de Caeté-Taperacu foram utilizados elementos provenientes da sistematização elaborada por Ostrom (2009)²⁰, que categorizou o sócioecossistema em i) sistema de recursos; ii) unidades dos recursos; iii) sistema de governança; e iv) usuários do sistema (Figura 6).

Para compreender o papel do Programa Bolsa Verde como uma política com potencial para reforçar os instrumentos de gestão dos recursos naturais, enfatizou-se a análise do sistema de governança.

Em relação ao sistema de governança procurou-se analisar quais eram as regras que existiam e de que forma elas se relacionavam entre os usuários dos recursos e o Programa Bolsa Verde.

A compreensão da relação entre os usuários dos recursos com o Programa Bolsa Verde foi viabilizada por meio da análise da percepção dos usuários.

Figura 6. Subsistemas mobilizados para a análise do Programa Bolsa Verde no contexto socioecológico da RESEX de Caeté-Taperacu (Fonte: elaboração própria/inspirado em Ostrom, 2009).



Para entender o papel do Programa Bolsa Verde como uma política capaz de reforçar os instrumentos de gestão, foi necessário entender a percepção dos usuários sobre as regras. Para entender as regras foi necessário entender o sistema de governança.

²⁰ Ver capítulo 1.

4.1 Os usuários da RESEX

O universo de usuários da RESEX de Caeté-Taperaçu, usuários no sentido de pessoas devidamente reconhecidas pelo ICMBio como beneficiárias da unidade de conservação, corresponde a aproximadamente 5.000 pessoas. Os primeiros registros dos beneficiários foram feitos pela associação de forma abrangente e autodeclaratória. Um dos objetivos do cadastro feito pela associação foi o de identificar quem eram os usuários da RESEX para poder compor a Relação de Beneficiários do INCRA. Ao passar do tempo o cadastramento com esse intuito acarretou num aumento vertiginoso do número de pessoas cadastradas. Quando a associação foi criada, em 2005, havia aproximadamente 2.000 sócios. No entanto, em 2009 já se contabilizavam mais de 9.000 pessoas associadas.

Em 2012 o ICMBio atualizou e qualificou o cadastro das pessoas beneficiárias da RESEX. O novo cadastro foi feito com base nos critérios da Resolução nº 8, de 08 de dezembro de 2011 (ver anexo 1), que definiu o perfil dos beneficiários da RESEX. O perfil foi elaborado de forma conjunta pelas entidades participantes do Conselho Deliberativo da UC. O recadastramento foi realizado no âmbito do Diagnóstico Socioeconômico das Famílias Residentes em UC. Dessa forma, os beneficiários da RESEX, que eram até então “geridos” pela associação, foram remetidos às decisões do Conselho Deliberativo.

Na Resolução nº 8 é apresentado um repertório abrangente de usuários, que se relacionam sob diferentes aspectos com o território da RESEX. Segundo esse perfil são considerados beneficiários tanto as pessoas que executam atividades diretas, por exemplo a captura de peixes, caranguejos, moluscos, madeiras etc; quanto beneficiários cuja dependência dos recursos se dá de forma indireta, por exemplo, apicultores que põe suas caixas de abelhas dentro dos manguezais localizados na UC e comerciantes de recursos extrativistas oriundos da RESEX.

Serão apresentados com mais detalhes os usuários mais evidentes, que participaram das entrevistas e/ou das discussões do Acordo de Gestão e do Workshop Internacional de Diálogos entre Comunidades Tradicionais Costeiras e Universidades.

Fizeram parte do universo da pesquisa: pescadores, coletores de caranguejo, pescadores-lavradores e marisqueiras. Esses usuários são os que se destacam devido à maior dependência dos recursos da RESEX. Os demais usuários (apicultores, comerciantes de produtos provenientes do extrativismo e pessoas que trabalham na confecção de petrechos de pesca) não são tão evidentes, pois não se fazem presentes nos espaços de interlocução. No

entanto isso não significa que sejam menos importantes ou que suas responsabilidades devam ser eximidas do processo de cogestão.

A seguir serão apresentados os principais usuários da RESEX conforme a atividade produtiva exercida, de forma a integrar os recursos naturais utilizados, os aspectos relacionados à organização da profissão, as dinâmicas do trabalho, e o calendário de safras.

Pescadores artesanais. Os pescadores artesanais da REM exercem seu ofício de pesca tanto em microambientes (campos fluviais, furos, igarapés) quanto nos rios e em alto mar. Segundo definições do Plano de Manejo, as pescarias que ocorrem até a distância de uma milha náutica da costa atuam dentro da área especialmente protegida pela UC. A técnica de captura utilizada depende além do ambiente explorado, da espécie de peixe capturada, exemplo: rede caiqueira, rede gozeira, rede tainheira e assim sucessivamente. A tecnologia pesqueira utilizada deve ser levada em conta como um todo, visto que é possível utilizar redes cujo tamanho da malha é permitido pela legislação, no entanto, seu modo de operação influencia na seletividade da rede. Curral, arrasto, espinhel, malhadeira e tarrafa foram algumas das artes de pesca debatidas na construção do Acordo de Gestão.

As embarcações variam de tamanho conforme o ambiente explorado (Figura 7). Além do ambiente, o tamanho das embarcações também podem dizer algo sobre o capital produtivo investido na pescaria e evidencia algumas relações de trabalho. Embora não seja uma regra e há que se analisar com mais profundidade as relações sociais envolvidas na captura, por exemplo relações de compadrio ou de patrão e empregado; quanto maior a embarcação, mais níveis hierárquicos fazem-se presentes.

Existem pescadores que embora sejam considerados beneficiários da RESEX, estão mais envolvidos na produção pesqueira de médio e grande porte do que na pesca artesanal. São pescadores que trabalham embarcados, normalmente como empregados de armadores de embarcações que têm a capacidade de percorrer distâncias além dos limites da RESEX e de passar mais dias em alto mar. A Lei nº 11.959 de 29, de junho de 2009 considera pescador artesanal o pescador cuja arqueação bruta (AB²¹) da embarcação não seja superior a 20.

²¹Arqueação bruta (AB) é a medida do volume interno de uma embarcação, é uma medida própria, não tem correspondência com toneladas.

Figura 7. Diversidade de embarcações presentes na RESEX de Caeté-Taperaçu (Fonte: dados da pesquisa).



Pescadores-lavradores²². São os beneficiários da RESEX que exercem a dupla atividade. Além da agricultura familiar, exercem a pesca em períodos complementares aos cuidados com o cultivo. A pesca acontece tanto nos campos fluviais, que ficam alagados no período do inverno amazônico (janeiro a junho), bem como nos ambientes dentro da RESEX. Além da pesca, o trabalho de mariscagem e de coleta de caranguejo diversificam as fontes de renda dos pescadores-lavradores.

Maldonado (1986) define pescador-agricultor como aquele que comercializa tanto o que planta como o que pesca; que exerce uma pescaria simples, sem meios ou condições de se distanciar muito em direção ao mar; a exploração da terra e do mar caracterizam um pluralismo econômico que mantém sua sobrevivência.

A agricultura é realizada fora da área da RESEX. Em núcleos familiares onde há pescadores-lavradores é comum as mulheres se responsabilizarem pelo roçado e os homens pelo extrativismo. O método de cultivo predominante é o corte e queima. No Pólo de Tamatateua esse método vem sendo substituído pela técnica denominada parcagem. Segundo Klose *et al.* (2005), embora não tenham utilizado o termo parcagem, relataram que no pólo de Tamatateua houve uma inovação técnica devido à indisponibilidade de áreas para o plantio, que foi ocasionada pelo aumento da pressão populacional.

A parcagem é um método de adubação orgânica. Ela consiste em dividir uma tarefa²³ em partes menores e colocar o gado para que ele se alimente da matéria vegetal e limpe o terreno; e para que seu estrume fertilize a terra. A parcagem também foi relatada no

²²Diversos autores discutem o conceito de pescador artesanal. Alguns autores referem-se aos pescadores-lavradores (DIEGUES, 1983) e outros aos pescadores-agricultores. Aqui neste estudo ambas as denominações serão utilizadas como sinônimas.

²³Tarefa: unidade de medida de lotes de terra.

sul do estado do Pará (ALVES, HOMMA & LOPES, 2005). A espécie cultivada invariavelmente por todos os pescadores-agricultores é a mandioca (*Manihot esculenta*). Ela e seus derivados compõe a base alimentar da população local. Trata-se também de uma planta cuja muda é facilmente obtida com as manivas, sem ser necessário o investimento adicional com sementes. A área média do roçado de uma família de pescadores-lavradores equivale a 2 tarefas.

Segundo Henrique (2005), a agricultura familiar até meados do século XX desempenhava maior importância econômica do que a pesca artesanal, que era mais voltada a subsistência.

A condição de dupla atividade torna-se problemática quando o trabalhador procura seus direitos relacionados às políticas de segurança social, por exemplo, quando decide se aposentar. O descompasso acontece quando a pessoa é obrigada a optar por uma das duas profissões, pescador ou agricultor. Se a opção for por se aposentar como pescador, a tramitação do processo é feita pela Colônia de Pescadores; caso contrário, pelo Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, cujo processo é mais ágil em relação à Colônia de Pesca. Na Colônia de Pesca, o pescador tem que estar regular com suas obrigações perante a Colônia (mensalidade) o que acaba por dificultar ainda mais o processo.

Figura 8. Cultivo de mandioca e seus derivados. Área adjacente à RESEX (Fonte: dados da pesquisa).



Coletores de caranguejo. Sob o aspecto social e quantitativo é a atividade produtiva de maior expressão. A captura do caranguejo-uçá, por exigir pouco investimento, tornou-se uma espécie de salvaguarda quando a situação econômica dos extrativistas fica crítica. Embora o seguro defeso seja uma política nacional de previdência social, os coletores de caranguejo da RESEX de Caeté-Taperaçu não o usufruem. A atual legislação sobre o seguro-defeso, Decreto 8.424 de, 31 de março de 2015, exclui, em algumas circunstâncias, os beneficiários de programas de transferência de renda condicionada do direito de recebê-lo.

Os coletores de caranguejo se diferenciam conforme a dinâmica de trabalho, que corresponde ao lado da margem do rio onde se localiza o território de coleta ou residência. Os coletores da margem leste do rio Caeté, principalmente da comunidade do Treme e de Caratateua, apresentam maior dependência econômica do recurso caranguejo. Eles vão ao mangue diariamente e são mais articulados quanto à representação da categoria. A unidade de medida de sua produção diária corresponde ao cento, em média a quantidade presente em um saco. Os coletores de caranguejo da margem oeste do rio Caeté, que coletam caranguejo nos manguezais localizados aos arredores da rodovia PA 458, por exemplo das comunidades de América, Acarajó, Pontinha do Bacuriteua, Patalino e Cidade, medem sua produção em número de cambadas, cada cambada contém aproximadamente 14 caranguejos. Para este grupo a rotina do manguezal intensifica-se nos 3 últimos dias da semana (quinta, sexta e sábado) (REIS, 2007).

Em geral os coletores de caranguejo dependem de um barqueiro para serem transportados até o ponto de coleta. O dono da embarcação possui uma relação de aviamento com os coletores, encurralando-os a trabalharem com pouco poder de barganha sobre o preço do caranguejo. Assim, os coletores ficam mais vulneráveis socioeconomicamente. As condições de trabalho na pesca, de maneira geral são bem exaustivas. As dos coletores de caranguejo são, além disso, insalubres, visto que, o contato diário com a umidade do solo do manguezal causa problemas de saúde, por exemplo reumatismo.

Se comparado aos pescadores, a organização dos coletores de caranguejo para a representação da categoria ocorreu de forma mais tardia. Os coletores de caranguejo não se sentiam contemplados nas discussões que envolviam a pesca, pois se sentiam uma categoria à parte, não equivalente à pesca (CUNHA & SANTIAGO, 2005). Atualmente ambos, pescadores e coletores, compartilham de mais empatia e se apóiam mutuamente. No entanto, ao contrário dos pescadores que devem ser licenciados para o exercício da pesca e apresentar o Registro Geral da Pesca (RGP) para o exercício da profissão, muitos coletores de caranguejo não possuem nenhum tipo de registro profissional.

Figura 9. Coletores de caranguejo recém chegados do trabalho (Fonte: dados da pesquisa).



Lenhadores. São as pessoas que trabalham na extração de madeira do mangue para a construção de currais de pesca e em alguns casos para o cozimento do caranguejo. Houve uma época (antes da criação da RESEX) em que a madeira do mangue era retirada para a comercialização em olarias e padarias da região. No entanto, essa destinação comercial para além das atividades associadas aos beneficiários da RESEX foi reprimida. A extração de madeira dos manguezais é ocultada devido ao seu caráter ilícito. Não por ser utilizada para a construção dos currais de pesca, mas por remeter a uma relação comercial entre tiradores de madeira e curraleiros. Os lenhadores não chegam a constituir um grupo específico, à parte das demais atividades produtivas citadas aqui, pois funciona como um trabalho extra que alguns usuários da RESEX fazem, por exemplo, no período do defeso do caranguejo, sendo remunerados por intermédio de diárias.

Marisqueiras. É o ofício, conhecido popularmente por catação, das mulheres que trabalham com o beneficiamento da carne de caranguejo. O termo também serve para designar as pessoas que trabalham com o beneficiamento do sururu/mexilhão (*Mytella sp.*). Diferente do beneficiamento do caranguejo, cujo trabalho é muito minucioso e exige grande habilidade, no beneficiamento do sururu há a participação de homens.

As mulheres da família, amigas e comadres se reúnem para beneficiar o caranguejo. A produção é individual, relativa ao que cada catadora conseguiu produzir no dia.

O trabalho, como os demais trabalhos dos primeiros elos da cadeia produtiva, é mal remunerado. Além da obtenção de renda, o trabalho executado pelas marisqueiras, quando ocorre em suas casas e não em uma fábrica de beneficiamento, permite um momento de comunhão entre as mulheres por meio das rodas de conversas que são estabelecidas pelas afinidades.

Em comunidades de pescadores, devido ao fato da pesca ser uma atividade predominantemente masculina, onde o exercício da captura é o maior indicador de vínculo com a profissão, a mulher acaba tendo seu papel social invisibilizado. Isso repercute em maior dificuldade das mulheres para alcançar os seus direitos sociais e trabalhistas (MACHADO, 2007; MAGALHÃES *et al.*, 2007).

Treme e Caratateua são comunidades onde a coleta de caranguejo é a atividade exercida pela maioria dos seus moradores e onde há mais mulheres envolvidas na atividade de beneficiamento. É freqüente que o companheiro da marisqueira seja um coletor de caranguejo, no entanto a maioria delas beneficia o caranguejo para terceiros, pois o companheiro quando desembarca da coleta de caranguejo já o repassa diretamente para seu comprador ou patrão.

Além desses grupos que estão intimamente ligados às atividades extrativistas e de beneficiamento, há os usuários da RESEX que se distinguem por manterem relações de poder sobre os demais, que estão na base da extração. Nesse grupo encontram-se os marreteiros, os atravessadores e os patrões.

Os marreteiros são pequenos comerciantes, com raio de ação bem limitado, adquirem o pescado diretamente com os pescadores e o revendem na própria comunidade ou em feiras urbanas (SANTOS, 2005). Os atravessadores funcionam como uma ponte entre os extrativistas e demais comerciantes e os patrões são os que financiam a produção e são os donos do capital produtivo.

Pode haver uma migração entre uma atividade e outra presente no âmbito da RESEX, visto que, características sazonais dos recursos naturais e ofertas circunstanciais de trabalho impelem os usuários à pluriatividade. A pluriatividade compreende as estratégias de reprodução social das famílias. No contexto da pesca artesanal, para fins analíticos, as famílias podem ser classificadas como exclusivamente pesqueiras (dedicação exclusiva ao trabalho de captura); pluriativas de base pesqueira (além da captura realizam outras atividades relacionadas a pesca) e pluriativas de base não pesqueira (integram em suas atividades de pesca trabalhos à parte do setor) (DOS ANJOS *et. al.*, 2004).

Quadro 4. Calendário das safras e do aporte de renda.

		Calendário das safras											
		Inverno Amazônico						Verão Amazônico					
Produto	Safra/ regularidade	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Mandioca.	Anual		Colheita			Plantação							
Peixe de água salgada.	Anual	Maior produtividade.						Menor produtividade.					
Peixe de água doce.	Anual	Maior produtividade.						Menor produtividade.					
Pescaria de curral.	Anual/ semestral					Maior produtividade.							
Reparos em redes de pesca.	Intercalado com as pescarias.												
Safra do caranguejo.	Anual	Defeso do caranguejo- uçá: pausa de 10 dias/mês. Aumento do R\$.				Forte do caranguejo.			Diminuição do R\$.				
Beneficiamento da carne do caranguejo.	Anual												
Safra do sururu.	Semestral												
Comercialização de aves.	Ocasional										Maior comercialização de patos, festividade do Círio de Nazaré.		
Venda de mão de obra	Ocasional												
Aposentadoria	Anual												
Bolsa Família	Anual												
Bolsa Verde	Trimestral												
Legenda:	Maior aporte de recursos financeiros.	Menor aporte de recursos financeiros											

É possível observar na Quadro 4 que há uma sazonalidade natural dos recursos naturais que condiciona as atividades produtivas dos extrativistas. Logo, há uma flutuação da composição da renda familiar. Em caso de vulnerabilidade, decorrente dentre outros fatores de variáveis ambientais, as políticas de transferência de renda, tais como o Programa Bolsa Família e o Programa Bolsa Verde, são uma das poucas fontes de renda que por serem fixas e invariáveis reduzem a insegurança financeira das famílias de baixa renda. O mês de recebimento do PBV varia em função da inserção da família no programa, no entanto para ilustrá-lo na composição da renda familiar, o mês de recebimento foi padronizado, totalizando quatro repasses ao ano, que equivalem a um aporte de R\$ 1.200,00 reais/ano.

4.2 Principais recursos naturais explorados e suas regras de uso

Na RESEX de Caeté-Taperaçu há uma diversidade enorme de espécies que vão desde moluscos, bivalves, crustáceos, peixes, aves; sem contar a riqueza da flora, que é aproveitada pelos moradores como fonte de tratamento para muitas doenças (CARNEIRO, BARBOZA & MENEZES, 2010). Os principais recursos naturais explorados economicamente no interior da RESEX de Caeté-Taperaçu compreendem os recursos pesqueiros, o caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*), a madeira do mangue para a construção de currais de pesca e em menor proporção o sururu e o camarão.

Para analisar as regras de uso dos recursos naturais, foi utilizada a base conceitual apresentada por Schlager & Ostrom (1992) e Ostrom (2009), que separam as regras em regras operacionais (*operational-level rules*); regras de definição coletiva (*collective-choice rules*); regras constitucionais (*constitutional-rules*), regras *de jure* e regras *de facto* (ver capítulo 1).

O caranguejo-uçá. O caranguejo-uçá desempenha um papel fundamental na ciclagem de nutrientes do ecossistema manguezal. Por se alimentar de folhas e raízes do mangue preto (*Avicennia germinans*), as fezes do caranguejo disponibilizam nutrientes para outros organismos, além disso, as folhas trituradas por ele são decompostas mais rapidamente.

A exploração comercial do caranguejo-uçá na costa bragantina começou depois da década 80, quando foi construída a PA 458. E se intensificou a nível regional a partir da construção da malha rodoviária que ligou o município de Bragança à capital (Belém) (Maneschy, 2005). O manguezal é considerado por muitos extrativistas como uma fonte inesgotável de caranguejo-uçá. No entanto, muitas pesquisas alertam para a sustentabilidade ambiental da espécie, visto que o tamanho de captura ao longo dos anos diminuiu, o que sugere maior pressão antrópica sobre o recurso.

A regra operacional e reconhecida juridicamente (*de jure*) do caranguejo-uçá de maior repercussão é o defeso, implementado em todos os estados de ocorrência do crustáceo. Nos estados litorâneos do norte e nordeste do país a Instrução Normativa Interministerial nº 9, de 30 de dezembro de 2014 compõe²⁴ o ordenamento da pesca do caranguejo.

²⁴Demais leis que compõe o ordenamento da pesca de caranguejo-uçá: Portaria IBAMA nº 034/03-N de, 24 de junho de 2003; Instrução Normativa nº 9 de 02 de julho de 2013.

O Defeso consiste no período em que a captura, beneficiamento, transporte e comercialização ficam proibidos. Exceto a captura, as demais atividades são permitidas desde que seja apresentada a Declaração de Estoque aos órgãos competentes (IBAMA e ICMBio). Essa regra foi criada a fim de garantir a reprodução da espécie durante o seu período reprodutivo, que no caso do caranguejo é conhecido popularmente como “andada”.

O fenômeno reprodutivo coincide com as fases de lua cheia e nova. O Defeso prevê a proibição da atividade nas respectivas fases lunares dos três primeiros meses do ano (janeiro, fevereiro e março). A proibição da captura totaliza um mês ao ano. No Pará as discussões sobre uma medida de proteção legal do caranguejo-uçá remetem à Lei Estadual nº 6.082, de 13 de novembro de 1997, com o Programa de Prevenção do Caranguejo-uçá, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 3.181, de 17 de janeiro de 1998.

As regras locais sobre a coleta de caranguejo, discutidas durante o Acordo de Gestão (*collective-choice rules*), remeteram às proibições previstas nas legislações supra comunitárias, por exemplo, proibição da captura durante o período de defeso e proibição do esquarteramento.

Além das regras já previstas os usuários da RESEX decidiram proibir a captura da fêmea em qualquer época do ano. Apontaram a ineficiência da emissão de Declaração de Estoque para o caranguejo vivo, pois como estratégia de obtenção de renda durante o período que não podem trabalhar, há uma coleta excessiva de caranguejo nos dias que antecedem o Defeso. A captura massiva é legitimada pela Declaração de Estoque e um número elevado de caranguejos capturados são desperdiçados devido às más condições de acomodação.

Oliveira e Maneschy (2014), ao estudarem a territorialidade entre tiradores de caranguejo em uma comunidade de extrativistas da RESEX de Caeté-Taperaçu, apontaram que as áreas de manguezais são compreendidas como áreas de livre acesso, no entanto há áreas preferenciais por comunidade; sobre as regras de uso, os autores citados destacaram o descanso das áreas de coleta (regra tácita), cujo princípio é similar ao pousio. Em relação a não proibição ao acesso aos pontos de coleta de caranguejo, nas entrevista para esta pesquisa, essa postura foi relatada como forma de solidarização às necessidades alheias.

Quadro 5. Regras sobre o caranguejo-uçá (Fonte: elaboração própria).

Regras operacionais sobre o caranguejo-uçá						
Regras operacionais (<i>operational-rules</i>)	Documento/ano	Nível de decisão		As regras são conhecidas/aplicadas?	Fiscalização	Observações
		Regras constitucionais (<i>constitutional-rules</i>)	Regras de escolha coletiva (<i>collective-choice-rules</i>)			
Proibição da captura do caranguejo-uçá durante a “andada”	Lei Estadual nº 6082 de 13/11/1997 (Programa de Prevenção do Caranguejo-uçá); Portaria IBAMA nº 034/03-N, de 24/06/2003; Plano de Utilização da RESEX de Caeté-Taperaçu/2005; Acordo de Gestão/2015;	X	X	Foi uma das regras mais citadas nesta pesquisa.	Há operações de fiscalização por agentes oficiais.	Inicialmente a regra foi instituída por autoridades externas, anteriormente à criação da RESEX de Caeté-Taperaçu. Depois da RESEX houve um reforço da regra por meio dos instrumentos de cogestão.
Permite a captura de 50 unidades de caranguejo/dia durante a “andada”	Plano de Utilização da RESEX de Caeté-Taperaçu/2005;		X	A regra tem legitimidade comunitária, no entanto não é legitimada por autoridades externas.	Conflitos quando há fiscalização.	Regra sugerida pelos comunitários.
Definição dos dias da proibição da captura do caranguejo-uçá.	IN nº 09, de 30/12/2014;	X		Os comunitários conhecem a regra, no entanto há divergências quanto ao período estipulado pela legislação e os dias de fato que ocorre a andada do caranguejo.	Há operações de fiscalização de agentes oficiais.	Os dias são definidos de acordo com uma previsão em relação as fases da lua.
Proibição da captura da fêmea	Lei Estadual nº 6082 de 13/11/1997 (Programa de Prevenção do Caranguejo-uçá); Portaria IBAMA nº 034/03-N, de	X	X	A regra é conhecida e aceita pelos comunitários.		A proibição total da captura da fêmea do caranguejo-uçá foi reforçada pelos

	24/06/2003; Plano de Utilização da RESEX de Caeté-Taperaçu/2005; Acordo de Gestão/2015;					comunitários durante o Acordo de Gestão.
Proibição do esartejamento do caranguejo-uçá.	Portaria IBAMA nº 034/03-N, de 24/06/2003; Plano de Utilização da RESEX de Caeté-Taperaçu/2005; Acordo de Gestão/2015;	X	X	A regra é conhecida e aceita pelos comunitários.	Intervenções do Ministério Público com a Adepará proibiram a comercialização do caranguejo beneficiado devido à precariedades nas condições sanitárias.	A regra aparece primeiramente em documentos fora do contexto da RESEX e é reforçada nos acordos locais.
Permitido o uso do gancho como método de captura.	Portaria IBAMA nº 034/03-N, de 24/06/2003;Acordo de Gestão/2015;	X	X	Regra é conhecida pelos comunitários, no entanto há divergências entre utilização do gancho como método de captura.	Não compete.	A regra aparece primeiramente em documentos fora do contexto da RESEX e volta a ser discutida no Acordo de Gestão.
Permite o braceamento como técnica de captura.	Portaria IBAMA nº 034/03-N, de 24/06/2003; Plano de Utilização da RESEX de Caeté-Taperaçu /2005; Acordo de Gestão/2015;	X	X	A regra é conhecida e aceita pelos comunitários.	Não compete.	
Proibição do uso de laço, tapas e redes como método de captura.	Plano de Utilização da RESEX de Caeté-Taperaçu/2005;		X	A regra é conhecida e aceita pelos comunitários.		A regra apareceu no contexto de construção participativa.
Tamanho mínimo permitido para captura = 6 cm.	Portaria IBAMA nº 034/03-N, de 24/06/2003; Plano de Utilização da RESEX de Caeté-Taperaçu/2005; Acordo de Gestão/2015;	X	X	A regra é conhecida e aceita pelos comunitários.	Há operações de fiscalização de agentes oficiais, durante o período de defeso.	A regra aparece primeiramente em documentos fora do contexto da RESEX e é reforçada em contextos participativos.
Quantidade máxima de caranguejo capturado/dia (210 unidades).	Plano de Utilização da RESEX de Caeté-Taperaçu/2005;		X	A regra é conhecida pelos comunitários.	Não há mecanismos de fiscalização.	A regra apareceu no contexto de construção participativa.
Só pode utilizar os recursos naturais da RESEX	Plano de Utilização da RESEX de Caeté-Taperaçu/2005;		X	A regra é conhecida pelos comunitários.	Não há mecanismos de fiscalização.	Houve iniciativas de cadastramento junto a

extrativistas que sejam cadastrados na associação.						associação, no entanto não está em prática.
Reiteração do cadastramento dos caranguejeiros;	Acordo de Gestão/2015;		X	A regra é demandada pelos comunitários.	Não há mecanismos de fiscalização.	Houve iniciativas de cadastramento junto a associação, no entanto não está em prática.
Definição de normas e padrões de transporte do caranguejo-uçá.	IN MPA nº 9, de 02/07/2013;	X		A regra é mais conhecida pelos elos da cadeia produtiva que comercializam o caranguejo para além do município.	Há operações de fiscalização por agentes oficiais.	Regra instituída por autoridades externas.
Emissão da Declaração de Estoque durante o período de defeso. Obs.: divergências quanto a emissão da Declaração de Estoque;	IN nº 09, de 30/12/2014; Acordo de Gestão/2015;	X	X	A regra é conhecida, no entanto não é respaldada pelos comunitários como uma regra que seja eficiente.	Há operações de fiscalização por agentes oficiais.	Regra instituída por autoridades externas.
Rodízio das áreas de coleta do caranguejo-uçá.	Identificado por Oliveira e Maneschy (2012);	Regra tácita.				

Recursos pesqueiros. A região do Salgado paraense é famosa por sua piscosidade, que chama a atenção de frotas pesqueiras artesanais e industriais. Dentre os inúmeros recursos pesqueiros explorados na área da RESEX, a gó (*Macrodonan cylodon*) foi a espécie mais citada quando se trata de pesca de curral. As regras definidas no Acordo de Gestão para a pescaria de curral foram sobre o acesso ao território ocupado (ex.: prazo de abandono do curral, venda etc), sobre a composição estrutural da técnica de captura (tamanho, tipo, quantidade de madeira utilizada e espécie arbórea de mangue permitida para corte), sobre os aspectos relacionados à navegação (sinalização dos currais) e as quantidades de currais permitidas por cada família.

Foram consideradas técnicas de pesca predatórias e portanto proibidas: fechar o rio com redes; fechar os emburateuas²⁵; usar redes de bloqueio (rede apoitada); usar fuzarca e zangaria, usar venenos ictiotóxicos; usar métodos sonoros; luminosos e explosivos.

Para pescarias com redes as regras de ordenamento envolveram a definição do tamanho de malha, do comprimento e dos tipos de redes, dos locais permitidos para a sua utilização e o número de anzóis permitido por espinhel de acordo com a área de pesca (mar: 3000; rio:1000; mangue: 20). Grande parte das regras de uso dos recursos pesqueiros já se faziam presentes no Plano de Utilização (ver seção 4.3).

Recursos florestais. Na região da RESEX, espécies arbóreas de mangue já foram ostensivamente exploradas para a produção de carvão, insumo antigamente utilizado pelas padarias e olarias localizadas no município de Bragança. No entanto, hoje em dia as preocupações devem-se a retirada de madeira para a construção de currais de pesca. As áreas de manguezais, por serem consideradas áreas de preservação permanente, não permitem a exploração de seus recursos arbóreos.

A fim de se adaptar a legislação proibitiva, que não integra as especificidades e usos locais, na RESEX de Caeté-Taperaçu o corte de árvores do mangue para a construção de currais é controlado por meio de declaração de área de corte apresentada ao órgão gestor (ICMBio).

O manejo (*de facto*) das espécies compreende a proibição do corte do mangue preto (*Avicennia germinans*), sendo permitido o corte do tinteiro (*Laguncularia racemosa*) e da siriubeira (*Avicennia schaueriana*). O mangue preto é evitado devido sua importância direta na manutenção do caranguejo-uçá, o qual se alimenta de suas raízes e folhas.

Os extrativistas que fazem uso da vegetação de mangue dizem empregar um sistema de rodízio das áreas exploradas, a fim de garantir o crescimento e a manutenção das espécies, também declararam que a regeneração das espécies cortadas é alta, o que para eles não acarretaria prejuízos ambientais. Esse manejo de área de corte é feito de forma tácita. Foi discutido durante o Acordo de Gestão, no entanto essa regra não foi formalizada (*de jure*) devido a proibição do uso pela legislação federal.

As regras de uso dos recursos naturais da RESEX de Caeté-Taperaçu, elaboradas com a participação dos usuários, apontam para o reconhecimento de pressões antrópicas exercidas sobre os recursos naturais e do reconhecimento de medidas de proteção ambiental, expressada, por exemplo, por meio da limitação do esforço de captura.

4.3 Instrumentos de gestão presentes na RESEX de Caeté-Taperaçu

Nesta seção serão apresentados os instrumentos de gestão existentes na RESEX de Caeté-Taperaçu e de que forma o Programa Bolsa Verde se insere como um mecanismo capaz de reforçá-los.

Quadro 6. Instrumentos de Gestão presentes na RESEX de Caeté-Taperaçu (Fonte: elaboração própria).

	Definição	Data	Principais atores envolvidos:
Plano de Utilização	O Plano de Utilização ou Plano de Uso é um instrumento de gestão oriundo dos assentamentos agrários geridos pelo INCRA. Foi implementado como contrapartida à criação da RESEX.	2005	Técnicos do IBAMA/CNPT, lideranças locais e comunitários.
Conselho Deliberativo	Órgão colegiado que reúne representantes do poder público, da sociedade civil e do terceiro setor. É presidido pelo gestor do ICMBio. Atua como a instância superior de tomadas de decisões e resolução de conflitos.	2007/ 2010	O CD é integrado por membros da sociedade civil e representantes do poder público.
Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU)	Documento com validade de 50 anos, que estabelece a relação de direitos e deveres entre beneficiários da RESEX (Associação) e Estado (ICMBio).	2011	Concedente (ICMBio) e Concessionária (Associação dos usuários da RESEX).
Programa Bolsa Verde	Programa de transferência de renda condicionada a critérios socioambientais. Não estabelece novas regras ou restrições, vale-se das já existentes.	2011	Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Desenvolvimento Social, ICMBio e Associação dos usuários da RESEX.
Plano de Manejo	O Plano de Manejo é o zoneamento territorial da unidade de conservação. Ele é mais abrangente que o Acordo de Gestão. Na RESEX de Caeté-Taperaçu o Plano de Manejo estipula zonas de utilização de acordo com sua vocação corresponde.	2012	Analistas do ICMBio, lideranças locais, comunitários, membros do Conselho Deliberativo e consultores técnicos.
Acordo de Gestão	Após a Criação do ICMBio, as unidades de conservação federais que contemplam assentamentos humanos foram orientadas legalmente à atualizarem os Planos de Uso, denominando-os a partir de então de Acordo de Gestão.	2015	Analistas do ICMBio, lideranças locais, comunitários, membros do Conselho Deliberativo e consultores técnicos.

O Plano de Utilização (PU) foi o primeiro ordenamento de uso dos recursos naturais da RESEX construído com os usuários. Em 2015 ele foi revisado e convertido em Acordo de Gestão (AC). O Acordo de Gestão ainda depende de aprovação do Conselho Deliberativo da RESEX e da revisão da coordenação jurídica do ICMBio.

O Acordo de Gestão deteve-se a revisar apenas as regras que estavam em conformidade com a legislação federal e estadual, inviabilizando a manifestação de conflitos, de reflexões e de alternativas criativas. Se orientados de forma ortodoxa, os instrumentos de cogestão que partem de arranjos exógenos podem limitar os atores locais à encontrarem alternativas para seus problemas; servindo apenas para legitimar a elaboração de regras de uso mais restritivas.

Das regras previstas no PU para as regras do AC nota-se que no PU houve intenções de controlar o acesso aos recursos da RESEX e de adotar penalidades que excluíssem os usuários que desrespeitassem as regras. No entanto, devido a falta de clareza legal quanto à titularidade das áreas localizados na zona costeira e marinha, a regra de exclusão deixou de existir.

Após a finalização de todos os Acordos de Gestão das 12 UC presentes no Salgado paraense, pretende-se, por meio do Projeto Manguezais do Brasil (PNUD), integrar as resoluções que sejam comuns entre os Acordos em uma única normativa.

O Plano de Manejo é o documento balizador do ordenamento territorial no que se refere às definições de áreas destinadas aos usos específicos. Na RESEX de Caeté-Taperaçu ele foi finalizado em 2012. Nele está previsto a Zona Populacional, a Zona de Reserva Comunitária, a Zona de Extrativismo Extensivo, a Zona de conservação, a Zona de Recuperação, a Zona de Turismo Sustentável e a Zona de Amortecimento; cada uma com a permissão de atividades específicas.

O Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) é pré-requisito para o andamento de inúmeras ações, por exemplo ações de políticas públicas. Ele prevê a utilização dos recursos da RESEX por um prazo determinado e faz referência ao uso sustentável da área.

O Conselho Deliberativo²⁶ da RESEX (CD) é composto por representantes da sociedade civil e do poder público. No âmbito da RESEX é a esfera de decisão máxima. Discussões ocorridas em outras instâncias devem passar pela análise do CD para serem legitimadas.

²⁶ Para maiores informações sobre o Conselho Deliberativo consultar o capítulo 3.

Como pode ser observado, a RESEX de Caeté-Taperaçu contempla todos os instrumentos técnicos (Quadro 6) previstos para a cogestão da área. No entanto Denny & Babcock (2004) advertem que a determinação de regras e regulamentos pode levar à falsa sensação de alcance de objetivos. A sustentabilidade das regras de uso dos recursos naturais depende também de seu monitoramento e da capacidade de serem cumpridas (OSTROM, 2009).

O Programa Bolsa Verde pode ser considerado um instrumentos de gestão, no sentido de condicionar o seu pagamento à execução dos instrumentos pré-existentes a sua implementação. No entanto, o monitoramento do PBV, como já mencionado, é um dos desafios do Programa.

Em Caeté-Taperaçu, o monitoramento das condicionantes ambientais do PBV fez parte das discussões do Acordo de Gestão. Ele foi tratado na seção sobre Monitoramento, Áreas Protegidas e Ordenamento Territorial.

Como medida punitiva ao não cumprimento do PBV, ficou decidido coletivamente que após duas advertências, o ICMBio repassaria ao Ministério do Meio Ambiente o nome do beneficiário infrator. O MMA seria o responsável por tomar as providências relacionadas ao desligamento da pessoa do PBV, visto que essa competência legalmente não caberia aos gestores da UC.

Essa forma de lidar com os “infratores” beneficiários do PBV foi consensuada entre o ICMBio e os usuários. Ambos declararam que denúncias do descumprimento de regras ocorrem de forma corriqueira, o que indica que os usuários da RESEX não se eximem de exercer um controle social sobre o uso dos recursos naturais.

Embora varie de localidade para localidade, foi relatado no pólo Treme e no pólo Ajuruteua, que antes de se chegar à medida mais extrema (encaminhamento para a suspensão do benefício), num primeiro momento procura-se orientar e alertar o “transgressor” sobre as possíveis conseqüências ambientais e sociais do descumprimento das regras.

4.4 Percepção sobre as regras ambientais

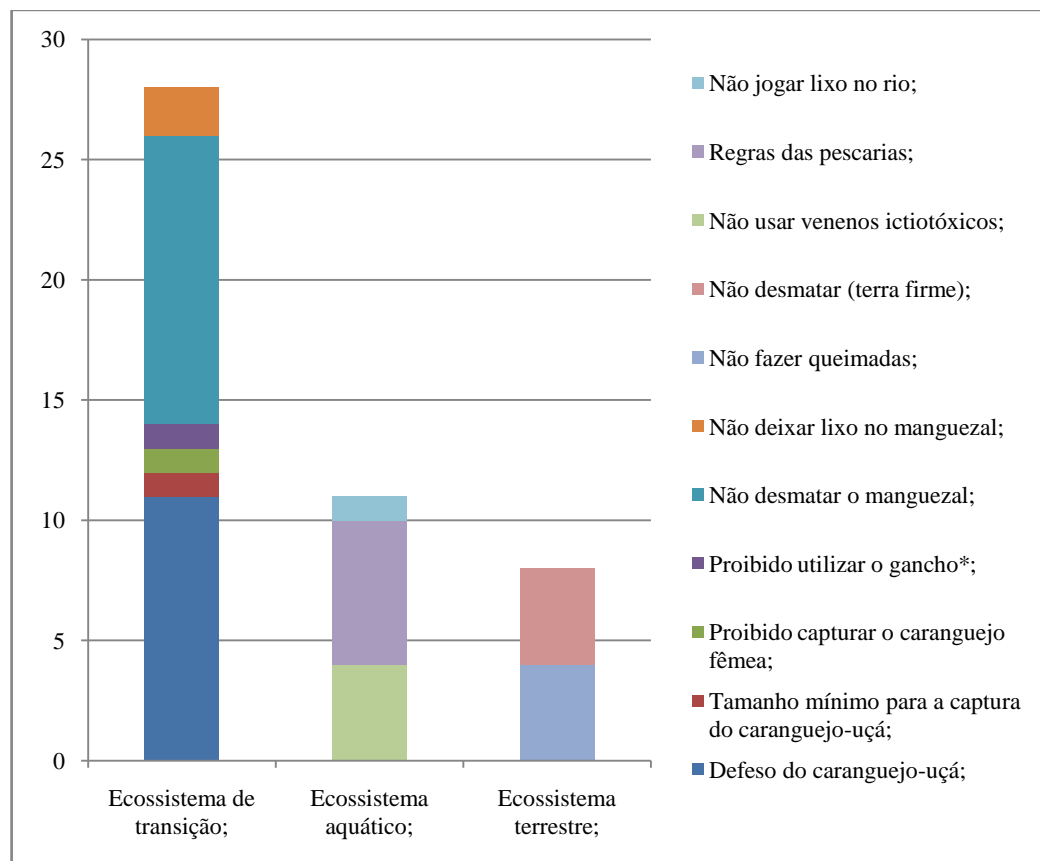
Conforme demonstrado na seção 4.3, na RESEX de Caeté-Taperaçu existe uma série de instrumentos de gestão, alguns deles especificamente voltados para o ordenamento do uso sustentável dos recursos naturais. No entanto, os instrumentos de gestão por si só não respondem sobre a sua efetividade. Assim, a fim de analisar o cumprimento de tais regras e a

capacidade do Programa Bolsa Verde como uma política com potencial para reforçar regras pré-existentes, fez-se necessário num primeiro momento identificar se de fato as regras “protocoladas” são percebidas pelos usuários.

Como a RESEX se insere num ecossistema de transição, procurou-se identificar se a percepção de regras sobre um ecossistema prevaleceu sobre outro ecossistema.

Os resultados sobre a percepção dos usuários sobre as regras ambientais que serão apresentadas a seguir são provenientes de entrevistas semi-estruturadas. Elas permitiram o aprofundamento da percepção individual dos entrevistados, e permitiram identificar como o contexto pessoal influenciou a percepção seletiva sobre um determinado ecossistema.

Gráfico 7. Frequência e categorização das regras de uso dos recursos naturais que foram citadas pelos entrevistados (Fonte: dados da pesquisa).



Os resultados provenientes das entrevistas semi-estruturadas denotaram que 78.5% dos entrevistados conhecem pelo menos uma regra ambiental existente na RESEX de Caeté-Taperaçu. Por outro lado, 21.5 % deram indícios de não conhecer regra alguma, o que se torna preocupante tendo em vista que a RESEX prevê a gestão compartilhada dos recursos naturais. O ecossistema de transição (manguezal) é o que abrange a maioria das regras citadas

(Gráfico 7). Houve um enfoque da percepção sobre a proibição da captura do caranguejo-uçá durante o seu período de defeso e a proibição do desmatamento de florestas de mangue.

De fato, o ordenamento da captura do caranguejo-uçá foi um dos motivadores que levou à criação da RESEX e para o qual foram estabelecidas regras de uso comum. A maior percepção das regras atribuídas ao ecossistema de transição pode estar relacionada ao fato de que o recurso caranguejo é um dos principais recursos extrativistas da RESEX, que serve tanto para a subsistência como para a obtenção de renda.

Ao citarem as regras de uso dos recursos naturais, 68% dos entrevistados se referiram ao ecossistema de transição; 36% fizeram referência ao ambiente aquático e 21% ao ambiente terrestre. Logo, nota-se o papel do ecossistema de transição (manguezal) como um vetor de conservação para os demais ecossistemas, ao se considerar por exemplo que existem regras, tais como a proibição do desmatamento, que podem ser incorporadas para o ecossistema terrestre, corroborando para a importância das REM na promoção da conservação de forma geral.

Embora a REM seja um vetor de conservação para o ecossistema terrestre, durante a pesquisa não houve relatos de ações em conjunto (municipal e federal) que tratem da conectividade entre esses ecossistemas, ficando claro o posicionamento da gestão do ICMBio frente a não competência do órgão sobre a jurisdição das áreas que abrangem o entorno da RESEX.

A percepção dos usuários sobre as regras direcionadas ao ecossistema aquático, que embora esteja intrinsecamente relacionado aos propósitos conservacionistas das RESEX marinhas, ficou claramente em segundo plano na percepção dos usuários entrevistados. Isso pode ser proveniente da dependência secundária dos recursos pesqueiros, ou de uma percepção subestimada das pressões exercidas sobre o recurso, talvez por se tratar de um ambiente onde não se evidencia claramente as interferências antrópicas e onde as flutuações sazonais, por vezes decorrentes de fatores abióticos, determina a ausência ou a abundância do recurso; que por se tratar de um sistema dinâmico e cujos recursos possuem grande mobilidade, acaba por interferir na capacidade dos usuários do recurso em estabelecer regras de uso comum (OSTROM, 2009).

A proibição da caça do marreco selvagem, embora tenha sido mencionada apenas no campo exploratório durante visita ao pólo dos Campos (este pólo não entrou na fase do campo de aprofundamento), foi uma das regras instituídas pelo Plano de Utilização e que teve grande aceitação dos comunitários, os quais desempenharam um controle social eficiente para coibir com a caça desta ave.

4.5 Mudanças percebidas após a criação da RESEX e a apropriação dos instrumentos de gestão

Sobre a percepção de mudanças advindas com a criação da RESEX, além das percepções relacionadas à melhoria das condições de vida destacou-se na fala dos entrevistados as percepções relacionadas com a diminuição da captura do caranguejo-uçá durante o período de defeso, que foi uma das mudanças mais citadas como algo que se consolidou após a criação da RESEX e a diminuição da utilização de venenos ictiotóxicos (timbó e cunambí) como técnica de pesca.

As práticas predominantes de uso dos recursos naturais variam de comunidade para comunidade, não sendo práticas utilizadas de forma homogênea. Nesse contexto foi relatado que em algumas comunidades existiam e ainda existem plantações específicas para a produção de venenos ictiotóxicos, embora essa prática tenha sido fortemente inibida.

A diminuição de resíduos sólidos descartados a céu aberto foi uma percepção muito atrelada à implementação do Programa Bolsa Verde. A problemática referente aos resíduos sólidos, além de estar presente nas comunidades, é uma questão muito concernente ao turismo realizado na praia de Ajatureua, que embora não faça parte da RESEX, tem seu acesso, bem como todo o seu entorno circundado pela unidade de conservação.

Em uma expedição à praia de Ajuruteua, pude constatar num ônibus turístico, que muitas pessoas jogavam lixo pela janela do ônibus; ficando evidente a falta de compreensão dos turistas de que aquele espaço tratava-se de uma área de conservação.

No decorrer da PA 458, que dá acesso à praia de Ajuruteua, não avistei nenhuma placa sinalizadora da RESEX ou que fizesse menção à preservação da área.

O aumento das operações de fiscalização são percepções atribuídas principalmente aos anos iniciais de existência da RESEX, visto que nos anos iniciais da RESEX foi relatado haver freqüentes operações de fiscalização realizadas pelo IBAMA em parceria com os Agentes Ambientais Voluntários (AAV).

Os AAV surgiram por meio de um programa de capacitação promovido pelo IBAMA (Instrução Normativa nº 66, de 12 de maio de 2005). A proposta do programa era a de fomentar comunitários para atividades que promovessem o melhor uso dos recursos naturais e ao mesmo tempo de reduzir os custos e responsabilidades sobre a gestão da área. A iniciativa era ter AAV em todos os estados brasileiros. No entanto o programa não se sustentou.

Na RESEX de Caeté-Taperaçu, ao passo que a fiscalização institucional do IBAMA diminuiu, os AAV sozinhos não conseguiram progredir. Eles se sentiram sobrecarregados devido a falta de recursos para custear as fiscalizações, a falta de segurança e aos conflitos pessoais em que se envolviam.

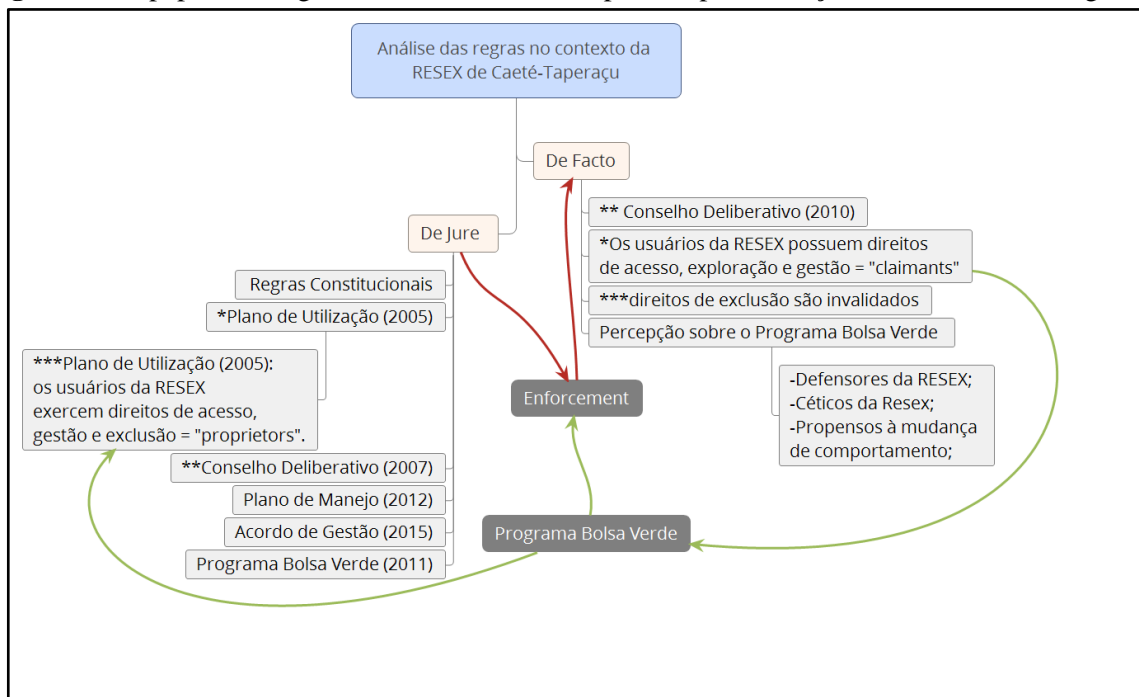
Somou-se à esse processo de menor controle social, a mudança de gestor do ICMBio e a disputa judicial pela presidência da associação dos extrativistas, o que amplificou a desarticulação entre a base e a associação dos usuários da RESEX.

Dentre os instrumentos de gestão existentes na RESEX, o Plano de Utilização foi o instrumento que teve maior apropriação por parte dos beneficiários. Embora os entrevistados não nomeassem os instrumentos de gestão implementados, muitos deles fizeram alusão às regras construídas na época do PU.

4.6 O papel do Programa Bolsa Verde como política para reforçar os instrumentos de gestão

A seguir será analisado o Programa Bolsa Verde e sua capacidade de reforçar as regras que compõe os instrumentos de gestão (Figura 10).

Figura 10. O papel do Programa Bolsa Verde como política para reforçar os instrumentos de gestão.



Ao analisarmos os elementos que compõe o sistema de governança da RESEX de Caeté-Taperaçu a partir da sistematização das regras apresentadas na seção 4.2 (regras de uso dos recursos naturais) e 4.3 (instrumentos de gestão) e da percepção dos usuários do sistema

de recursos (capítulo 5) pode-se observar que as regras (*operational-rules*) existentes na RESEX de Caeté-Taperaçu são geridas pelos níveis de ação que compreendem tanto aspectos das ações de escolha coletiva (*collective-choice rules*), bem como pelas decisões de nível constitucional (*constitutional rules*).

Quando a RESEX de Caeté-Taperaçu foi criada, ela permitiu que regras “demandas” pelos extrativistas a fim de ordenar o uso principalmente da extração de caranguejo fossem instituídas por meio de um instrumento de gestão (Plano de Utilização). O que sugere uma tentativa de reconhecer regras que partissem da base.

No entanto, ao passo que a RESEX foi sendo institucionalizada por autoridades externas e que demais instrumentos de gestão foram inseridos (Conselho Deliberativo), a autonomia dos usuários da RESEX sobre as decisões relacionadas à gestão da RESEX, cuja representação se dá por meio da associação dos usuários (ASSUREMACATA), foi diminuindo.

Quando a representação estatal (ICMBio) chegou ao nível local e o Conselho Deliberativo foi reativado, começou haver um movimento no sentido de adequar as ações locais de acordo com as regras de nível constitucional; havendo um maior controle sobre a legitimidade dos beneficiários da RESEX e um movimento de contração por meio da atualização do Plano de Utilização em Acordo de Gestão. Assim, o Acordo de gestão delimitou regras operacionais ao passo que o ICMBio executou regras de nível constitucional.

Essa relação refletiu-se nas regras de acesso à área. Inicialmente os extrativistas estabeleceram regras de exclusão, que no entanto foram “revogadas” devido às particularidades jurídicas presentes na zona costeira (impossibilidade de restringir o acesso).

Ao se analisar a partir da perspectiva dos direitos de propriedade e sua influência no sistema de governança, pode-se definir os usuários de Caeté-Taperaçu como Claimants, ou seja, possuem direitos de acesso, exploração e gestão e são ausentes do direito de exclusão.

Nesse sentido, o Programa Bolsa Verde pode reforçar os instrumentos de gestão dos recursos naturais, tendo em vista que admite uma forma de monitoramento local e de mecanismos de exclusão relacionados aos “infratores” das regras. No entanto, o atual desenho do programa não permite que ações a nível local sejam executadas, pois a instância de decisão cabe ao Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário e ao Ministério do Meio Ambiente. Tanto a atuação do ICMBio quanto a atuação dos beneficiários da RESEX ficam limitadas ao nível de denúncias.

Os esforços em se colocar em prática uma construção conjunta entre usuários e Estado poderiam ser reforçados ao condicionar a transferência monetária ao cumprimento do

conjunto de regras previamente existentes na RESEX. No entanto, não há governança local para o monitoramento e aplicação das regras do programa.

CAPÍTULO 5

PERCEPÇÃO SOBRE O PROGRAMA BOLSA VERDE

A concepção do Bolsa Verde é inovadora no sentido de ser uma política que atua em duas questões intrinsecamente ligadas e desafiantes: combater a pobreza e promover a conservação (CABRAL *et al.*, 2014). O sucesso desta política como uma política ambiental depende fortemente de como ela é percebida pelos seus beneficiários. Pois, espera-se deles uma contrapartida de conservação ou o uso sustentável dos recursos naturais. A tomada de decisão dos atores locais depende, dentre outros fatores, da percepção que eles têm sobre a política. A decisão é influenciada por indicações contextuais, redes e normas sociais locais e modelos mentais compartilhados (BANCO MUNDIAL, 2015).

Neste capítulo serão apresentadas as percepções que os atores locais da RESEX de Caeté-Taperaçú (beneficiários e não beneficiários do PBV) tiveram sobre o Programa Bolsa Verde. Para apreender e analisar a percepção sobre o PBV foi necessário abordar o contexto sobre o qual ele se insere, que neste caso tratou-se da gestão dos recursos naturais de uma reserva extrativista marinha, cujos recursos explorados compreendem tanto os ecossistemas terrestres e de transição quanto os ecossistemas marinhos.

A percepção sobre o PBV foi captada por meio de entrevistas semi-estruturas e por meio da aplicação da metodologia Q, com afirmações cujos temas estiveram direta ou indiretamente relacionados ao PBV. As afirmações hierarquizadas pelos entrevistados revelaram a percepção que eles tiveram sobre os temas apresentados bem como evidenciaram quais foram esses temas.

5.1. Percepção geral

De modo geral, os resultados das entrevistas semi-estruturadas demonstraram que o PBV foi percebido por 64% dos entrevistados como uma “ajuda extra” atrelada ao Programa Bolsa Família sem que fosse percebida a questão ambiental como contrapartida à transferência de renda; seguindo a perspectiva de não percepção sobre a condicionalidade ambiental do pagamento, 14,5% dos entrevistados não inferiram associação alguma sobre o

PBV e 21,5% dos entrevistados associaram, de forma categórica, o PBV a um incentivo à conservação ambiental.

Os resultados apresentados acima foram obtidos quando os entrevistados foram questionados sobre a forma como eles entendiam o Programa Bolsa Verde, na ocasião da entrevista semi-estruturada. No entanto, as respostas dadas sugerem uma leitura muito superficial a respeito do Programa Bolsa Verde. Em função disso, o método clássico de entrevistas foi combinado à metodologia Q, permitindo um aprofundamento da compreensão sobre o Programa Bolsa Verde no contexto da RESEX de Caeté-Taperaçu.

5.2. Discursos existentes na RESEX de Caeté-Taperaçu

A fim de aprofundar a percepção sobre o PBV e conseqüentemente sobre o seu contexto foi aplicada a metodologia Q, cujos resultados identificaram a existência de três discursos (Quadro 7) presentes na narrativa dos usuários da RESEX. Os discursos identificados foram denominados de: “Defensores da RESEX”, “Céticos da RESEX” e “Propensos a adotar um comportamento ambiental”. A percepção relacionada ao PBV foi captada por meio do contexto em que o PBV se inseriu dentro desses discursos (Gráfico 8).

Quadro 7. Caracterização dos discursos. O valor representa a média ponderada do nível de concordância com a afirmação pelos informantes que tendem a este discurso. As afirmações mais representativas de cada discurso, ou seja, os valores que se distinguem mais dos outros discursos, são sinalizados com o asterisco (* nível de significância $p < 0,05$; ** nível de significância $p < 0,01$).

Categorias		Afirmações (statements)	Informantes que tenderam aos respectivos discursos		
			A C D G H K L M R S T V	B F J N P U	E I O Q W X
			Discurso 1 (n:12) 5,1	Discurso 2 (n:6) 2,7	Discurso 3 (n:6) 2,6
Responsabilidade ambiental	1) Todas as pessoas são responsáveis por fiscalizar e cuidar do meio ambiente.	2,00**	0,33**	-0,49**	
	2) A responsabilidade de fiscalizar e cuidar do meio ambiente é do estado.	-1,99**	0,27	0,00	
Percepção sobre o cumprimento das regras de uso dos recursos naturais	3) As pessoas são incentivadas à respeitar as regras do meio ambiente.	0,85	-0,23**	1,19	
	4) É impossível respeitar as leis feitas por quem não conhece a nossa realidade.	-0,43	-0,25	-0,65	
	5) As regras feitas com a nossa participação a gente respeita.	0,49**	-1,16	-1,34	
	6) Se as pessoas fossem respeitar todas as leis ambientais, elas não conseguiriam se sustentar.	0,69**	1,83**	-1,56**	
	7) Quem não respeita as regras é aquele que só quer se aproveitar.	0,77**	-1,17**	-0,04**	
	8) É possível viver bem sem desprezar as regras do meio ambiente.	0,01	-0,98**	-0,15	
	9) O mangue e os peixes nunca se acabarão, portanto não é preciso se preocupar.	-1,72**	1,09**	-2,67**	
Coesão social	10) A comunidade aqui é muito unida.	0,19	0,29	-0,29	
	11) Aqui é cada um por si.	-0,52	-0,70	0,05*	
	12) Aqui todo mundo sabe quem faz coisa ilegal, mas as pessoas não se preocupam com isso.	-1,33**	0,58	0,84	
Percepções sobre a resex	13) Desde que a resex foi criada, pouca coisa mudou.	-1,46**	0,04*	-0,54*	
	14) A única coisa boa da resex são os benefícios que conseguimos.	-0,93**	1,17**	0,12**	
	15) Depois que a resex foi criada, diminuiu o uso de redes proibidas e o desmatamento do mangue.	1,75**	0,23**	-0,75**	
Percepção sobre o Bolsa Verde	16) Só recebe o Bolsa Verde quem tem precisão.	-0,85	-0,83	0,42**	
	17) Independente do Bolsa Verde, poucos respeitam as regras.	0,26**	1,76	1,42	
	18) As pessoas ficaram mais conscientes depois do bolsa verde.	0,61**	-1,25**	-0,45**	

	Percepção sobre a condicionalidade e ambiental do programa	19) O Bolsa Verde é só um dinheiro extra que o governo manda para as pessoas.	0,73**	1,94**	-1,28**
		20) O Bolsa Verde é um incentivo para as pessoas não desmatarem.	0,33	-0,38**	0,65
		21) O Bolsa Verde é um incentivo para as pessoas não fazerem pescaria predatória.	-0,07	-0,36	-0,06
		22) O Bolsa Verde é um incentivo para as pessoas respeitarem todas as regras da resex.	0,01	-0,70*	-0,08
	Orientações sobre o programa	23) As pessoas começaram a receber o Bolsa Verde sem muitas explicações.	-0,47**	0,72*	1,39*
		24) As pessoas foram orientadas sobre o propósito do programa Bolsa Verde.	-0,27**	-0,91	-0,87
	Fiscalização do Bolsa Verde	25) Ninguém deixa de fazer alguma atividade por medo de perder o Bolsa Verde.	-0,78**	0,28**	1,19**
		26) O Bolsa Verde funciona. As pessoas têm medo de serem denunciadas caso sejam vistas fazendo algo que é proibido.	-0,17	-0,22	-1,04**
		27) Como é a mulher que recebe o Bolsa Verde, o companheiro dela não se preocupa em perder o benefício caso seja pego cometendo alguma infração.	-0,27	0,08	1,15**
	Intenções de uso do dinheiro	28) Com o dinheiro do Bolsa Verde as pessoas podem melhorar suas atividades.	-0,50	-0,85	-1,11
29) O dinheiro do Bolsa Verde é usado conforme a necessidade que aparecer primeiro.		0,68*	1,66	1,18	
30) O Bolsa Verde é uma grande ajuda para comprar comida, roupas, calçados, remédios...		2,25	1,65	1,86	
Percepção sobre a manutenção da conservação ao cessarem os pagamentos	31) Quando acabar o Bolsa Verde o pessoal vai parar de conservar.	-0,47	-0,31	0,98**	
	32) Mesmo que acabe o bolsa verde, as pessoas continuarão respeitando as regras ambientais.	0,16*	-1,84**	-0,38*	
Motivações à conservação	33) As pessoas fazem alguma coisa pelo meio ambiente só quando recebem dinheiro em troca.	-1,17	-1,11	0,62**	
	34) Cada um deve fazer a sua parte, independente de receber dinheiro em troca.	1,57**	0,26	0,58	
	35) As pessoas merecem receber pelo esforço que fazem em conservar.	-0,27	-0,90*	0,09	

5.2.1 Tendências gerais presentes nos discursos

Tendo em vista que os discursos apresentados partem de uma mesma base de afirmações, o que caracterizou cada discurso foram os temas que se sobressaíram para cada um deles. Embora a diferença seja o que os caracteriza, é importante destacar que há convergência de posicionamento frente à alguns temas, o que sinaliza o consenso perante alguns assuntos.

As tendências gerais observadas indicam que há complacência sobre as legislações ambientais provenientes sem a participação da base (4). Não houve associação direta das condicionalidades do PBV com as regras de uso dos recursos pesqueiros (21), mesmo que os entrevistados tenham demonstrado conhecer regras de uso relacionadas aos ecossistemas aquáticos (entrevistas semi-estruturadas). O Programa é relacionado essencialmente a um benefício que possibilita aliviar precariedades. Permite por exemplo, a aquisição de bens de consumo e o suprimento de alimentos e medicamentos (29; 30). Os recursos advindos do PBV são considerados insuficientes para que sejam investidos em melhorias nas atividades produtivas (28); Por fim, os três discursos apontaram que as pessoas foram pouco orientadas sobre os propósitos do programa (24).

5.2.2 Discurso 1 – “Defensores da RESEX”

Este discurso, apresentado por 12 entrevistados, destacou-se dos demais devido ao reconhecimento da importância da RESEX para a conservação ambiental (15) e por admitirem mudanças ambientais advindas da criação da RESEX (13). É o único perfil que discorda que as vantagens da RESEX sejam somente as relacionadas aos benefícios (14). Demonstrem preocupação com a finitude e manutenção dos recursos naturais (9). É o único grupo que se sente responsável pela aplicação das regras ambientais (12) e que acredita no êxito das regras construídas coletivamente (5). Atribuem a responsabilização ambiental como algo coletivo e não somente do Estado (1; 2). Reprovam aqueles que desrespeitam as regras (7), mas reconhecem que é difícil respeitar todas elas (6).

É o único perfil que acredita na importância do programa Bolsa Verde para a promoção de consciência ambiental (18). Acreditam que as pessoas realmente deixaram de fazer alguma atividade ilícita e tem medo de serem punidas por meio da exclusão do programa (25).

5.2.3 Discurso 2 – “Céticos da RESEX”

Este discurso, composto por 6 pessoas, ao contrário dos “Defensores da RESEX”, não demonstrou ter credibilidade nos mecanismos de gestão dos recursos naturais. Os “Céticos da RESEX” não atribuem significância à construção das regras coletivas (5). Alegam que seria inexecutável respeitar todas as regras ambientais, pois isso impediria a manutenção do sustento das pessoas (6). Discordam que quem não respeita as regras é a pessoa que só quer tirar proveito da situação em prol de seu próprio favorecimento (7). Acreditam que para gerar renda não é possível respeitar as regras ambientais (8). É o único perfil que não acredita na finitude dos recursos ambientais, logo não dão relevância às preocupações ambientais (9). É o discurso onde as pessoas menos reconhecem mudanças após a criação da RESEX (13). Enfatizam os benefícios sociais que foram concedidos após a criação da RESEX em detrimento das melhorias ambientais (14; 15).

Sobre o Programa Bolsa Verde, não perceberam mudanças comportamentais, nem uma maior conscientização ambiental promovida por ele (17; 18). Percebem-no apenas como uma “ajuda” a mais que o governo concede (19). É o único perfil que não associa o PBV à uma contrapartida ambiental (20; 22). Não vislumbram perspectivas de conservação ao cessarem os pagamentos do Bolsa Verde (32). Discordam do mérito das pessoas receberem para conservar (35).

5.2.4 Discurso 3 – “Propensos a adotar um comportamento ambiental”

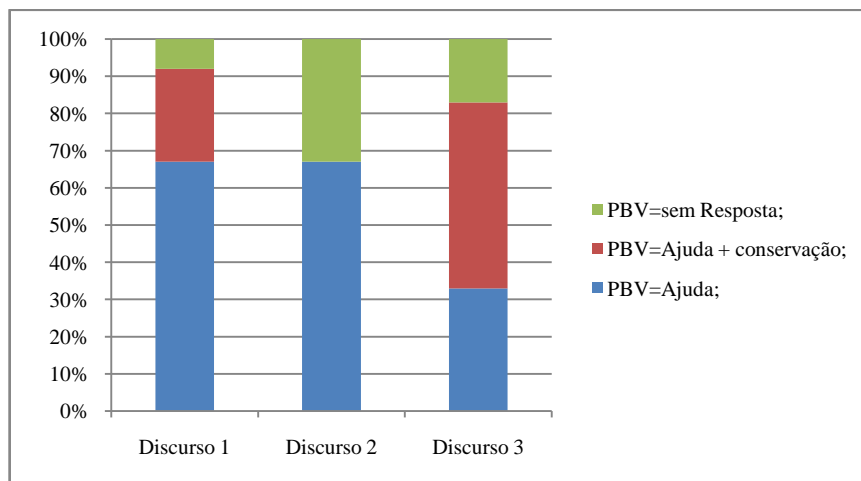
Este discurso, que agregou a percepção de 6 entrevistados, não atribuiu a responsabilização pela gestão dos recursos ambientais de forma homogênea, enfatizando a necessidade da fiscalização feita pelo poder público (1). Discordam da relação de causa e efeito entre conservação e incapacidade de manutenção financeira (6). No entanto reconhecem que há pessoas que não conseguem respeitar as regras ambientais devido às condições de precariedade (7; 8). Admitem a finitude dos recursos naturais e consideram a necessidade de se preocupar com eles (9). As pessoas deste perfil se sentem menos pertencentes a um grupo (11). Acreditam na importância da conservação mas perceberam pouco a diminuição de atividades predatórias após a criação da RESEX (15).

Não identificam transformações referentes a conscientização ambiental das pessoas que recebem o Bolsa Verde (18). É o único perfil que relaciona os objetivos do Bolsa Verde para além de uma simples ajuda (19). Relacionam o Bolsa Verde predominantemente à

conservação florestal (20). Acreditam que as pessoas não são incitadas à conservar devido ao receio de perderem o benefício do Programa Bolsa Verde (25; 26). Acreditam que o Bolsa Verde não impede que o companheiro da mulher beneficiária do programa desrespeite as regras ambientais, pois a responsabilização pela infração ambiental cometida por ele não se estenderia à ela (27). Sobre os beneficiários do Bolsa Verde, não visualizam a manutenção da conservação após o término do programa (31; 32). É o único perfil que tende a condicionar a conservação aos interesses monetários (33).

Pode ser observado no gráfico 8, que ao contrário do que sugerem os dados obtidos por meio das entrevistas semi-estruturadas, de que há uma certa superficialidade na percepção sobre o PBV, e até mesmo de que não há interesse dos usuários da RESEX pelas questões ambientais, os discursos obtidos por meio da metodologia Q demonstram que a percepção sobre o PBV é mais complexa e portanto não se pode analisá-la de forma fragmentada, desconsiderando-a do contexto da RESEX.

Gráfico 8. Percepção sobre a finalidade do Programa Bolsa Verde de acordo com os discursos.



5.3. Quem são as pessoas por trás dos discursos?

Os discursos apresentados configuraram-se a partir da hierarquização (*ranking*) das afirmações que os entrevistados fizeram. Para identificar características comuns entre pessoas alocadas sob um mesmo discurso, foi analisado o perfil dessas pessoas.

Quadro 8. Perfil das pessoas que tenderam aos respectivos discursos. Em negrito, resposta dominante para as pessoas do discurso ou que diferenciam eles dos outros.

Características pessoais		Defensores da RESEX (n=12)	Céticos da RESEX (n=6)	Propensos a adotar um comportamento ambiental (n=6)	
Profissão	Marisqueira.	33%	17%	17%	
	Lavrador (a).	33%	33%	0%	
	Marisqueira-lavradora.	9%	0%	33%	
	Pescador.	0%	17%	17%	
	Do lar .	25%	33%	33%	
Gênero	Entrevista individual	somente com a responsável familiar.	58%	66%	66%
		somente com o responsável familiar.	0%	17%	17%
	Entrevista conjugada (ambos os sexos).	Participação conjunta do homem e da mulher na entrevista.	42%	17%	17%
Faixa etária	Entre 25 e 35 anos.	25%	17%	67%	
	Entre 35 e 45 anos.	17%	33%	0%	
	Acima de 45 anos.	58%	50%	33%	
Escolaridade	Estudou até a 5ª série.	58%	67%	67%	
	Cursou entre o 6º e 9º ano.	17%	33%	16,5%	
	Estudou até o ensino médio.	25%	0%	16,5%	
Renda anual estimada	RA < R\$ 10.000	33%	50%	33%	
	10.000 < RA < 20.000	42%	33%	50%	
	20.000 < RA < 30.000	25%	17%	17%	
Beneficiários de ATER		33%	33%	50%	
Realizou algum investimento em 2015		33%	33%	50%	
Possui poupança		0%	0%	33%	
Localidade	PóloBacuriteua	33%	33%	33%	
	Pólo Cidade	17%	17%	33%	
	PóloTamateua	17%	33%	0%	
	Pólo Treme	33%	17%	33%	
Sócios da associação		75%	67%	100%	
Importância da associação	Difusora de informações.	17%	33%	0%	
	Viabilizadora de benefícios.	17%	17%	50%	
	Promotora de conservação.	8%	0%	17%	
	Promotora de melhores condições sociais e ambientais	17%	17%	0%	
Finalidade da RESEX	Viabilizadora de benefícios sociais.	17%	17%	33%	
	Viabilizar benefícios e conservação	33%	17%	17%	

	ambiental.			
	Sem respostas.	8%	0%	17%
Percepção das regras de uso dos recursos naturais de acordo com o ecossistema.	Ecossistema de transição.	50%	33%	33%
	Ecossistema terrestre.	0%	33%	17%
	Ecossistema aquático.	33%	17%	17%
Beneficiários do PBV*		50%	67%	83%
Percepção sobre o PBV	Ajuda para aliviar as necessidades básicas	67%	67%	33%
	Percepção abrangente (PBV = ajuda e conservação).	25%	0%	50%
	Sem respostas.	8%	33%	17%

*Para este estudo, foram considerados beneficiários do PBV somente as pessoas que já haviam recebido, até a data da coleta de dados em campo, pelo menos uma parcela do programa. No entanto muitas pessoas entrevistadas já haviam assinado o Termo de Adesão e aguardavam a efetivação da transferência de renda.

5.3.1 “Defensores da RESEX”

Os Defensores da RESEX tem como principal profissão o trabalho com a mariscação e com a pequena agricultura (marisqueiras e lavradores(as)). São pessoas jovens (entre 25 e 35 anos de idade) e pessoas mais velhas (acima de 45 anos de idade). O grupo foi composto por pessoas de ambos os sexos. No entanto, todas as entrevistas em que participaram homens foram realizadas de forma conjugada (homem e mulher). Algumas pessoas deste discurso cursaram o ensino médio (praticamente todas as pessoas que fizeram o ensino médio encontraram-se neste discurso). Os Defensores da RESEX foram os que apresentaram a maior renda anual estimada. São pessoas predominantemente do pólo Treme e do pólo Bacuriteua.

O perfil conservacionista deste discurso pode ser influenciado pela escolaridade, repercutindo em maior consciência dos próprios impactos sobre o meio ambiente. E também pela presença de pessoas mais velhas, cuja conservação e respeito ao meio ambiente fazem parte de suas tradições e por serem pessoas menos induzidas por um modelo consumista, tendo o respeito pela natureza parte da constituição de seus valores.

Os Defensores da RESEX podem ter mais facilidade para respeitar as regras, visto que compõe o grupo cuja renda anual estimada é a maior. No pólo Treme por exemplo as mulheres estão inseridas na cadeia produtiva da pesca artesanal por meio do beneficiamento do caranguejo, o que pode influenciar na maior renda familiar, visto que há maior

contribuição feminina na geração de renda. Os pólos de Bacuriteua e Treme foram os pólos estudados onde as lideranças comunitárias fizeram-se presentes em todas as discussões vivenciadas no âmbito desta pesquisa, indicando a atuação e forte presença no âmbito da RESEX. Quase todas as pessoas são associadas à Assuremacata e consideram-na importante por promover a melhoria da qualidade de vida e a conservação.

Nas entrevistas semi-abertas, os Defensores da RESEX interpretaram a RESEX de forma abrangente, ou seja, voltada para a promoção de melhorias sociais e para a melhoria ambiental. As regras de uso dos recursos naturais mais citadas remetem ao ecossistema de transição, não havendo referência ao ecossistema aquático. A maioria dos Defensores da RESEX associam o PBV a uma ajuda extra. É o discurso que menos tem beneficiários do PBV, no entanto isso se deve ao fato de terem sido considerados beneficiários do PBV somente as pessoas que já haviam recebido pelo menos uma parcela do programa. Na RESEX de Caeté-Taperaçú quase todos os beneficiários da RESEX são também beneficiários do PBV.

5.3.2 “Céticos da RESEX”

Os Céticos da RESEX são predominantemente lavradores (as) e trabalhadoras do lar. O discurso foi composto por pessoas de ambos os sexos, que foram entrevistadas de forma individual e conjugada. Comparando-se aos outros discursos, foi o que mais apresentou pessoas entre 35 e 45 anos de idade. Nenhum deles cursou o ensino médio. São pessoas que apresentam a menor renda anual estimada. São provenientes principalmente do pólo de Tamatateua.

A percepção desacreditada sobre a RESEX pode ser influenciada pelo menor envolvimento com a área, bem como com o enfraquecimento das discussões ambientais que ocorreram no pólo de Tamatateua após a mudança da liderança comunitária. As famílias residentes neste pólo são predominantemente pescadores-lavradores, exercendo suas atividades de subsistência como de geração de renda além dos limites da RESEX.

Estas pessoas parecem estar em situação econômica mais difícil, pelo fato de comporem um grupo cuja faixa etária se equivale a um período da vida familiar em que os filhos começam a demandar maiores investimentos. A renda familiar mais baixa pode ser devido ao menor aporte da mulher na composição de renda. Esse menor aporte financeiro pode estar relacionado à dificuldade de inserção no mercado de trabalho bem como a menor disponibilidade frente aos cuidados com os filhos. Essas razões podem levar os Céticos da

RESEX a exercerem uma maior pressão sobre os recursos naturais afim de garantir o sustento familiar.

É o discurso no qual a importância da associação é atribuída à propagação de informações, no entanto essas informações são mais no sentido de divulgar e repassar informações sobre os benefícios sociais. Sobre as regras ambientais, foram mencionadas regras que contemplam os três ecossistemas categorizados. O objetivo da RESEX é compreendido de forma abrangente (benefícios e conservação ambiental), prevalecendo os benefícios, o que vai ao encontro da interpretação sobre o PBV, visto que é o único perfil em que todas as pessoas associam o PBV exclusivamente à uma ajuda sem remetê-lo à conservação.

5.3.3 “Propensos a adotar um comportamento ambiental”

Os Propensos a adotar um comportamento ambiental são em sua maioria marisqueiras-lavradoras (os) e trabalhadoras do lar. O discurso foi composto tanto por homens quanto por mulheres. Mais da metade deles têm entre 25 e 35 anos de idade e estudaram até a 5ª série. As pessoas desse discurso distribuíram-se de forma equitativa entre os pólos Bacuriteua, Cidade e Treme; não havendo ninguém do pólo Tamatateua compondo este perfil.

Os Propensos a adotar um comportamento ambiental, comparando-se aos demais discursos, foram os que apresentaram o maior percentual de pessoas beneficiárias de assistência técnica e extensão rural e que mais pessoas fizeram algum tipo de investimento, por exemplo: conserto da casa, construção de cerca e compras de petrechos de pesca no decorrer de 2015. Além de serem os únicos que possuem poupança.

Todos os Propensos a adotar um comportamento ambiental são sócios da Assuremacata. Consideram-na importante principalmente por causa dos benefícios viabilizados por ela. A finalidade da RESEX é atribuída aos benefícios, no sentido de que o objetivo da RESEX é o de promover melhorias sociais. As regras de uso mais citadas fizeram referência ao ambiente terrestre/transição. Os Propensos a adotar um comportamento ambiental são quase todos beneficiários do PBV e são os que mais associaram o PBV tanto a um benefício social quanto a um incentivo à conservação.

5.4 O Programa Bolsa Verde e sua repercussão de acordo com os discursos identificados

Dentre os “Defensores da RESEX”, “Céticos da RESEX”, e “Propensos a adotar um comportamento ambiental”, o PBV parece ter mais poder de influenciar os “Propensos a adotar um comportamento ambiental”. Neste grupo encontraram-se pessoas com perfil conservacionista, que no entanto não conseguem respeitar as regras de uso dos recursos devido à grande dependência financeira do recurso e às condições de vulnerabilidade social.

Os “Defensores da RESEX” por si só já se demonstraram propensos à conservar. Logo, o potencial do PBV em relação a mudança de comportamento não é significativo. Para esse grupo o Programa Bolsa Verde se comportaria como um PSA do tipo recompensa para um comportamento ambiental que já existe.

Os “Céticos da RESEX” foram os únicos que perceberam os recursos naturais como inesgotáveis. O que faz com que o Programa Bolsa Verde tenha pouca capacidade de influenciar uma mudança de comportamento, pois quando não há percepção sobre a finitude do recurso não há motivos para se “preocupar” com ele e portanto a probabilidade de ação coletiva a fim de se evitar o colapso dos recursos naturais seja inexistente. No caso deles, o PBV precisaria ser acompanhado de mais informações sobre os possíveis problemas enfrentados pelos recursos naturais.

Os “Propensos a adotar um comportamento ambiental” foram os que perceberam o Programa Bolsa Verde de forma mais abrangente, ou seja, mais do que um benefício para aliviar precariedades relacionaram-no a conservação ambiental, percebendo a condicionalidade ambiental. Também foram os que mais se sentiram incentivados à respeitar as regras ambientais, cujo incentivo pode ser decorrente do próprio Programa Bolsa Verde.

Nesse contexto o Programa Bolsa Verde pode propiciar aos “Propensos a adotar um comportamento ambiental” uma maior capacidade de cumprir as regras de uso dos recursos naturais, ao passo que atua como um apoio financeiro às famílias com propensão a conservar, mas que são limitadas financeiramente a exercer esse comportamento.

5.5 Pólos comunitários, organização social e percepção

Dentre os quatro pólos visitados (Cidade, Bacuriteua, Tamatateua e Treme), o pólo Treme foi o que apresentou o maior percentual de pessoas que associaram o PBV a uma ajuda com objetivos ambientais. Essa informação pode ser corroborada pelo discurso

predominante neste pólo, onde mais da metade dos entrevistados fizeram parte do perfil dos “Defensores da RESEX” e onde todos os entrevistados eram associados a associação dos usuários da RESEX.

A liderança do pólo Treme já fez parte da presidência da associação e esteve presente tanto na elaboração do Acordo de Gestão bem como no evento proporcionado pela Universidade Federal do Pará.

No pólo Cidade e no pólo Tamatateua o Programa Bolsa Verde foi percebido como uma ajuda por mais de 70% dos entrevistados. No pólo Cidade 80% dos entrevistados dividiram-se entre “Defensores da RESEX” e “Propensos a adotar um comportamento ambiental”. Todos os entrevistados do pólo Cidade conhecem pelo menos uma regra ambiental e foi o único pólo em que todos os entrevistados responderam sobre o objetivo da RESEX, dividindo-se entre conservação e melhorias sociais. O pólo Cidade também foi o único pólo onde todos os entrevistados atribuíram alguma importância à associação, predominando os benefícios sociais.

A associação dos usuários da RESEX fica localizada na zona urbana, o que provavelmente facilita o acesso às reuniões que ocorrem na associação bem como a maior circulação das discussões que lá ocorrem, o que repercute inclusive em quem não é sócio da associação dos usuários da RESEX (40% dos entrevistados não são sócios da Assuremacata no entanto todos conhecem pelo menos uma regra ambiental e demonstram ter mais esclarecimento sobre os objetivos da RESEX).

O pólo Tamatateua representou o menor percentual de entrevistados sócios da associação dos usuários da RESEX (38%); foi o que mais teve ausência de respostas sobre os objetivos da RESEX, no entanto, depois do pólo Cidade, foi onde quase 90% dos entrevistados conheciam pelo menos uma regra ambiental. O discurso dividiu-se entre ‘Céticos da RESEX’ e ‘Defensores da RESEX’. Neste pólo havia um liderança muito atuante, porém outra liderança com um viés menos voltado para as questões da RESEX encontra-se atualmente na representação da comunidade.

O pólo Bacuriteua também apresentou quase a totalidade dos entrevistados sendo sócios da associação dos usuários da RESEX, no entanto foi o pólo onde um elevado número de entrevistados não atribuiu resposta alguma sobre a finalidade do PBV.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos resultados apresentados no decorrer deste estudo as considerações finais aqui apresentadas tratam do papel da RESEX e do Programa Bolsa Verde na promoção da conservação ambiental; das hipóteses iniciais da pesquisa e algumas reflexões sobre as implicações políticas a partir do que se observou em campo.

A RESEX de Caeté-Taperaçu e o Programa Bolsa Verde

Para compreender o papel do Programa Bolsa Verde foi fundamental entender o sistema socioecológico da RESEX de Caeté-Taperaçu, especialmente no que se refere ao seu sistema de governança.

A análise histórica do processo de implementação da RESEX de Caeté-Taperaçu evidenciou que a sua criação se deu dentro de um contexto político-estratégico mais amplo e que a insatisfação dos extrativistas diante de conflitos territoriais foi apenas um dos elementos constitutivos da demanda pela RESEX. O envolvimento dos usuários locais nesse processo foi chave para legitimar interesses mais abrangentes.

Apesar de não ter havido uma demanda real para a criação da RESEX por parte dos extrativistas, depois que a RESEX foi criada lideranças e comunitários engajaram-se no projeto de RESEX, mostraram-se capazes de se organizarem coletivamente e logo no primeiro ano de RESEX formalizaram regras de uso dos recursos naturais (Plano de Utilização).

Conforme os anos se passaram desafios e fragilidades se revelaram, tais como a incapacidade institucional para fiscalizações, a falta de mecanismos de controle dos instrumentos de gestão “implementados”, e a inserção de interesses meramente políticos na estrutura organizacional dos extrativistas. A inserção de interesses políticos no âmbito da RESEX promoveu uma segregação entre os extrativistas, que resultou na desarticulação entre os comunitários e a associação.

Os dados apresentados no capítulo “Evolução da RESEX de Caeté-Taperaçu: entre incentivos externos e dinâmicas internas” permitiram identificar em que momento e sob qual contexto político e social o Programa Bolsa Verde foi implementado.

O Programa Bolsa Verde chegou na RESEX de Caeté-Taperaçu em um momento de desmobilização social entre os extrativistas motivada por conflitos políticos, de transição da gestão da unidade de conservação, e de enfraquecimento da fiscalização. Esse contexto

somado a morosidade processual do programa propiciou incertezas sobre a continuidade do programa, que se refletiu na percepção que os entrevistados tiveram sobre o programa Bolsa Verde.

Para analisar a percepção sobre a condicionalidade ambiental embutida ao Programa Bolsa Verde, foi analisada a percepção sobre as regras de uso dos recursos naturais, e em que medida o Programa Bolsa Verde influenciou o cumprimento dessas regras.

Após a institucionalização da RESEX de Caeté-Taperaçu a conservação dos recursos naturais foi promovida por meio da diminuição de práticas predatórias. Essa diminuição de práticas predatórias esteve relacionada principalmente com a exploração de madeira do mangue, com a captura do caranguejo-uçá durante o seu período reprodutivo e com o a diminuição do uso de venenos ictiotóxicos.

A criação da RESEX de Caeté-Taperaçu pode ter propiciado uma maior aplicação (*enforcement*) das legislações estaduais e federais (*constitutional-choice*) existentes antes da RESEX ser criada.

Em relação a aplicação das regras relacionadas ao ordenamento da pesca do caranguejo-uçá, por exemplo, é possível identificar alguns eventos que tenham influenciado a percepção sobre as regras do caranguejo, bem como a percepção sobre as regras de uso de outros recursos.

Os eventos que corroboraram para a percepção das regras ambientais citadas pelos entrevistados compreenderam: i) a campanha promovida pelo programa MADAM sobre a proteção das conduruas, durante a fase de implementação da RESEX; ii) a promessa da vinda do seguro defeso junto com a criação da RESEX, que contribuiu para fomentar as discussões relacionadas à proibição da captura do caranguejo-uçá durante o seu período reprodutivo e; iii) a intervenção em 2009, do Ministério Público do Pará, na comercialização da carne de caranguejo beneficiada, devido às duvidosas condições sanitárias, que certamente sensibilizou sobre a importância de respeitar as regras.

Os extrativistas de caranguejo, por exemplo, para reverter a proibição da comercialização da carne de caranguejo processada, providenciaram em parceria com o governo estadual cursos de capacitação para se adequarem às legislações, entre elas à legislação ambiental.

Além da RESEX ter promovido um maior controle sobre as pressões antrópicas, os três discursos identificados neste trabalho apontaram que ela propiciou melhorias sociais significativas. Essas melhorias sociais são atribuídas à chegada das políticas públicas.

O Programa Bolsa Verde inseriu-se num contexto de conservação que veio sendo construído bem antes de sua implementação, logo é difícil isolar o papel de conservação do PBV do papel de conservação da RESEX. No entanto, há elementos que mostram que ele fomentou a tendência iniciada pela RESEX, viabilizando um comportamento conservacionista de pessoas que não conseguiam mudar suas práticas devido às limitações financeiras.

Embora no método clássico de entrevistas o PBV tenha sido associado à uma ajuda financeira extra quase sem relação às regras de uso dos recursos ambientais, nos discursos obtidos por meio da metodologia Q, o discurso que mais percebeu a condicionalidade ambiental atrelada ao pagamento foi o que havia mais beneficiários do PBV.

Discussão das hipóteses de pesquisa

Percepções sobre o papel do Programa Bolsa Verde como um reforço a gestão ambiental

Hipótese 1 - O Programa Bolsa Verde apresenta-se tanto como um benefício social quanto como um instrumento ambiental. Nesse sentido supomos que quanto maior for o conhecimento sobre as regras ambientais pelos usuários, mais eles perceberão a condicionalidade ambiental do programa. Se um usuário tem pouco conhecimento das regras ele perceberá o Bolsa Verde unicamente como um benefício social. No entanto, se o usuário conhecer as regras de uso dos recursos naturais a percepção dele sobre o Bolsa Verde será a de um reforço à gestão ambiental.

Tendo em vista a hipótese 1, com base nos resultados apresentados por meio dos métodos clássicos de entrevistas, poder-se-ia concluir que o Programa Bolsa Verde, por ser associado majoritariamente à uma ajuda com pouca referência às condicionalidades ambientais, poderia ser interpretado como um benefício social que até o momento atingiu pouco os seus objetivos de conservação.

Essa percepção se aproxima da ideia de redistribuição de renda, distanciando-se do conceito de Pagamentos por serviços ambientais e reafirmando a proposta do Programa Bolsa Verde de inclusão social, que na prática diz respeito à inclusão das famílias na circulação econômica local.

Em geral há pouca internalização das condicionalidades ambientais pelo beneficiário que adere ao programa. As condicionalidades significam o cumprimento dos

instrumentos de gestão, que no caso das RESEX recaem principalmente sobre o Acordo de Gestão (antigo Plano de Utilização). Assim, a percepção predominante sobre o Programa Bolsa Verde, em Caeté-Taperaçu, decorre da própria percepção que se tem sobre o papel da RESEX.

No entanto, os discursos identificados (“Defensores da RESEX”, “Céticos da Resex” e “Propensos a adotar um comportamento ambiental”) apresentaram elementos que possibilitaram entender o potencial do Programa Bolsa Verde como um instrumento capaz de reforçar as regras de uso dos recursos naturais.

O PBV tem potencial para reforçar o cumprimento das regras de uso dos recursos naturais, no entanto ele variou de acordo com os discursos (“Defensores da Resex”, “Céticos da RESEX” e “Propensos a adotar um comportamento ambiental”). Dentre os discursos, o Programa Bolsa Verde tem mais chances de influenciar as pessoas que foram identificadas como “Propensas a adotar um comportamento ambiental”, pois nos “Defensores da RESEX” há uma tendência natural à conservação e nos “Céticos da RESEX” não há percepção sobre a finitude dos recursos naturais.

Para cada discurso houve uma percepção particular sobre o Programa Bolsa Verde. A maioria dos beneficiários do PBV aproximaram-se do discurso “Propensos a adotar um comportamento ambiental”. O que sugere que esse grupo pode ter expressado opiniões sobre o PBV com mais propriedade do que os demais, possuindo maior “expertise” para falar sobre o PBV e dar indícios mais precisos sobre o potencial do PBV como uma política socioambiental que reforça as regras de uso dos recursos naturais.

Organização social e o Programa Bolsa Verde

Hipótese 2 - O nível de organização da comunidade influencia na forma como o Programa Bolsa Verde é percebido. Onde a organização comunitária é bem articulada e com instrumentos de gestão bem definidos, o programa é percebido como um reforço à gestão ambiental coletiva. Onde o nível de organização é baixo ou inexistente, logo sem envolvimento para o estabelecimento de regras, ele é percebido como um pagamento individual incapaz de atingir seus objetivos ambientais.

O período em que os dados para esta pesquisa foram coletados corresponderam ao período em que a associação dos usuários da RESEX estava recém voltando às suas

atividades, após dois anos de suspensão do seu funcionamento. Durante esse período as reuniões nas comunidades ficaram praticamente inexistentes. Esses fatos aumentaram a dificuldade de se estabelecer um parâmetro para medir o nível de organização comunitária e compará-lo entre os pólos.

No entanto, os extrativistas da RESEX de Caeté-Taperaçu como um todo demonstraram-se capazes de se organizarem e de estabelecerem ações coordenadas, porém uma conjugação de fatores, principalmente de caráter político-partidário promoveu a desmobilização dos usuários da RESEX.

O Programa Bolsa Verde chegou na RESEX de Caeté-Taperaçu num período que o papel mobilizador da associação estava se esvaziando. Essa conjuntura relacionada à associação afetou a percepção sobre o Programa.

Com a chegada de políticas públicas sociais houve uma substituição das pautas ambientais para a organização da categoria, a fim de se fortalecerem politicamente em prol de viabilizar direitos sociais.

A categorização das informações obtidas por meio das entrevistas de acordo com os pólos proporcionou estabelecer algumas conexões entre atributos relacionados à organização social e a percepção sobre o Programa Bolsa Verde.

Nos pólos onde as lideranças se fizeram mais presentes, que residiam na comunidade e estavam envolvidas nas discussões e representações da RESEX, notou-se que os entrevistados faziam mais inferências sobre os objetivos da RESEX bem como do PBV.

Na comunidade onde houve mudança de liderança e que junto houve mudança de pauta, as pessoas estavam mais afastadas das questões sobre a RESEX.

Embora os dados tenham apontado para uma provável influência da organização social, ressalta-se a necessidade de um tamanho amostral maior, a fim de maior aderência à realidade local.

A ênfase do Programa Bolsa Verde na conservação florestal vs. a maior pressão sobre os recursos pesqueiros

Hipótese 3 - O Bolsa Verde enfatiza a conservação do ambiente terrestre, que é o principal foco do programa e do monitoramento. Porém o programa tem uma parcela expressiva de beneficiários localizados na zona costeira. O enfoque atribuído ao Bolsa Verde pelo usuário da RESEX poderá levar a uma conservação seletiva, ou seja, predominar sobre um dos ecossistemas. Caso o Bolsa Verde seja percebido como um incentivo somente à conservação dos recursos terrestres, poderá haver um deslocamento das atividades produtivas e uma maior pressão sobre os recursos marinhos. No entanto, se o Bolsa Verde for percebido como um apoio a conservação global, ele poderá reforçar a gestão da área de transição como um todo.

De fato, a percepção sobre a condicionalidade do Programa Bolsa Verde, quando se faz presente, é voltada à manutenção da cobertura florestal. No entanto, não foi relatado ou observado um deslocamento das atividades produtivas. Isso pode estar relacionado com a pouca percepção sobre a condicionalidade ambiental atrelada ao pagamento e ao fato do PBV, por hora, atuar muito no sentido de aliviar precariedades, não sendo utilizado para investimentos em atividades produtivas.

A percepção sobre as regras quando categorizadas por ecossistemas (terrestre, de transição e aquático), demonstrou que as regras mais citadas foram as relacionadas ao ecossistema de transição.

Esse resultado pode demonstrar a importância de se pensar ações coordenadas, visto que algumas regras que são aplicadas dentro da RESEX podem também ser consideradas para a região do entorno. A condição de residência no entorno da RESEX, por exemplo, pode contribuir para a conscientização do uso das áreas adjacentes, e contribuir para repensar questões como o desmatamento ambiental e as queimadas. Assim, a RESEX pode ser interpretada como um vetor de conservação ambiental, considerando-se que regras que se aplicam dentro da unidade, se apreendidas pelos usuários, podem servir para mudar práticas para além dos limites da RESEX.

No entanto, o fato do ecossistema aquático ter sido pouco mencionado no que concerne as regras de uso, aliada às características próprias dos recursos aquáticos, por exemplo, mobilidade e maior imprevisibilidade, ressaltam uma maior necessidade de se

pensar mecanismos que promovam uma conscientização ambiental mais abrangente ao se implementar o Programa Bolsa Verde em áreas costeiras.

Linhas de crédito para investimentos no setor pesqueiro (PRONAF Pesca e Aqüicultura) devem ser conduzidas com cautela. Pois as regras de uso do ecossistema aquático por serem menos percebidas podem indicar uma certa negligência sobre a utilização dos recursos pesqueiros.

No pólo Treme, por exemplo, em que a atividade predominante é a pesca de curral e a coleta de caranguejo, a percepção sobre as regras esteve voltada somente ao ambiente terrestre/transição, o que pode ser preocupante caso as pessoas não percebam a importância dos manguezais para a manutenção das espécies aquáticas.

Algumas reflexões sobre as implicações políticas

A evolução da abordagem do Programa Bolsa Verde

O primeiro desenho do Programa Bolsa Verde foi feito com base no conceito de Recompensa. Ou seja, foi assumido que a conservação ambiental era promovida de forma invariável e uniforme pelos moradores das áreas de interesse para a conservação e que portanto, os “guardiões da floresta” deveriam ser compensados pela promoção dos serviços ambientais.

Ao passo que o desenho do PBV foi se tornando mais robusto, uma combinação de políticas sociais e de infraestrutura foram vislumbradas para a inserção produtiva das famílias beneficiárias do programa. Isso indicou a possibilidade de o PBV se comportar como um pagamento temporário a fim de promover uma transição produtiva (*asset-building*).

Na RESEX de Caeté-Taperaçu identificou-se a inexequibilidade dessa abordagem, visto que o uso predominante do dinheiro recebido pelo PBV, devido a baixa capacidade financeira das pessoas, é principalmente utilizado para aliviar condições de precariedade (auxílio para suprir necessidades básicas), sendo raramente citada a utilização para a melhoria de sistemas de produção.

Embora o PBV não adicione nenhuma restrição a mais na área onde ele é implementado, quando ele evita que algum uso irregular aconteça, promovendo portanto a conservação, essa promoção na conservação pode ser decorrente da assistência financeira advinda do PBV; ao invés do recurso financeiro decorrer da atividade que desrespeite regras

ambientais. Nesse sentido seu efeito na conservação se assemelha a abordagem *use-restriction*.

Os resultados demonstraram que o PBV por si só, no contexto da RESEX de Caeté-Taperaçu, foi incapaz de promover recursos e capacidades voltadas para uma transição produtiva (*asset-building*). Os esforços de transição são muito tímidos, somados à baixa capacidade financeira dos beneficiários do PBV. Na prática o PBV tem funcionado para aliviar as condições de precariedade das pessoas. A transição produtiva prevê ações paralelas como o acesso ao crédito e assistência técnica, no entanto essas ações são muito pontuais.

O Programa Bolsa Verde e a questão de gênero

Um dos pré-requisitos para ser beneficiário do Programa Bolsa Verde é ser beneficiário do Programa Bolsa Família; como o Programa Bolsa Família é destinado às mulheres, conseqüentemente o público alvo do Programa Bolsa Verde são mulheres que vivem em áreas de interesse para a conservação.

Assim a repercussão dos objetivos ambientais do PBV depende muito de como essa política é implementada no local. Como política social, o PBV favorece a autonomia financeira das mulheres, principalmente num contexto social machista. Por outro lado, como política ambiental é necessário que haja uma interlocução mais planejada que considere essa peculiaridade.

As mulheres exercem um papel fundamental na manutenção do núcleo familiar e as atividades de captura e extração são desenvolvidas predominantemente pelos homens. Para atingir os objetivos ambientais de forma mais eficaz é necessário criar mecanismos de capilarização para o público masculino. Pois, no âmbito de sua atividade produtiva, os homens são os principais sujeitos na aplicação das regras de uso dos recursos ambientais.

O Papel do Programa Bolsa Verde como política para reforçar os instrumentos de gestão

O Programa Bolsa Verde pode reforçar os instrumentos de gestão dos recursos naturais. Pois permite uma forma de monitoramento local e de mecanismos de exclusão relacionados aos “infratores” das regras. No entanto, o atual desenho do programa não permite que ações a nível local sejam executadas. Tanto a atuação do ICMBio quanto a

atuação dos beneficiários da RESEX fica limitada ao nível de denunciar as pessoas que não seguem as regras.

Os esforços em se colocar em prática uma construção conjunta entre usuários e Estado poderiam ser reforçados ao condicionar a transferência monetária ao cumprimento do conjunto de regras previamente existentes na RESEX. No entanto, não há governança local para o monitoramento e aplicação das regras do programa.

REFERÊNCIAS

AGRAWAL, A.; GIBSON, C. C. Enchantment and Disenchantment: The Role of Community in Natural Resource Conservation. **World Development**, v. 27, n. 4, p. 629–649, 1999. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0305750X98001612>>.

ALMEIDA, M. C. E. de. **O lugar da mulher na apropriação e uso dos recursos naturais e nas atividades produtivas em caratateua, bragança/pa**. 2012. Universidade Federal do Pará, 2012.

ALVES, R. N. B.; HOMMA, A. K. O.; LOPES, O. M. N. **O método de Parcagem como alternativa agroecológica para a integração agricultura/pecuária da produção familiar do sudeste paraense**.

BANCO MUNDIAL. **Conditional Cash Transfers – reducing present and future poverty**, 2009.

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial de 2015: mente, sociedade e comportamento**, 2015.

BARR, R. F. **Marine payments for environmental services in an artisanal fisheries context**. 2012. The London School of Economics and Political Science (LSE), Londres, 2012.

BARR, R. F.; MOURATO, S. Investigating the potential for marine resource protection through environmental service markets: An exploratory study from La Paz, Mexico. **Ocean and Coastal Management**, v. 52, n. 11, p. 568–577, 2009. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.ocecoaman.2009.08.010>>.

BINET, T.; FAILLER, P.; CHAVANCE, P. N.; MAYIF, M. A. First international payment for marine ecosystem services: The case of the Banc d'Arguin National Park, Mauritania. **Global Environmental Change**, v. 23, n. 6, p. 1434–1443, 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2013.09.015>>.

BLADON, A. J.; SHORT, K. M.; MOHAMMED, E. Y.; MILNER-GULLAND, E. J. Payments for ecosystem services in developing world fisheries. **Fish and Fisheries**, 2014. Disponível em: <<http://doi.wiley.com/10.1111/faf.12095>>.

BRANNSTROM, C. A Q-Method Analysis of Environmental Governance Discourses in Brazil's Northeastern Soy Frontier. **The Professional Geographer**, v. 63, n. February 2015, p. 531–549, 2011.

BRASIL – Ministério do Meio Ambiente. Relatório Bolsa Verde. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/desenvolvimento-rural/bolsa-verde/item/9141>. Acessado em: 08 de abril de 2015.

BRONDIZIO, E. S.; OSTROM, E.; YOUNG, O. R. Connectivity and the Governance of Multilevel Social-Ecological Systems: The Role of Social Capital. **Annual Review of Environment and Resources**, v. 34, p. 253–278, 2009.

CABRAL, P. G. F.; ONCALA, A. A.; GAIVIZZO, L. H. B.; APOLONI, R. C. Programa Bolsa Verde: erradicação da extrema pobreza e conservação ambiental. In: **o Brasil sem miséria**. p. 493–512.

CARNEIRO, D. B.; BARBOZA, M. S. L.; MENEZES, M. P. Plantas nativas úteis na Vila dos Pescadores da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu, Pará, Brasil. **Acta Botanica Brasilica**, v. 24, n. 4, p. 1027–1033, 2010.

CARSON, R. **Primavera silenciosa**. Editora Gaia, 2011.

CHAMY, P. Reservas Extrativistas Marinhas como instrumento de reconhecimento do direito consuetudinário de pescadores artesanais brasileiros sobre territórios de uso comum. In: **Commons in an Age of Global Transition: Challenges, Risks and Opportunities**", the Tenth Conference of the International Association for the Study of Common Property, Oaxaca, Mexico, August, 2004.

COUDEL, E.; FERREIRA, J.; HERCOWITZ, M.; MATTOS, L.; MAY, P.; MURADIAN, R.; PIKETTY, G.; TONI, F. The rise of PES in Brazil : from pilot projects to public policies. **Handbook of Ecological Economics**. April, p. 450–472, 2015.

CONTENTE, A. da C. P. **Estudo antropológico de uma comunidade na abrangência da reserva extrativista marinha caeté-taperaçu (bragança-pará-brasil)**. 2011. Universidade Federal do Pará, 2011.

CONTENTE, A. da C. P. BRAGANÇA: UM BREVE OLHAR SOBRE A RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA CAETÉ-TAPERAÇU. **Amazônica-Revista de Antropologia**, v. 5, n. 3, p. 682–706, 2013.

COUTINHO, J. O. **O papel dos arranjos institucionais no êxito das políticas ambientais: o exemplo do programa bolsa verde (2011 - 2014)**. 2014. Escola Nacional de Administração Pública, Brasília, 2014.

COUTO, M. F.; RAMOS, S.; FLEMING, M. A metodologia Q nas ciências sociais e humanas : o resgate da subjectividade na investigação empírica. **Psicologia**, v. 25, p. 7–21, 2011.

CUNHA, C. C.; LOUREIRO, C. F. B. Reservas extrativistas: limites e contradições de uma territorialidade seringueira. **Theomai Journal: Society and Development Studies**, v. 20, n. 2, p. 169–185, 2009. Disponível em: <http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/18156_Cached.pdf>.

CUNHA, F. D. R.; SANTIAGO, T. da S. Organização social e representatividade política dos tiradores de caranguejo no município de Bragança. In: GLASER, M.; CABRAL, N.; RIBEIRO, A. (Ed.). **Gente, Pesquisa e Ambiente: manejo transdisciplinar no manguezal**.

DENNY, C. M.; BABCOCK, R. C. Do partial marine reserves protect reef fish assemblages? **Biological Conservation**, v. 116, n. 1, p. 119–129, 2004.

DIEGUES, A. C. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. 1983.

DOS ANJOS, F. S.; NIERDELE, P. A.; CALDAS, NÁDIA, V. Pluriatividade e pesca artesanal: o caso da colônia Z-3 em Pelotas, RS. **Sociedade em Debate**, v. 10, n. 3, p. 9–42, 2004.

DUARTE, R. B. de A. **Caranguejo que foi para frente: do quintal à unidade de beneficiamento**.

ELOY, L.; COUDEL, E.; TONI, F. Implementando Pagamentos por Serviços Ambientais no Brasil: caminhos para uma reflexão crítica. **Sustentabilidade em Debate**, v. 4, n. 1, p. 21–42, 2013. Disponível em: <<http://seer.bce.unb.br/index.php/sust/article/viewArticle/9198>>.

FERNANDES, M. E. B.; OLIVEIRA, F. P.; SILVA, L. L.; TAKAYUKI, T. A recuperação de áreas degradadas de manguezal no contexto sócio-ambiental. In: **Ensino, Pesquisa e Extensão: reflexões e práticas científico-acadêmicas**.

FUNDO AMAZÔNIA. Relatório de atividades. 2012.

FURTADO, L. G. “Reservas pesqueiras”, uma alternativa de subsistência e de preservação ambiental: reflexões a partir de uma proposta de pescadores do médio Amazonas. In: GONÇALVES, LOURDES G.; LEITÃO, WILMA; MELLO, A. F. (Ed.). **Povos das águas: realidades e perspectivas na Amazônia**. Belém/PA: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993. p. 243–276.

FURTADO, L. G. Dinâmicas sociais e conflitos da pesca na amazônia. In: ACSELRAD, H. (Ed.). **Conflitos Ambientais no Brasil**. p. 57–71. 1993.

GLASER, M.; CABRAL, N.; RIBEIRO, A. L. **Gente, ambiente e pesquisa: manejo transdisciplinar no manguezal**. Belém/PA: UFPA/NUMA, 2005.

GLASER, M.; OLIVEIRA, R. D. S. Prospects for the co-management of mangrove ecosystems on the North Brazilian coast: Whose rights, whose duties and whose priorities? **Natural Resources Forum**, v. 28, p. 224–233, 2004. Disponível em: <<http://doi.wiley.com/10.1111/j.1477-8947.2004.00092.x>>.

GUEDES, F. B.; SEEHUSEN, S. E. **Por que pagamentos por serviços ambientais?** Brasília: Ministério do Meio Ambiente (MMA), 2011.

HENRIQUE, R. A mulher e as relações de gênero em comunidades pesqueiras: o caso de Acarajó (Bragança/PA). In: GLASER, M.; CABRAL, N.; RIBEIRO, A. (Ed.). **Gente, Ambiente e Pesquisa: manejo transdisciplinar no manguezal**.

INCRA. II Plano Nacional de Reforma Agrária. Paz, produção e meio de vida no meio rural. 2004.

ICMBIO. **Gestão de Reservas Extrativistas Federais da Amazônia Brasileira**.

ICMBIO. Relatório do diagnóstico do histórico de formação e funcionamento dos Conselhos Deliberativos das 22 RESEX. 2012.

JENTOFT, S.; CHUENPAGDEE, R. Fisheries and coastal governance as a wicked problem. **Marine Policy**, v. 33, p. 553–560, 2009.

KARSENTY, A. Questioning rent for development swaps: new marketbased instruments for biodiversity acquisition and the land-use issue in tropical countries. **International Forestry Review**, v. 9, n. 1, p. 503–513, 2007.

KLOSE, F.; KRAUSE, G.; GLASER, M.; OLIVEIRA, R. da S.; BOCK, M.; HANATSCHEK, R. Manguezais como uma zona econômica de tampão: dinâmica espacial e socioeconômica num estuário no norte brasileiro. In: GLASER, M.; CABRAL, N.; RIBEIRO, A. L. (Ed.). **Gente, Pesquisa e Ambiente: manejo transdisciplinar no manguezal**. p. 83–99.

LAFFOLEY, D.; GRIMSDITCH, G. D. **The management of natural coastal carbon sinks**. Iucn, 2009.

LAURIOLA, V. Elinor Ostrom: um nobel heterodoxo e rosa-verde. Sinal de esperança? **Boletim da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica**, v. 21, n. 061, p. 03–08, 2009.

MACHADO, D. Catadoras de caranguejo e saberes tradicionais na conservação de manguezais da Amazônia brasileira. **Revista Estudos Feministas**, v. 15, n. 2, p. 485–490, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2007000200016&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>.

MAGALHÃES, A.; DA COSTA, R. M.; DA SILVA, R.; PEREIRA, L. C. C. The role of women in the mangrove crab (*Ucides cordatus*, Ocypodidae) production process in North Brazil (Amazon region, Pará). **Ecological Economics**, v. 61, n. 2-3, p. 559–565, 2007.

MALDONADO, S. C. **Pescadores do mar**. Editora Ática, 1986.

MANESCHY, M. C. Sócio-Economia: trabalhadores e trabalhadoras nos manguezais. In: **Os manguezais da costa norte brasileira**. 2p. 135–165. 2005.

MATTOS, L. M. De. Análise do PROAMBIENTE como política pública federal para a Amazônia Brasileira. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 28, n. 3, p. 721–749, 2011.

MCCORMICK, J. **Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista**, Rio de Janeiro, 1992.

MCGINNIS, M. D. An Introduction to IAD and the Language of the Ostrom Workshop: A Simple Guide to a Complex Framework. **Policy Studies Journal**, v. 39, n. 1, p. 169–183, 2011.

MILLENNIUM ECOSYSTEM ASSESSMENT. **Ecosystems and human well-being: synthesis**. 2005.

MMA - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Relatório final do monitoramento amostral do Programa Bolsa Verde – ano base 2014**. 2015.

MDS - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Avaliação de políticas públicas: reflexões acadêmicas sobre o desenvolvimento social e o combate à fome**, v 1: introdução e temas transversais. Brasília, 2014.

MURADIAN, R. Payments for Ecosystem Services as Incentives for Collective Action. **Society & Natural Resources: An International Journal**, v. 26, n. 10, p. 1155–1169, 2013.

MURADIAN, R.; CORBERA, E.; PASCUAL, U.; KOSOY, N.; MAY, P. H. Reconciling theory and practice: An alternative conceptual framework for understanding payments for environmental services. **Ecological Economics**, v. 69, p. 1202–1208, 2010. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.ecolecon.2009.11.006>>.

ODM - OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO. **Relatório nacional de acompanhamento**, 2014.

OLIVEIRA, A. C.; VILAR, M. B.; JACOVINE, L. A.; SANTOS, M. O.; JACON, A. D. Histórico e implementação de sistemas de Pagamentos por Serviços Ambientais no estado de Minas Gerais. **Sustentabilidade em Debate**, v.4, n° 1, p. 139 – 160, 2013.

OLIVEIRA, M. D. V.; MANESCHY, M. C. A. Territórios e territorialidades no extrativismo de caranguejos em Pontinha de Bacuriteua, Bragança, Pará. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: Ciências Humanas**, v. 9, n. 1, p. 129–143, 2014.

OSTROM, E. **Governing the Commons**. Cambridge, UK: Cambridge Univ. Press, 1990.

OSTROM, E. Institutions and the Environment. **Economic affairs**, v. 28, n. 3, p. 24–31, 2008.

OSTROM, E. A general framework for analyzing sustainability of social-ecological systems. **Science (New York, N.Y.)**, v. 325, n. 5939, p. 419–422, 2009.

OSTROM, E. Analyzing collective action. **Agricultural Economics**, v. 41, n. SUPPL. 1, p. 155–166, 2010.

OSTROM, E.; CRAWFORD, S. E. S. Classifying rules. In: **Understanding institutional diversity**. Princeton University Press, 2005.

PIRARD, R.; BILLÉ, R.; SEMBRÉS, T. Questioning the theory of Payments for Ecosystem Services (PES) in light of emerging experience and plausible developments. **IDDRI Analyses**, n. June, p. 5–22, 2010.

POTIGUAR JÚNIOR, P. L. T. Desvelando o invisível: os movimentos sociais na pesca e suas ações no estuário do Pará. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciências Humanas, Belém**, v. 2, n. 3, p. 51–62, 2007.

PROANO DE FOX, V. del P.; CALLOU, A. B. F. Estratégias de comunicação do Movimento Nacional dos Pescadores do Brasil. **Razon y Palabra**, v. 84, 2013.

PROST, C. Ecodesenvolvimento da pesca artesanal em região costeira—estudos de caso no Norte e Nordeste do Brasil. **GeoTextos**, v. 3, n. 1-2, p. 139–169, 2007. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/geotextos/article/viewArticle/3049>>.

REIS DA SILVA, A. P. **Saber fazer e poder fazer: a construção social e política da resex de caeté-taperaçu**. 2012. Universidade Federal do Pará/UFPA, 2012.

REIS, M. R. R. **Na friadagem do mangal: organizar e tirar caranguejos nos fins de semana em bragança (vila do acarajó)**. 2007. Universidade Federal do Pará/ UFPA, 2007.

RITTER, L. H. **Reflexões acerca do processo de constituição de reservas extrativistas: o caso de caratateua, município de bragança, estado do pará**. 2000. Universidade Federal do Pará, 2000.

ROMERO, C.; ANDRADE, G. I. International Conservation Organizations and the Fate of Local Tropical Forest Conservation Initiatives. **Conservation Biology**, v. 18, n. 2, p. 578–580, 2004. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3589237>>.

RYAN, R. M.; DECI, E. L. Intrinsic and Extrinsic Motivations : Classic Definitions and New Directions. **Contemporary Educational Psychology**, v. 25, p. 54–67, 2000.

SANTOS, C. Z.; SCHIAVETTI, A. Reservas extrativistas marinhas do Brasil: Contradições de ordem legal, sustentabilidade e aspecto ecológico. **Boletim do Instituto de Pesca**, v. 39, n. 4, p. 479–494, 2013.

SANTOS, M. A. S. A cadeia produtiva da pesca artesanal no estado do Pará: estudo de caso no nordeste paraense. **Amazônia Cidadania & Desenvolvimento**, v. 1, n. 1, p. 61–81, 2005.

SCHLAGER, E.; OSTROM, E. Property-Rights Regimes and Natural-Resources - a Conceptual Analysis. **Land Economics**, v. 68, n. 3, p. 249–262, 1992. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/1992jh86400001>>.

SCHNEIDER, C.; COUDEL, E.; CAMELLI, F.; SABLAYROLLES, P. Small-scale farmers ' needs to end deforestation : insights for REDD + in São Felix do Xingu (Pará , Brazil). **International Forestry Review**, v. 17, n. 7, p. 124–142, 2015.

SILVA, R. C. da; VIEIRA, M. M. F.; SIMÕES, J. M.; ABDALLAH, P. R. A indústria pesqueira no Rio Grande do Sul - ascensão e queda. **Revista Eletrônica de Administração - REAd**, v. 11, n. 6, 1 nov. 2005.

SIMÃO, L. G.; JACOVINE, L. A. G.; SILVA, E. A. Programa Bolsa Verde do governo federal Contexto e desempenho. **Revista de Política Agrícola**, v. 4, p. 84–94, 2013. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/RPA_4_2013.pdf>.

SIMÕES, A.; SIMÕES, L. H. R. Os desencontros dos diversos agentes sociais na gestão dos recursos naturais: um campo de mediação a ser construído. In: GLASER, M.; CABRAL, N.; RIBEIRO, A. (Ed.). **Gente, Ambiente e Pesquisa: manejo transdisciplinar no manguezal**.

SHIKI, S.; SHIKI, S. de F. N. Os desafios de uma Política Nacional de Pagamentos por Serviços Ambientais: lições a partir do caso do Proambiente. **Sustentabilidade em Debate**, v. 2, n. 1, p. 99-118, jan/jun 2011.

SIQUEIRA, D. E. Civilização do mangue: biodiversidade e populações tradicionais (Mangrove's Civilization: Biodiversity and traditional populations). **HORIZONTE**, v. 11, n. 30, p. 509-544, 27 jun. 2013. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/5317>>.

VIANA, V.; TEZZA, J.; SOLIDADE, V.; MAROSTICA, S.; SALVIATI, V.; SOARES, A. Impactos do Programa Bolsa Floresta. **Inclusão Social**, v. 6, n° 1, p. 201 – 218, 2012.

VIANA, J. P. **DOIS ANOS DE BOLSA VERDE: SERIA A META ALCANÇÁVEL?** João Paulo Viana Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada -IPEA.

WEBLER, T.; DANIELSON, S.; TULER, S. **Using Q Method to Reveal Social Perspectives in Environmental Research** Social and Environmental Research. Disponível em: <<http://www.seri-us.org/pubs/Qprimer.pdf>>.

WORLD BANK. **Environment matters: valuing coastal and marine ecosystem services**. 2008.

WUNDER, S. Revisiting the concept of payments for environmental services. **Ecological Economics**, 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.ecolecon.2014.08.016>>.

APÊNDICES

1 - LISTA DE ENTREVISTAS

Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Bragança: Rosivan Pereira da Silva (28/09/2015);
Secretaria Municipal de Economia e Pesca de Bragança: Ana Patrícia Reis da Silva (28/09/2015);

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade: Sheyla Leão (28/09/2015);

Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural: Adriano e Guilherme;

Instituto de Desenvolvimento e Assistência Técnica da Amazônia (Idatam): Abner;

Representante do Comitê Comunitário do pólo Cidade: José Antônio Fernando Borges (29/09/2015);

Representante do Comitê Comunitário do pólo Caratateua: Joel Alviz de Jesus (29/09/2015);

Presidente da Associação dos Usuários da RESEX de Caeté-Taperaçu (ASSUREMACATA) e liderança comunitária do pólo Acarajó: João Gama de Sousa (02/10/2015);

Vice-presidente e liderança comunitária do pólo Bacuriteua: Kátia Resonha Araújo de Melo *in memoriam* (04/10/2015);

Ex-representante do Comitê Comunitário do pólo de Tamatateua: Marly (03/10/2015);

Ex-presidente da ASSUREMACATA e representa do Comitê Comunitário da comunidade do Castelo: Nelson Martins Silva (08/10/2015);

Representante do Comitê Comunitário do pólo Treme: Pedro Farias do Rosário;

Representante do Comitê Comunitário do pólo Campos: Gildo Alves (03/10/2015);

Representante do Comitê Comunitário do pólo Cidade: Benedito Faustino Alves;

Ex-presidente da ASSUREMACATA e Representante do Comitê Comunitário do pólo de Ajuruteua: Oséas Saraiva Rocha;

Beneficiário do Programa Bolsa Verde: Adolfo Oliveira de Souza;

Beneficiária do Programa Bolsa Verde: Minalcina Pereira da Silva;

Beneficiário do Programa Bolsa Verde: Domingues Vitorino Costa da Silva;

Genilde Assis da Silva;

Francinete da Silva Ribeiro;

Maria Pereira da Silva;

Izabel Cristina Pereira da Silva;

2 - ROTEIRO ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS

ROTEIRO ENTREVISTA SEMI-ABERTA											
Data:	Horário de Início:										
Observações:											
IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO	Nome: Nome da localidade/bairro em que fica a residência do RF: Pólo Comunitário: () Treme. () Caratateua. () Ajuruteua. () Bacuriteua. () Acarajó. () Tamatateua. () Campo. () Cidade.										
BREVE HISTÓRICO	1) O sr (a) nasceu aqui no município de Bragança? () Sim. () Não. 2) Morava em que lugar antes de vir para Bragança? 3) Mora na localidade ANTES da criação da RESEX? () Sim () Não. Em que ano aproximadamente veio morar nesta localidade? 4) Qual foi o principal motivo que te trouxe morar aqui? () Motivos econômicos. () Motivos profissionais. () Casamento. () Crédito APOIO. () Habitação INCRA 5) Seus familiares (pais, filhos, primos, sobrinhos, avós) também moram nesta comunidade? () Sim, a maioria. () Não, a minoria. 6) Mais alguém mora com o Sr. (a)? () Não. () Sim. Quantas pessoas?										
	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th style="width: 60%;">Grau de parentesco</th> <th>Contribui com a renda familiar? Através de quais atividades?</th> </tr> </thead> <tbody> <tr><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td></tr> </tbody> </table>	Grau de parentesco	Contribui com a renda familiar? Através de quais atividades?								
Grau de parentesco	Contribui com a renda familiar? Através de quais atividades?										
	7) Há quantos anos utiliza os recursos da Unidade? *Caracterização das atividades e composição da renda familiar.										
	10) O Sr (a) já recebeu algum tipo de assistência técnica? () Não. () Sim. Qual? O que ela trouxe?										
DESPESAS/PLANEJAMENTO	11) Quais são os principais investimentos que fez no último ano? 12) Comprou algum instrumento relacionado ao trabalho neste último ano? 13) Sem o Bolsa Verde, mesmo assim você teria comprado? 14) Você possui algum tipo de poupança?										
SERVIÇOS PÚBLICOS	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tbody> <tr> <td style="width: 30%;">Energia elétrica</td> <td>15) Possui energia elétrica? () Não. Sim. Qual forma? () Rede pública de fornecimento de energia elétrica. () Gerador. () Fornecimento informal de energia elétrica.</td> </tr> <tr> <td>Abastecimento de água</td> <td>16) Qual é a forma de abastecimento de água do domicílio? () Rede pública de abastecimento de água. () Água do rio. () Água do poço na propriedade. () Água de poço comunitário</td> </tr> <tr> <td>Saneamento básico</td> <td>17) A água utilizada na cozinha e nos banheiros é liberada onde? () Rede pública de saneamento básico. () Fossa rudimentar () No córrego/rio. () Vala a céu aberto.</td> </tr> <tr> <td>Destinação dos resíduos sólidos</td> <td>18) () Caminhão de coleta. Frequência: () Queimado ou enterrado na propriedade. () Jogado em terreno baldio. () Jogado no rio/mar.</td> </tr> </tbody> </table>	Energia elétrica	15) Possui energia elétrica? () Não. Sim. Qual forma? () Rede pública de fornecimento de energia elétrica. () Gerador. () Fornecimento informal de energia elétrica.	Abastecimento de água	16) Qual é a forma de abastecimento de água do domicílio? () Rede pública de abastecimento de água. () Água do rio. () Água do poço na propriedade. () Água de poço comunitário	Saneamento básico	17) A água utilizada na cozinha e nos banheiros é liberada onde? () Rede pública de saneamento básico. () Fossa rudimentar () No córrego/rio. () Vala a céu aberto.	Destinação dos resíduos sólidos	18) () Caminhão de coleta. Frequência: () Queimado ou enterrado na propriedade. () Jogado em terreno baldio. () Jogado no rio/mar.		
Energia elétrica	15) Possui energia elétrica? () Não. Sim. Qual forma? () Rede pública de fornecimento de energia elétrica. () Gerador. () Fornecimento informal de energia elétrica.										
Abastecimento de água	16) Qual é a forma de abastecimento de água do domicílio? () Rede pública de abastecimento de água. () Água do rio. () Água do poço na propriedade. () Água de poço comunitário										
Saneamento básico	17) A água utilizada na cozinha e nos banheiros é liberada onde? () Rede pública de saneamento básico. () Fossa rudimentar () No córrego/rio. () Vala a céu aberto.										
Destinação dos resíduos sólidos	18) () Caminhão de coleta. Frequência: () Queimado ou enterrado na propriedade. () Jogado em terreno baldio. () Jogado no rio/mar.										
ORGANIZAÇÃO SOCIAL	19) Desempenha alguma função pública? () Não. () Sim, qual? () conselheiro do CD.										

	<p>() representante do Comitê Comunitário. () Representante do Pólo Comunitário. () outras _____. Desde que ano? _____.</p> <p>20) Você sabe me informar quem é o representante de sua comunidade ou do seu pólo no CD? 21) Faz parte de alguma associação? () Não. () ASSUREMACATA. () Sindicato dos trabalhadores rurais. () Colônia de pescadores. () Cooperativa. () Partido político. () Organização religiosa. () Conselho da Pastoral dos Pescadores. () CNS. Outros _____.</p> <p>22) Quais são as principais atividades da associação? 23) Já participou de alguma reunião na comunidade cujo tema era sobre um benefício social? () BV. () Crédito Apoio.</p> <p>24) Já participou de alguma reunião na comunidade cujo tema era sobre a gestão da RESEX? () Não. () Sim. () Regras. () Fiscalização. () Plano de Manejo. () Plano de utilização. () Acordo de Gestão.</p> <p>25) Você acha que a associação é importante para a comunidade? 26) Quantas vezes por ano o senhor participa de reuniões?</p>		
<p>CONSERVAÇÃO E BOLSA VERDE</p>	<p>27) Para o senhor, qual é o objetivo principal da RESEX? 28) Recebe o BV? () Não. () Sim, desde quando? 29) Quais regras de gestão aqui na RESEX o Sr (a) conhece? Quais você acha mais importantes? () Não desmatar o mangue. () Não fazer queimadas. () Não usar artes de pesca que são proibidas. () Não coletar o caranguejo durante a andada. () Não jogar lixo em locais impróprios (rio, mangue, mar). () Não caçar animais silvestres (marreca). () Não desmatar a região do entorno da RESEX.</p> <p>30) O Sr (a) poderia me falar um pouco sobre como o senhor entende o Bolsa verde? sabe o que é o Programa Bolsa Verde? 31) Como ficou sabendo do Programa Bolsa Verde? () Vizinhos. () Liderança comunitária. () Participação em reunião. () Gestor da RESEX. () Prefeitura. () Vereador/candidato político.</p> <p>32) De que forma o senhor (a) usa o Bolsa Verde? 33) Quais práticas o senhor desenvolve para tentar preservar melhor o meio-ambiente? 34) O que você acha que contribuiu para que você começasse a querer preservar mais a natureza? 35) Sobre suas <u>práticas produtivas</u>, fazia algo antes de receber o Bolsa Verde e hoje em dia não faz mais? Ou alguma coisa que antes você não fazia e depois que começou a receber o Bolsa Verde passou a fazer? 36) Em relação ao <u>meio ambiente</u>, fazia algo antes de receber o Bolsa Verde e hoje em dia não faz mais? Ou alguma coisa que antes você não fazia e depois que começou a receber o Bolsa Verde passou a fazer? 37) Se você parasse de receber o Bolsa Verde, você continuaria fazendo essas coisas?</p>		
<p>Telefone:</p>	<p>Idade:</p>	<p>Escolaridade:</p>	<p>Horário de término:</p>

ANEXO 1**Perfil dos beneficiários da RESEX Marinha de Caeté-Tapeaçu**

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio
RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DE CAETÉ-TAPERACU**

RESOLUÇÃO Nº 08, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2011

Aprova as decisões realizadas em plenária na 3ª Reunião Ordinária em 2011 do Conselho Deliberativo da RESEX Marinha de Caeté-Tapeaçu.

O CONSELHO DELIBERATIVO DA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DE CAETÉ-TAPERACU, no uso das competências previstas em seu Regimento Interno, aprovado na 1ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Tapeaçu, em 29 de janeiro de 2010; realizada na cidade de Bragança-PA,

Considerando o disposto nos § 1º e 2º do art. 27 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, e dá outras providências;

Considerando o disposto no inciso II, art. 12 do Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que regulamenta os artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, e dá outras providências;

Considerando a Portaria Nº 17/2007/ ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, de 24 de Setembro de 2007, que cria o Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Tapeaçu, RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar e encaminhar para providências o Perfil do Beneficiário da RESEX Marinha de Caeté-Tapeaçu;

Art.2º. Consideram-se como beneficiários da RESEX Marinha de Caeté-Tapeaçu, aqueles que residam nos limites do município de Bragança, no mínimo, desde a época de fundação desta RESEX (20/05/20105) e que enquadrem pelo menos uma, entre as seguintes atividades abaixo:

I – Pescadores artesanais, ribeirinhos, curralistas, caranguejeiros, marisqueiros e pessoas que exerçam outras modalidades de pesca que tenham nos limites da RESEX sua área de trabalho e/ou fonte dos recursos naturais;

II – Pescadores, ex-pescadores e outros que tenham origem nas comunidades no interior e entorno da RESEX e que atuem no comércio em pequena escala de recursos naturais extrativistas oriundos da área da RESEX Marinha de Caeté-Tapeaçu;

III – Pessoas de origem nas comunidades no interior e entorno da RESEX, que trabalhem confeccionando petrechos e demais objetos para a atividade extrativista realizada nos limites da RESEX (montagem e manutenção dos currais-de-pesca, acessórios para a coleta de caranguejo, armadilhas para a pesca artesanal em geral)

IV – Apicultores e apicultoras que extraíam ou produzam mel e demais produtos da apicultura de áreas no interior da RESEX Marinha de Caeté-Taperaçu;

V - Extrativistas de produtos de origem vegetal e/ou mineral que se encontram dentro do interior da RESEX Marinha de Caeté-Taperaçu (açai, babaçu, caju, cajuaçu, ajiru, murici, bacuri, cupuaçu, coco, babaçu, madeiras para confecção de petrechos, vegetais com finalidade medicinal, argila entre outras);

VI - Pessoas que trabalhem com o beneficiamento, a transformação e o reaproveitamento de produtos e resíduos, oriundos de recursos naturais extraídos na área da RESEX Marinha de Caeté-Taperaçu;

VII – Pescadores e pescadoras da região dos campos naturais bragantinos que utilizem mesmo que ocasionalmente a área da RESEX Marinha de Caeté-Taperaçu;

Parágrafo 1º. Destaca-se que todas as atividades listadas acima realizadas por homens e mulheres, mesmo para atividades consideradas “como ajuda”, subsistência ou temporária/ sazonal, que tenha origem extrativista na área da RESEX Marinha de Caeté-Taperaçu, enquadra-se neste Perfil de Beneficiário.

Parágrafo 2º. Pescadores esportivos que desenvolvam atividades na área da RESEX Marinha de Caeté-Taperaçu utilizarão os recursos da RESEX mediante autorização do órgão competente – ICMBio, não sendo enquadrados na categoria de beneficiário da RESEX, nas condições aqui definidas. Formulários para autorizações deverão ser adquiridas com o ICMBio, ASSUREMACATA e comitês comunitários;

Parágrafo 3º. Pessoas que vierem a utilizar recursos naturais e ecossistemas pertencentes à RESEX Marinha de Caeté-Taperaçu, e não previsto nesta Resolução, deverá ter sua situação avaliada junto ao Conselho Deliberativo da RESEX.

Art. 3º. Solicitar a ASSUREMACATA prestação de informações sobre a execução e planejamento de aplicação de recursos obtidos por meio do resíduos das aplicações do PNRA aos beneficiários da RESEX Marinha de Caeté-Taperaçu.

Art. 4º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Bragança, 08 de Dezembro de 2011.

FERNANDO PEDRO MARINHO REPINALDO FILHO
Presidente do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu